

SUMÁRIO

FLUXO DE CAIXA: A UTILIZAÇÃO NUMA MICROEMPRESA DO RAMO DE VAREJO EM JUSCIMEIRA-MT Thays Kamily Santana Luciano & Amauri Gonçalves Oliveira & Jailson da Conceição Teixeira & Evaldo Rezende4 Duarte	02
O FLUXO DE CAIXA APLICADO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS Ivonete Melo França Furtado & Oliveira, Luciana Aparecida Augusta & Fabricio Carlos Lenzi & Fabiana Kely dos Santos Reis	18
CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA DE UMA LOJA DE CALÇADOS EM JACIARA-MT Laís Cristina Monteiro da Silva & Amauri Gonçalves de Oliveira & Jailson da Conceição Teixeira & Evaldo Rezende Duarte	37
ANÁLISE COMPARATIVA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO X BANCOS COMERCIAIS DO VALE DO SÃO LOURENÇO: SERVIÇOS E RETORNO. Luciana Alves de Oliveira Souza & Luciana Aparecida A. de Oliveira2 Fabricio Carlos Lenzi & Fabiana Kely dos Santos Reis	50
ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA: ANALISE DOS RESULTADOS DE INDICADORES SOBRE SAÚDE EM RELAÇÃO AO NÍVEL DE INVESTIMENTO Olivia de Oliveira Rezende dos Anjos & Evaldo Rezende Duarte & Jailson da Conceição Teixeira & Amauri Gonçalves de Oliveira	65
AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DA RENTABILIDADE DO CULTIVO DE HORTALIÇAS NO SISTEMA DE HIDROPONIA Orli Alves Pereira de Souza & Jailson da Conceição Teixeira & Amauri Gonçalves de Oliveira & Evaldo Rezende Duarte	78
ANÁLISE DOS DIREITOS TRABALHISTAS NA RESCISAO DE CONTRATO DO TRABALHO SEM JUSTA CAUSA. Patrícia Santana da Costa & Luciana Aparecida Augusta de Oliveira & Fabricio Carlos Lenzi & Fabiana Kely dos Santos Reis	95
ANALISE DOS TIPOS DE INVESTIMENTOS E O PERFIL DO INVESTIDOR Pérsida Farias França & Luciana Aparecida Augusta de Oliveira & Fabricio Carlos Lenzi & Fabiana Kely dos Santos Reis	114

FLUXO DE CAIXA: A UTILIZAÇÃO NUMA MICROEMPRESA DO RAMO DE VAREJO EM JUSCIMEIRA-MT

Thays Kamily Santana Luciano¹

Amauri Gonçalves Oliveira²

Jailson da Conceição Teixeira³

Evaldo Rezende⁴ Duarte

RESUMO

Fluxo de caixa é um instrumento de gestão financeira que projeta para períodos futuros todas as entradas e saídas do caixa, seja ela grande ou pequena. De grande importância para a gestão financeira sendo possível planejar, controlar e analisar as movimentações do caixa, indicando os saldos disponíveis para a empresa. O objetivo deste estudo é analisar o fluxo de caixa de uma microempresa para saber como está sua saúde financeira. A metodologia utilizada no trabalho foi o método dedutivo com realização de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa para analisar as movimentações do caixa, sendo feita uma coleta dos dados durante o meses de julho a setembro de 2020 em uma microempresa do ramo do varejo em Juscimeira-MT, sendo necessário evidenciar os conceitos do estudo por meio de uma revisão bibliográfica. Os resultados das análises foram importantes, pois como antes não havia acompanhamento dos fluxos de caixa, a empresária não conseguia verificar se estava tendo um superávit ou um déficit nos períodos. Assim, foi possível concluir que a microempresa precisa manter a elaboração do fluxo de caixa para ajudar os gestores nas tomadas de decisões, buscando a resolução dos problemas encontrados no trimestre para que os próximos períodos melhorem os resultados nas disponibilidades do caixa.

Palavras-chave: Fluxo de Caixa. Gestão Financeira. Microempresa.

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale Do São Lourenço–Eduvale. E-mail: ThaysKSantanaLuciano@outlook.com

² Mestre em Ciências Contábeis pela FECAP (2012-2014), Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso (2009), Especializado em Matemática (2004) e Graduado em Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso (2002). E-mail: amauri27@gmail.com.

³ Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço EDUVALE, Pós Graduado em Tecnologia da Informação e Leida Responsabilidade Fiscal na ESAB e em Gestão Fiscal e Planejamento Tributária na UNIC, Mestre em Contabilidade Gerencial e Finanças na FUCAPE. Professor do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade EDUVALE, Contador da Excelência Contabilidade e Assessor Financeiro e Fiscal da Soluções Assessoria. Email: jailson@excelenciacontabilidademt.com.br

⁴ Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE; Especialista em Gestão Pública pela UFMT e em Gestão Empresarial pelo UNIR; Bacharel em Ciências Contábeis pela EDUVALE. E-mail: erezende_9@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o ambiente econômico que está cada dia mais inconstante e competitivo, que requer dos administradores financeiros a preparação para os novos obstáculos do mercado atual, é preciso estar atualizado, e saber fazer ao menos os procedimentos mínimos para gerenciar uma empresa.

Ao realizar o fluxo de caixa a empresa consegue ver a real necessidade desse controle, conforme é analisado o fluxo o gestor poderá usar o resultado para ajudá-lo na tomada de decisão, podendo também antecipar algumas decisões importantes ou planejamentos futuros.

O Fluxo de Caixa possibilita visualizar o movimento das entradas e saídas de dinheiro do caixa, tudo que a empresa recebe ou paga vai estar registrado lá, fazendo esse registro de forma detalhada e organizada, em metas diárias ou semanais ou até mesmo mensais, já é o bastante para que o gestor ou proprietário tenha informações financeiras necessárias para analisar a saúde financeira da empresa.

O caixa faz parte do dia a dia do comerciante, todos os dias quando o comércio abre as portas, sabe que vai haver atividades operacionais, pode ser ela de um valor alto ou baixo, em uma grande empresa ou microempresa. É importante notar a necessidade valiosa que é ter o conhecimento de fazer um controle de caixa, a maioria das microempresas é controlada pelos próprios proprietários que não sabem a importância que o fluxo de caixa tem, pois não tem noção nenhuma se a empresa está lucrando ou simplesmente sobrevivendo.

Nesse estudo buscou-se evidenciar como ocorre a variação do fluxo de caixa de um mês para o outro em uma microempresa. É possível constatar que sem o fluxo de caixa não se tem como notar que o caixa, seja de uma microempresa ou de uma grande empresa, sempre há uma variação nos fluxos de caixa, principalmente com relação as alterações entre os pagamentos e recebimentos.

O acompanhamento do fluxo de caixa em uma microempresa serve para demonstrar com precisão a situação das finanças da empresa alvo deste estudo, contribuindo então como um instrumento indispensável para trabalhar ao lado dos gestores ou proprietários visando ajudar na tomada de decisões.

A metodologia usada no trabalho foi feita através do método dedutivo, com a realização de uma pesquisa descritiva, em que foi utilizada uma abordagem quantitativa, onde os dados coletados na pesquisa pudessem proporcionar condições de analisar as mutações nos fluxos de caixa da empresa, podendo dizer que esta pesquisa se caracteriza como um estudo do caso visando observar os problemas desse objeto de pesquisa, para conseguir alcançar o

objetivo foi necessário realizar uma pesquisa bibliográfica referente ao assunto estudado para fundamentar e possibilitar compreender a importância do Fluxo de Caixa.

1 FLUXO DE CAIXA

Segundo Oliveira (2013, p. 14) “para cuidar da gestão financeira, o empresário precisa lidar com números e informações o tempo todo. Se a empresa tem números confiáveis, ele consegue informações para tomar decisões”. Destaca-se então que para uma microempresa consiga sobreviver no ramo do comércio é necessária uma boa gestão das informações recebidas, auxiliando o gestor a tomar a melhor decisão possível.

Numa perspectiva da economia brasileira as micro e pequenas empresas representam uma importante parcela da economia nacional, seja com relação a produção ou na geração de empregos (BEUREN et al., 2003). Vale ressaltar que a maioria das microempresas não tem o conhecimento de quanto é importante fazer um acompanhamento financeiro para permanecer no comércio.

Assim, ao inserir um controle de Fluxo de Caixa para as microempresas pode ser vital para a vida financeira, de maneira com que o empreendedor tenha uma visão do que ele tem de obrigações e o que ele pode ter de lucros, sabendo como administrar essas informações o gestor saberá tomar uma decisão futura para o crescimento do comércio.

De acordo com Toledo Filho, Oliveira e Spessatto (2010, p. 88) é possível constatar que “há um grande número de administradores que não tem o fluxo de caixa implantado na empresa, também desconhecem seu processo de administração e manutenção”.

Silva (2007, p. 474) argumenta que “o fluxo de caixa (*cash flow*) é considerado por muitos analistas um dos principais instrumentos de análise, proporcionando-lhes identificar o processo de circulação do dinheiro, através da variação de caixa”. É importante que o microempreendedor conheça a importância e a necessidade do Fluxo de Caixa para a empresa, ele é uma ferramenta simples de controle que ajuda no processo decisório das tomadas de decisões.

Matarazzo (2003) destaca como principais objetivos do Fluxo de Caixa, avaliar alternativas de investimento, avaliar e controlar ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa. O fluxo de caixa é um instrumento que ajuda na gestão financeira da empresa, possibilitando que o empresário possa analisar a saúde do seu comércio. Quando o fluxo de caixa é implantado no dia a dia do empreendedor ele irá observar o valor das entradas de dinheiro, com pagamentos feitos pelo caixa na loja, por

transferência bancária, cartões de crédito ou débito, na forma de crediário com prazo de 30, 60 e 90 dias, e irá analisar também as saídas de dinheiro.

Para Ribeiro (2010, p. 362) “a demonstração do fluxo de caixa (DFC) é um relatório contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em um determinado período e que provocaram modificações no saldo da conta caixa”.

Para inserir o fluxo de caixa a microempresa só precisa de organização e persistência, ele pode ser feito em uma simples agenda ou em uma planilha do Excel. Como a grande maioria das microempresas não tem acesso a um programa de software para trabalhar, a maneira mais utilizada é do Livro Caixa ou a feita na agenda, os dados são lançados à mão, venda por venda, compras e despesas, e no final do dia é contabilizado, pode-se assim fazer um relatório semanal ou mensal, para extrair informações importantes que vão dar origens a decisões futuras.

Essas informações obtidas também permitem que a empresa possa realizar a conferência do caixa e assim apurar as diferenças ocorridas no dia a dia do caixa da empresa, se houve possíveis sobras ou faltas de dinheiro. Segundo Oliveira (2013) “a principal finalidade do controle de caixa é verificar se não existem erros de registros ou desvios de recursos”.

Beuren et al. (2003) ressaltam que o fluxo de caixa é um instrumento que auxilia na gestão financeira das empresas, com possibilidade de adaptação a sua própria realidade e necessidade. Neste intuito é possível identificar que o Fluxo de Caixa é essencial para todas as empresas e nas microempresas ele ajudará na tomada de decisão e na visão de projetos futuros viabilizando o crescimento.

Objetivos e características do Fluxo de Caixa

Segundo Silva (2018, p. 54) os objetivos do fluxo de caixa são muitos, mas o principal é a visão geral de todas as atividades (entradas e saídas) diárias, do grupo do ativo circulante. Permitindo o controle das atividades da empresa, como a compra e a venda das mercadorias e também os pagamentos e recebimentos.

O objetivo básico de projetar as entradas e saídas de recursos financeiros em um determinado período, visando antecipar necessidades de captação de empréstimo ou aplicações de excedentes de caixa em operações mais rentáveis para a empresa. Couto (2007, p. 3) diz que existem outros objetivos que podem também ser bem relevantes para a empresa:

- Oferecer o levantamento dos recursos financeiros;
- Aplicar da melhor forma possível os recursos obtidos;
- Liquidar as obrigações da empresa;

- Analisar as propostas de empréstimo, caso a empresa necessite, para aderir a melhor opção;
- Elaborar o controle dos saldos do caixa e dos crediários;

Para Couto (2007, p. 2) a utilização do Fluxo de Caixa pode ser feita por qualquer empresa, sendo este diferenciado apenas pelas características peculiares existentes. Possibilita-se a verificação das disponibilidades e a ordenação da movimentação financeira, essa é a característica mais peculiar, poder obter informações mais claras sobre o que realmente acontece com o dinheiro das empresas.

Pontos positivos/vantagens do Fluxo de Caixa

Conforme Silva (2018, p. 39) o Fluxo de Caixa representa “um recurso fundamental para os gestores saberem com precisão qual a situação financeira da empresa e, com base no resultado, decidir os caminhos a seguir”. Essa precisão das informações sobre a empresa, para os gestores, a possibilidade de utilizar bem as qualidades dessa ferramenta.

Silva (2018, p. 218) argumenta que o “acompanhamento das entradas e saídas deve ser comprovado por documentos, como: notas fiscais de compra e venda; títulos a receber e a pagar; notas promissórias; e duplicatas, para que não haja enganos”.

Ter a disponibilidade para avaliar os pagamentos e recebimentos, das contas do crediário para que não tenha duplicatas vencidas fazendo com que a empresa não fique sem dinheiro no caixa. Silva (2018, p. 218) cita que a “aceleração do processo de recebimento e redução do prazo concedido nas vendas a prazo deve ser realizado sempre que o mercado permitir, pois é a melhor escolha”.

Araújo (2004, p. 12) afirma que o Fluxo de Caixa “assume importante papel no planejamento financeiro das empresas”. Portanto, constitui-se num exercício dinâmico, que deve ser constantemente revisto, atualizado e utilizado na tomada de decisões. Isso trás inúmeras possibilidades, como a de planejar futuras promoções, fazer investimentos em diferentes mercadorias para melhorar o atendimento ao cliente (ARAÚJO, 2004).

E observar também, conforme Araújo (2004), que se faz imprescindível verificar que a avaliação da capacidade de financiamento do seu capital de giro ou depende de recursos externos, ou é importante conhecer a capacidade de expansão com recursos próprios, gerados a partir de suas próprias operações.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

A demonstração do fluxo de caixa é uma ferramenta de vital importância para obter uma

análise da vida financeira de uma empresa. Conforme Marion (2019, p. 50) a

Demonstração dos Fluxos de Caixa “evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) da companhia em determinado período, por meio de fluxos de recebimentos e pagamentos”.

Trata-se de uma demonstração sintetizada dos fatos administrativos que envolvem os fluxos de dinheiro ocorridos durante um determinado período, devidamente registrados a débito (entradas) e a crédito (saídas) da conta caixa. (RIBEIRO, 2010, p. 362).

Com a aprovação da Lei 11.638/07 passou a ser obrigatória a elaboração da DFC no Brasil, para todas as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). No CPC 03 (R2) no item 11 diz que “a entidade deve apresentar seus fluxos de caixa advindos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da forma que seja mais apropriada aos seus negócios” (CPC, 2010).

A estrutura da DFC não tem um modelo fixo, então as normas estabelecem um modelo comum para a sua elaboração, suas regras estão no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2), sendo estruturadas por três atividades:

□ Operacionais:

Ex.: Recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores, pagamentos de funcionários.

□ Investimentos:

Ex.: Transação com ativos financeiros, compra e venda relacionadas com participações em outras entidades.

□ Financiamentos:

Ex.: Obtenção de recursos dos acionistas ou cotistas, empréstimos, amortização.

Há dois métodos que podemos aplicar na DFC: Método Indireto e o Método Direto.

Método indireto

O método indireto se resume na demonstração dos recursos das atividades operacionais, Ribeiro (2010, p. 363 e 364) assevera que é denominado:

Método da Reconciliação, os recursos derivados das atividades operacionais, são demonstrados a partir do Lucro Líquido do Exercício, ajustado pela adição das Despesas e exclusão das receitas consideradas na apuração do Resultado e não modifica o caixa da empresa.

Para Martins et al. (2013, p. 10) a principal utilidade desse método é:

[...] mostrar as origens ou aplicações de caixa decorrentes das alterações temporárias de prazos nas contas relacionadas com o ciclo operacional do negócio (normalmente, Clientes, Estoques e Fornecedores) isso é uma vantagem do método pois mostra a variação do tempo de acordo com os prazos, para realizar os devidos pagamentos que foram talvez parcelados, assim também pode acontecer com os recebimentos.

Segundo Iudícibus (2017, p. 209-210) são efetuados ajustes ao “lucro líquido pelo valor das operações consideradas como receitas ou despesas, mas que, então, não afetaram as disponibilidades”. Com semelhança a estrutura das Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) se faz um relatório contábil indicando as mudanças financeiras da empresa sendo assim o método indireto estuda a análise dos itens circulantes (Contas do Passivo e Ativo)

Método direto

A DFC elaborada pelo método direto é analisada conforme os recebimentos e pagamentos das operações normais do dia a dia, como, recebimentos de clientes, pagamento de fornecedores, pagamento de promissórias, impostos e outros.

Como Iudícibus (2017, p. 210) refere ao mesmo como “Verdadeiro Fluxo de Caixa” porque ao contrário do que se verifica no modelo visto anteriormente, nele são demonstrados todos os recebimentos e pagamentos, exigindo uma boa elaboração da estrutura para que tenha confiança em todas as informações obtidas dessa estrutura.

Sendo o método mais utilizado atualmente, a sua estrutura permite constatar o fluxo das entradas e saídas do caixa, podendo ser acessada a qualquer dia e em qualquer hora, facilitando assim relatar as informações obtidas do fluxo de caixa direto.

Gerenciamento do Fluxo de Caixa

A grande dificuldade para o empreendedor é saber analisar o fluxo de caixa, sendo ele um instrumento de fundamental importância para os gestores, trás o poder do controle do capital da empresa, tanto das grandes como das micro empresas, sua finalidade é gerenciar as informações extraídas dos relatórios de caixa.

Na concepção de Gazzoni (2003, p. 14) o fluxo de caixa é:

[...] uma das ferramentas de gestão que permite a empresa conhecer o volume de capital necessário para arcar com seus compromissos do dia a dia, bem como disciplinar a alocação de recursos para suprimento de caixa, e/ou investimentos, o gestor deve analisar para fazer a alocação devida dos recursos destinados.

Sendo um instrumento versátil e tático, estando pronto para cada mudança a ser feita

conforme sua necessidade, o gestor é capaz de interpretar as informações para obter respostas diante de todas as dificuldades que a empresa encontrar tais como:

A idealização e construção do fluxo de caixa podem evitar situações prejudiciais às empresas, tais como: insuficiência de caixa; cortes nos créditos; suspensão de entregas de materiais e mercadorias, fatos que podem causar uma série de discontinuidades nas operações. O excesso de caixa, situação que se refere a uma reserva muito elevada, também pode ser administrado com a utilização desta mesma ferramenta. Logo, tanto deficiência quanto excesso de caixa pode ser gerado através das informações deste fluxo. (GAZZONI, 2003, p. 14).

A gestão dos recursos financeiros representa uma das principais atividades da empresa e dessa forma, se faz necessário um efetivo planejamento dos montantes captados e, o acompanhamento dos resultados obtidos, isso segundo Gazzoni (2003, p. 39) realizando uma boa administração desses resultados podemos observar que fica mais fácil a tomada de decisão do gestor, e possíveis planejamentos futuros para a empresa.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi abordado através do método dedutivo que é um conceito visto em várias áreas e está ligada as muitas formas de ter um raciocínio lógico. Segundo Pradonov (2013, p. 27) a partir de “princípios leis e teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com base na lógica, levando a uma conclusão, deduz que se obtém um resultado final”.

Neste estudo foi usado o método descritivo que é um dos métodos utilizados em pesquisas que avalia as características de uma estipulada população ou situação. Lakatos e Marconi (1985, p. 76) fazem referência expressa à formulação de hipóteses no estudo descritivo, ao afirmar que:

[...] uma pesquisa descritiva pode ser um estudo de verificação de hipóteses, o qual contém hipóteses explícitas a serem verificadas, então significa que essa modalidade de pesquisa tem como objetivo descrever, analisar e dar veracidade entre os fatos e fenômenos, observando o conhecimento de que, com quem, como e qual é o fenômeno de estudo.

Com relação a abordagem dos dados o presente estudo se enquadra no método quantitativo, que de acordo com Minayo (2008) os métodos quantitativos têm objetivo de montar dados, indicados e tendências observáveis, ou produzir modelos teóricos abstratos com elevada aplicabilidade prática, a pesquisa quantitativa mostra resultados que são dados numéricos, medindo informações, expondo os resultados através de gráficos ou tabelas.

Nesta pesquisa foi estruturada através de um estudo de caso em que busca observar o objeto de estudo, e esse objeto de estudo parte de um problema que se busca compreender as respostas, segundo Fernandes (2003, p. 15) trata-se do estudo de casos isolados, em que a

análise deve ser feita com profundidade, detalhadamente e de forma exaustiva, considerando as influências internas e externas.

O estudo foi feito por meio de uma pesquisa documental ou também conhecida como pesquisa bibliográfica, dando apoio documental para o trabalho, pesquisado nos livros e em trabalhos de vários autores competentes da área, como artigos científicos e monografias. Severino (2007, p. 122) diz que a pesquisa documental é o “registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses e etc., estudos que utilizam dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados”.

A coleta dos dados foi feita em uma microempresa do ramo de varejo na cidade de Juscimeira-MT, coletado para análise os meses de julho, agosto e setembro do ano de 2020, foi montada uma simples tabela no Microsoft Excel com todas as informações operacionais diárias do caixa da empresa, depois para melhor entendimento apresentamos esses dados em uma demonstração do fluxo de caixa, mais específico o Método direto para a partir desses resultados fazemos a análise dos meses.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O trabalho foi desenvolvido no período de julho de 2020 a setembro de 2020, em uma microempresa do ramo de varejo do município de Juscimeira-MT, totalizando três meses de acompanhamento. Na primeira etapa realizou-se o levantamento das receitas e despesas possibilitando fazer uma estrutura de fluxo de caixa no Microsoft Excel e logo depois com os dados obtidos foi feito um demonstrativo do fluxo de caixa no método direto, como é possível ver no demonstrativo abaixo.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – Método Direto VARANDINHA VARIEDADES E PRESENTES

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 07/2020 \$	EXERCÍCIO 08/2020 \$	EXERCÍCIO 09/2020 \$
Fluxos de caixa originados de:			
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Caixa pela venda de mercadorias à vista	283,80	169,30	326,05
Recebimento de Caixa pela venda de mercadorias a prazo	310,00	291,00	237,00
Valores pagos a fornecedores	(300,00)	(250,00)	(200,00)
Recolhimento ao Governo	(52,80)	(52,80)	(52,80)
Retirada de Pró-Labore	(150,00)	(150,00)	(150,00)
Pagamento Água/ Energia Elétrica*	(48,00)	(48,00)	(48,00)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	43,00	(40,50)	112,25

2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			

4. Aumento (redução) nas disponibilidades	43,00	(40,50)	112,25
5. Disponibilidades – no início do período	800,00**	843,00	803,50
6. Disponibilidades – no final do período	843,00	803,50	915,75

*Valores estimados.

**Valor arbitrário. Fonte: dados da pesquisa.

Conforme o demonstrativo do fluxo de caixa é possível observar todas as atividades operacionais da empresa, ficando claro que no período abordado só houve atividades operacionais e nenhuma atividade de financiamento ou investimento, podendo averiguar que a ausência dessas atividades ocasiona um grande impacto na empresa.

Ainda é possível compreender na apresentação dos dados coletados que o método direto do fluxo de caixa, que foi abordado neste estudo, torna viável compreender que os recebimentos e pagamentos apresentam oscilações significantes o que porventura pode não ser observado no dia a dia de uma microempresa. Na tabela do demonstrativo foi usado um valor estimado para as contas de Água e Energia Elétrica, pois a loja é uma extensão da casa da Proprietária tendo compartilhado então da mesma rede elétrica e mesma rede de água, por isso foi feito uma estimativa para a divisão dos valores.

Para a concepção do demonstrativo do Fluxo de Caixa, ainda foi arbitrado um valor para as disponibilidades no início do período no mês 07/2020, pois a empresa não acompanha rigorosamente os valores que impactam diretamente na atividade empresarial, inviabilizando uma certeza do valor das disponibilidades neste período. Vale ressaltar que todos os demais valores são os que representam a realidade da movimentação financeira dos períodos contemplados neste estudo.

Com base nos valores apurados nos fluxos de caixa da empresa é observável que no período de jul/2020 a ago/2020 a empresa teve uma redução em torno de 194% em suas disponibilidades, mas com efeito de impacto no período de aproximadamente 5%, destacando que o fator que colaborou para essa queda foi o recebimento de venda a vista. Mesmo havendo queda nas saídas dos recursos, a empresa teve um desfalque maior nas entradas neste período.

Os índices do próximo período auferido na pesquisa, teve uma variação positiva no caixa de 377% no final de set/2020, mostrando um aumento nas disponibilidades do caixa, ficou evidente que quem provocou esse aumento foram os recebimentos das vendas à vista feita pela empresa, que é o mesmo fator em que provocou a redução do caixa no mês anterior.

O acompanhamento contínuo da DFC gerencial auxilia na importância de verificar a capacidade da empresa de gerar caixa suficiente para liquidar todos os seus compromissos, do

mesmo modo que possa ter mais controle para saber em que ponto pode realizar futuros investimentos e de contra partida onde possa reduzir custos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o trabalho, fica notável a importância das empresas, independente do porte, manter um acompanhamento dos fluxos de caixa. Neste sentido, busca-se estar colaborando com os microempresários para que eles busquem conhecimento dessa ferramenta, que auxilia em demonstrar a realidade da situação financeira da empresa.

No presente estudo buscou-se evidenciar como ocorre a variação do fluxo de caixa de um mês para o outro em uma microempresa, partindo desse pressuposto, foi constatado a necessidade de obter um controle mais específico. Assim, foi elaborado um demonstrativo de Fluxo de Caixa pelo método direto que é mais simples e eficiente, em que possibilita com grande eficiência a tomada de decisões mais assertivas no dia a dia e também para o futuro da empresa.

Com base nas análises do demonstrativo, compreende-se que a microempresa Varandinha Variedades e Presentes teve uma queda em um dos meses registrados evidenciando um saldo negativo no final do mês de agosto de 2020, isso indica que a empresa efetuou mais pagamentos do que recebimentos, ressaltando-se que nos períodos analisados não houveram atividades de financiamento e investimento, e ficando evidenciado que sem esse acompanhamento seria quase impossível notar com precisão esse déficit nos recursos disponíveis na empresa.

Com essas observações, levadas a conhecimento da gestora, a mesma pode concluir que devem ser tomadas decisões rápidas para manter o caixa no positivo, podendo ser feito planejamentos para os próximos meses. Neste sentido, foi sugerido a empresária a realização de cobranças de débitos em atrasos, investir em possíveis propagandas para incentivar vendas, tentar realizar mais vendas à vista, buscar fornecedores com valores mais baixos, aumentar o marketing da loja nas redes sociais, promover sorteios para incentivar os clientes a comprar na loja com a disponibilização de prêmios.

Assim, com o presente trabalho pode-se concluir que foi de grande importância elaborar o demonstrativo do Fluxo de Caixa, ficando claro que se a gestora não tomar medidas cautelares que provoquem mudanças para aumentar o saldo das disponibilidades da empresa, pode colocar em risco os próximos meses, levando a empresa ter sérios problemas financeiros que podem levar até mesmo a falência.

Para melhorar os resultados obtidos, seria preciso planejar as mudanças necessárias na empresa para que não tenha variação de quedas novamente, fazer esse planejamento projetando essas mudanças para o próximo trimestre e juntamente do fluxo de caixa realizar um novo DFC para comparar os resultados com o demonstrativo anterior.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fábio Castelo Branco Ponte de. **Fluxo de caixa**: importância, composição e aplicação nas empresas. Fortaleza, 2004. Monografia (especialização em controladoria e finanças), Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO, 2004.

BEUREN, I. M.; PORTON, R. A. B.; RAUPP, F. M.; SOUSA, M. A. B. Proposta de uma sistemática de fluxo de caixa para uma empresa de pequeno porte do setor varejista: o caso de uma empresa comercial do ramo de confecções. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 125-144, 2003.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC 03 (R2) - Demonstração**

dos Fluxos de Caixa. Brasília, out. 2010. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2014.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº. 686, de 14 de dezembro de 1990. **NBC T 3.6 – Da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos**. Disponível em: < [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG03\(R3\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG03(R3).pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2020.

COUTO, Arminda Socorro Batista do. **A importância do fluxo de caixa para a gestão empresarial**. Pará, 2007. Artigo Científico, Universidade Federal do Pará, 2007.

FERNANDES, L. A.; GOMES, J. M. M. Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: Características e modalidade de investigação. **Revista ConTexto**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 1º Semestre, 2003.

GAZZONI, Elizabeth Inez. Fluxo de Caixa: **Ferramenta de controle financeiro para a pequena empresa**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, SFSC, Florianópolis, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATUS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINS, E.; IUDÍCIBUS, S.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. FIPECAFI. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços:** abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

OLIVEIRA, Dilson Campos. **Como elaborar controles financeiros.** Organização: COSTA, Viviane Soares da; WAKABAYASHI, Any Myuki; FOSCARINI, Renata Duarte; SABIONI, Adriana Athouguia. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2013.

PRADONOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas:** guia de sobrevivência empresarial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SILVA, José Pereira. **Análise financeira das empresas.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro de; OLIVEIRA, Everaldo Leonel de; SPESSATTO, Giseli. Fluxo de caixa como instrumento de controle gerencial para tomada de decisão: um estudo realizado e microempresas. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** (online), Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 76 - 88, maio/ago. 2010.

O FLUXO DE CAIXA APLICADO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Ivonete Melo França Furtado ¹

Oliveira, Luciana Aparecida Augusta ²

Fabricio Carlos Lenzi³

Fabiana Kely dos Santos Reis⁴

RESUMO

As pequenas empresas são peças fundamentais da economia, responsável pela geração de emprego e renda para uma significativa parcela da população. Entretanto, além de ter que enfrentar a concorrência de grandes empresas, elas também se deparam com dificuldades gerenciais, uma vez que não possui estrutura para um departamento especializado em contabilidade e finanças. Dentro deste contexto, o presente trabalho teve como objetivo discutir os benefícios da Demonstração de Fluxo de Caixa para as pequenas empresas. Para atingir este objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com o intuito de classificar as pequenas empresas e apresentar as dificuldades por elas enfrentadas, conceituar o fluxo de caixa e apresentar os benefícios de sua utilização em pequenas empresas. Na sequência, desenvolveu um estudo de caso referente ao controle de fluxo de caixa em uma microempresa no ramo lavagem de veículos pesados, a Empresa Lava-Jato França. Como resultado observou-se que a demonstração de fluxo de caixa possibilita que os gestores estejam bem informados, e os antecipe aos problemas, subsidiando decisões racionais, assim reduzindo o nível de incerteza e riscos e contribuindo para que as pequenas empresas possam alcançar seus objetivos organizacionais.

Palavras-chaves: Pequenas empresas; Gestão; Demonstração de Fluxo de Caixa.

1. INTRODUÇÃO

As Micros e Pequenas empresas são necessárias para a economia brasileira devido principalmente a sua capacidade de empregar e sua desconcentração geográfica. As empresas desse porte apresentam melhores condições de adequação ao seu ambiente, devido à proximidade com seus clientes, empregados, fornecedores e comunidade.

Apesar das vantagens apresentadas, as pequenas empresas enfrentam problemas que dificultam a continuidade dos negócios e a competitividade. Este estudo tem como tema a contabilidade gerencial na pequena empresa, mais especificamente a utilização da demonstração de fluxo de caixa

Com o objetivo de discutir os benefícios da Demonstração de Fluxo de Caixa para as pequenas empresas. Entre seus objetivos específicos estão: conceituar as micro e pequenas empresas e contextualizar o ambiente em que se inserem; identificar a estrutura e objetivo da demonstração de fluxo de caixa, e demonstrar como o fluxo de caixa pode contribuir com a gestão

financeira da empresa.

O artigo pode ser classificado como uma pesquisa bibliográfica, pois busca em livros e artigos científicos a conceituação dos principais temas relacionados ao fluxo de caixa. Além disso, a pesquisa também pode ser classificada como um estudo de caso, pois busca levantar dados referente ao controle de fluxo de caixa em uma microempresa no ramo lavagem de veículos pesados.

2. INTRODUÇÃO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

No desenvolvimento econômico brasileiro um dos setores que tem atraído muita atenção são as Micro e Pequenas empresas, o que se deve ao seu importante papel econômico e social. Elas representam a maior parte das empresas existentes no país e por essa razão contribuem de forma significativa para a geração de emprego e renda para as famílias brasileiras (OLIVEIRA et. al., 2015).

Muito se ouve falar em pequenas empresas, entretanto, é importante inicialmente buscar o seu real conceito. De acordo com o Sebrae (2016) existe mais de uma definição: a mais comumente utilizada é a que está na Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas do ano de 2006 e atualizada por meio da Lei Complementar nº 147/2014. De acordo com a referida Lei, as microempresas são as que possuem faturamento anual que não ultrapasse R\$ 360 mil reais ao ano. As pequenas empresas devem faturar entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões de reais anualmente. Esta classificação pode ser claramente observada na Figura 1.

Figura 1 – O que é classificado como pequeno negócio no Brasil



Sebrae: (2016)

Alguns órgãos também costumam utilizar como critério o número de empregados, limitando as microempresas às que empregam até nove pessoas, quando atuam no ramo de comércio e serviço, ou até 19 quando atuam em setores industriais ou de construção. As pequenas empresas seriam as que geram entre 10 e 49 empregos no caso de comércio e serviço e 20 a 99 empregos no ramo de indústria e construção civil. Essa classificação pode ser mais claramente visualizada na Figura 2.

Figura 2 – Classificação segundo o número de empregados

Classificação de empresas (número de empregados)				
	Microempresa	Pequena empresa	Média empresa	Grande empresa
Indústria / Construção	até 19	de 20 até 99	de 100 até 499	acima de 499
Comércio / Serviço	até 9	de 10 até 49	de 50 até 99	acima de 99

Fonte: Sebrae (2016)

Por fim é importante citar a classificação utilizada por órgãos Federais, como o BNDES, para concessão de crédito. Neste órgão, uma microempresa deve ter a receita bruta anual que não ultrapasse R\$ 1,2 milhões e as pequenas empresas devem ficar entre R\$ 1,2 milhões e R\$ 10,5 milhões. Esta tabela foi criada com base nos parâmetros do Mercosul (SEBRAE, 2016).

A Lei Complementar 123/2006, também conhecida como Lei Geral, é uma grande conquista das micro e pequenas empresas do Brasil, pois nela são estabelecidos e regulamentados os estímulos e incentivos para o setor, por meio de um sistema mais simples e justo para a o pagamento de impostos e contribuições. A Lei, que passou a ter vigência a partir de 1º de julho de 2007 e instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. O Estatuto, por sua vez, definiu a conceituação legal para as micro e pequenas empresas, que se manteve vinculada à receita bruta realizada. Apesar desta definição, existem diversos parâmetros para se proceder a classificação das empresas quanto ao seu porte. No Brasil, atualmente, são utilizados dois principais métodos: o primeiro leva em consideração o número de funcionários; o segundo considera o faturamento, podendo receber classificações diferentes se considerados os critérios adotados pelos classificadores, como IBGE, Sebrae e BNDES (DAHER, et. al., 2012).

Evidenciadas as principais questões que envolvem a classificação das pequenas empresas, sejam elas microempresas ou empresas de pequeno porte, o item a seguir procura

discutir a importâncias destas instituições para o cenário econômico brasileiro, assim como as dificuldades que estas empresas podem enfrentar diante da acirrada concorrência com empresas de grande porte.

Compreendido o que são micro e pequena empresa, torna-se importante discutir sobre sua importância. Pereira e Zabolotny (2016) afirmam que no ano de 1985 elas foram responsáveis por 21% do Produto Interno bruto – PIB nacional, valor que passou a 23,2% em 2001 e 27% em 2011, como pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1 – Contribuição das micro e pequenas empresas para a formação do PIB

	1985	2001	2011
Serviço	8,87%	8,30%	10,00%
Comércio	5,90%	6,80%	9,10%
Indústria	9,30%	8,10%	7,80%
Micro e pequenas empresas	21,00%	23,20%	27,00%

Fonte: Pereira e Zabolotny (2016)

Além de sua importante contribuição para a formação do Produto Interno Bruto as micro e pequenas empresas ainda são responsáveis por mais de 44% dos empregos formais em serviços e cerca de 70% dos empregos gerados no ramo do comércio (PEREIRA; ZABOLOTNY, 2016).

Informações semelhantes são apresentadas por Moraes e Carneiro (2017), que reafirmam a relevância das micro e pequenas empresas no contexto econômico nacional, uma vez que contribuem de forma significativa para a geração de renda e criação de empregos. Estas empresas são importantes tanto no cenário micro quanto macroeconômico, pois geram riquezas com vendas no mercado interno e externo. Conforme os autores, no ano de 2013 existiam cerca de 6,4 milhões de empresas no Brasil e que as micro e pequenas empresas respondiam por cerca de 99,0% do total, sendo responsáveis pela geração de 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado.

Devido à sua importância e representatividade econômica, o fechamento de pequenas empresas mostra-se danoso para a economia local, regional e nacional, pois deixam de gerar renda e aumentam o número de desempregados, o que compromete ainda o sistema de arrecadação do governo. Neste sentido, o item a seguir procura discutir quais os principais desafios enfrentados pelas pequenas empresas, ou seja, o que pode as levar à falência e o que podem fazer para que isso não aconteça.

DESAFIOS ENFRENTADOS

Apesar de sua reconhecida importância, as micro e pequenas empresas ainda enfrentam sérios problemas, o que reflete em uma baixa expectativa de vida. Nascimento (2015) afirma que entre as micro e pequenas empresas brasileiras há um alto índice de mortalidade. Afirma que, no ano de 2014, por exemplo, havia o registro de 405.021 empresas abertas no Brasil e o fechamento de 211.533, o que significa uma taxa de mortalidade de 52,18%.

Morais e Carneiro (2017) também afirmam que a taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas brasileiras é preocupante. Os autores apresentam na Tabela 2, a taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas, até dois anos, em porcentagem, por Região e o Brasil no período de 2008 a 2012. No Brasil, as taxas variaram de 23,4% a 45,8%, apresentando constante aumento nas taxas.

Tabela 2 - taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas

Ano de Constituição	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Brasil
2008	44,0 %	42,0%	51,0%	57,0%	48,0%	45,8%
2009	43,0%	41,0%	49,0%	55,0%	46,0%	44,6%
2010	24,0 %	27,0%	22,0%	21,0%	23,0%	23,8%
2011	23,0%	27,0%	25,0%	26,0%	24,0%	24,2%
2012	22,0%	25,0%	24,0%	25,0%	23,0%	23,4%

Fonte: Moraes e Carneiro (2017)

Oliveira et. al. (2015) afirmam que uma em cada quatro empresas não consegue chegar ao primeiro ano de vida. Esta alta taxa de mortalidade é atribuída pelos autores aos desafios e dificuldades que estas empresas encontram no mercado, como fatores econômicos e falta de experiência para o planejamento e para uma boa gestão financeira, questões fundamentais para a sobrevivência em um ambiente cada vez mais competitivo.

Compartilhando do mesmo ponto de vista, Jacomete (2018) afirma que diversos fatores podem fazer com que os pequenos empreendimentos tenham dificuldades para prosperar, como a falta de planejamento, o excesso de legislação, as dificuldades de acesso à crédito e a alta carga tributária. Em relação ao planejamento, o autor afirma que a maioria dos pequenos estabelecimentos são compostos por familiares normalmente sem conhecimento teórico da área de atuação, e assim deixam de pautar pela melhoria e modernização de sua empresa.

Henrique (2018) também relaciona as dificuldades enfrentadas pelas pequenas empresas à falta de profissionais capacitados em diferentes áreas. Na maioria dos casos estas empresas

são administradas pelo sócio principal, que normalmente não tem formação contábil nem de gestão de negócios, o que dificulta a administração e o controle de seu empreendimento, fatores que podem lhe levar ao fracasso. O autor acrescenta ainda que nem mesmo os escritórios de contabilidade que atendem estas empresas estão preparados para auxiliar. Os escritórios, em sua maioria, estão preocupados com a quantidade de clientes, e não com a qualidade dos serviços oferecidos. Temerosos em aumentar os preços para oferecer a assessoria necessária e acabar perdendo os clientes, optam pela mera escrituração das demonstrações contábeis. Se a assessoria necessária e sem um planejamento financeiro, torna-se impossível para os gestores alcançarem o sucesso do negócio.

Compartilhando de ponto de vista semelhante, Correia et. al. (2016) afirma que as micro e pequenas empresas detêm a maioria nos negócios no mercado brasileiro e, por isso, representam um significativo número em termos de benefícios sociais a sociedade, contribuindo para a geração de emprego e renda. Para os autores, dentro de um cenário competitivo, é necessário que estas empresas tenham à sua disposição uma contabilidade que forneça informações que auxiliem na gestão. Neste caso, apontam a contabilidade gerencial como uma importante ferramenta, capaz de contribuir para o controle e gerenciamento empresarial

FLUXO DE CAIXA

Fluxo de caixa é o instrumento de planejamento financeiro que tem o objetivo de fornecer estimativas da situação de caixa da empresa num período de tempo à frente. Dependendo da necessidade das informações do saldo de caixa elas podem ser diárias, semanais, mensais, trimestrais ou períodos ainda mais longos dependendo dos planos da empresa. Trata-se de um instrumento que traduz em valores e datas os dados gerados pelos demais sistemas de informações.

Segundo Silbiger (1992, apud DALBELLO, 1999), a demonstração de fluxo de caixa é uma ferramenta gerencial de extrema importância para as organizações, utilizada, na prevenção de problemas de liquidez, na evidenciação da relação entre lucro e fluxo de caixa, na definição das estratégias de pagamento de dívidas, na análise da aplicação dos recursos do caixa, no apontamento dos reflexos das políticas financeiras adotadas pela administração sobre o fluxo de caixa, além de outras tarefas ligadas ao planejamento e à administração das fontes e das necessidades de recursos financeiros.

De acordo com Silva (1996, p. 391) o fluxo de caixa é um dos principais instrumentos de análise, capaz de desvendar o processo de circulação do dinheiro, pois, examinando entradas

e saídas de dinheiro que ocorreram na empresa, assim como o que ainda não aconteceu, mas que está projetado para o futuro. Assim, pode-se afirmar que o fluxo de caixa é uma ferramenta que permite ao administrador financeiro planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros de uma empresa para determinado período.

Como já mencionado anteriormente, o processo de tomada de decisão precisa de informações e previsões que garantam sua eficiência, neste sentido o fluxo de caixa torna-se importante, pois além da empresa ter acesso à todas as entradas e saídas que ocorreram em um determinado período há também a possibilidade de prever o fluxo de caixa futuro.

Um fluxo de caixa destina-se a produzir estimativas numéricas de entradas e saídas de dinheiro, que são usados para apoiar a tomada de decisão, no entanto, a qualidade dessas informações dependerá da qualidade das informações constantes no fluxo de caixa. Vale destacar que, a elaboração de um fluxo de caixa pode importar dados de diversos departamentos da empresa, como vendas e pagamentos de compras, pessoal, serviços de terceiros, juros, impostos, receitas e gastos diversas são informações importadas de diversas áreas da empresa pelo fluxo de caixa.

De onde vem, e para onde vai o dinheiro é a indagação respondida pela Demonstração do Fluxo de Caixa, que, através da análise das entradas e das saídas de valores monetários constantes da contabilidade da companhia, enseja a elaboração permanente ou periódica desse demonstrativo. Sua importância é traduzida na indispensabilidade do equilíbrio financeiro cuja evidência, resultante da dinâmica pecuniária empresarial, requer o exame analítico e constante das fontes de recursos e suas demonstrações cujo significado é tão relevante quanto o das demais demonstrações financeiras da companhia, especialmente a do resultado do exercício. (CAMPIGLIA, 2000)

Diante do exposto, pode-se concluir que, o fluxo de caixa é um relatório gerencial que informa todas as movimentações financeiras da empresa em um determinado período. Através dele se verifica a origem e o destino de cada centavo que entra na empresa. Portanto, o fluxo de caixa pode ser visto como um retrato fiel da composição da situação financeira da empresa. Trata-se de um controle que pode ser atualizado diariamente, proporcionando ao gestor detalhadas informações sobre os recursos financeiros da empresa, já que o fluxo de caixa evidencia tanto o passado como o futuro, o que permite projetar, dia a dia, a evolução do disponível, de forma que se possam tomar com a devida antecedência, as medidas cabíveis para enfrentar a escassez ou o excesso de recursos.

Demonstrativo do Fluxo de Caixa

O fluxo de caixa é um instrumento de planejamento financeiro que tem por objetivo fornecer estimativas da situação de caixa da empresa em determinado período de tempo à frente.

A demonstração do fluxo de caixa é um relatório de grande relevância para a análise financeira, principalmente no que concerne à tomada de decisão na empresa. O fluxo de caixa é na verdade um receptor de dados que dá uma visão desenvolvida da estimativa de entrada e saída de caixa em um determinado período.

Para Santos (2001) as projeções de caixa possuem como principal finalidade informar à capacidade que a empresa tem para liquidar seus compromissos financeiros a curto e longo prazo. No entanto, existem outras finalidades como planejar a contratação de empréstimos e financiamentos, avaliação do impacto financeiro das variações de curto e do aumento da venda. As projeções de recebimento de vendas ou oriundos da prestação de serviços e pagamento de compras, pessoal, serviço de terceiros, juros impostos, receitas e gastos diversos são informações importados de diversas áreas da empresa pela demonstração do fluxo de caixa. Os dados financeiros gerados por todas as áreas de uma empresa são demonstrados no fluxo de caixa.

A Demonstração de Fluxo de Caixa, seguindo Lins e Filho (2012) é capaz de proporcionar aos usuários informações sobre as mudanças nos ativos líquidos da entidade e sua estrutura financeira, inclusive a liquidez e solvência, assim como sua capacidade para alterar os valores e prazos dos fluxos de caixa a fim se adaptá-los às mudanças de oportunidades. Para os autores, as informações sobre os fluxos de caixa podem ser úteis para avaliar a capacidade de a entidade gerar recursos, possibilitando a comparação entre os valores presente de futuros fluxos de caixa de diferentes entidades.

Para Martins et. al. (2018), a demonstração de fluxo de caixa apresenta importantes informações sobre a saúde financeira da empresa e a partir dela podem ser extraídos diversos indicadores, como os quocientes de cobertura de caixa, quocientes de qualidade do resultado, quocientes de dispêndio de capital e retornos do fluxo de caixa.

Fluxo de caixa é o instrumento de planejamento financeiro que tem o objetivo de fornecer estimativas da situação de caixa da empresa num período de tempo à frente. Dependendo da necessidade das informações do saldo de caixa elas podem ser diárias, semanais, mensais, trimestrais ou períodos ainda mais longos dependendo dos planos da empresa. Trata-se de um instrumento que traduz em valores e datas os dados gerados pelos

demais sistemas de informações.

Segundo Silbiger (1992, apud DALBELLO, 1999), a demonstração de fluxo de caixa é uma ferramenta gerencial de extrema importância para as organizações, utilizada, na prevenção de problemas de liquidez, na evidenciação da relação entre lucro e fluxo de caixa, na definição das estratégias de pagamento de dívidas, na análise da aplicação dos recursos do caixa, no apontamento dos reflexos das políticas financeiras adotadas pela administração sobre o fluxo de caixa, além de outras tarefas ligadas ao planejamento e à administração das fontes e das necessidades de recursos financeiros.

A Demonstração de Fluxo de Caixa pode ser estruturada de duas formas distintas, a forma direta e a forma indireta. Segundo Pfitscher, (2009, p. 09) o método direto “Identifica as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais” enquanto o método indireto “Faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações”. Na sequência são expostos dois exemplos de DFC, o primeiro, pelo método direto e, o segundo, pelo método indireto, com suas respectivas contas.

Tabela 1: Método Direto

1) Atividades Operacionais
(+) Recebimento de Clientes
(+) Recebimento de Juros
(-) Pagamentos
- a Fornecedores
- de Impostos
- de Salários
- de Juros
- Despesas pagas antecipadamente
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais (Recebimentos – Pagamentos)
2) Atividades de Investimento
(+) Recebimento pela venda de Imobilizado
(-) Pagamento pela compra de Imobilizado
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos
3) Atividades de Financiamento
(+) Aumento de Capital
(+) Empréstimo obtido de curto prazo
(-) Distribuição de dividendos
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamentos
4) Aumento/Redução nas Disponibilidades (1 + 2 + 3)
5) Saldo final de Caixa + Equivalente-caixa em 2007

6) Saldo final de Caixa + Equivalente-caixa em 2008 (4 + 5)

Fonte: Pfitscher (2009, p. 10)

Tabela 2: Método Indireto

1) Atividades Operacionais
(+) Lucro Líquido
Mais: depreciação
Menos: lucro na venda de Imobilizado
(-) Aumento de Duplicatas a Receber
(+) Aumento em PDD
(-) Aumento em Estoques
(-) Aumento em despesas pagas antecipadamente
(+) Aumento de Fornecedores
(-) Redução em provisão para IR
(-) Redução em Salários a Pagar
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais (Recebimentos – Pagamentos)
2) Atividades de Investimento
(+) Recebimento pela venda de Imobilizado
(-) Pagamento pela compra de Imobilizado
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos
3) Atividades de Financiamento
(+) Aumento de Capital
(+) Empréstimo obtido de curto prazo
(-) Distribuição de dividendos
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamentos
4) Aumento/Redução nas Disponibilidades (1 + 2 + 3)
5) Saldo final de Caixa + Equivalente-caixa em 2007
6) Saldo final de Caixa + Equivalente-caixa em 2008 (4 + 5)

Fonte: Pfitscher, (2009, p. 10)

FLUXO DE CAIXA APLICADO A PEQUENA EMPRESA

Segundo Padoveze (2004, p.18) "uma empresa sem Contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento." De todo modo, as MEP's não contam com auxílio contábil em sua administração, posto que, o contador da empresa, na maioria das vezes de acordo com afirmativa do Sebrae (2014) cumprem as obrigações fiscais e suporte que a legislação estabelece, todavia pouco ou nada perpetram para dar assistência a administração dessas organizações com informações favoráveis ao seu planejamento.

Conforme destaca Chér (1991, p.36), “a contabilidade tem sido encarada como um instrumento tão somente para se atender a uma série de exigências legais e burocráticas, e não encarada como um instrumento de apoio à administração”.

Afirma José Carlos Marion:

Os pequenos empresários, frequentemente, não dão o devido valor à contabilidade como instrumento de apoio, mas devido ao excesso de burocracia e obrigações acessórias que suas empresas têm de cumprir, vêem o contador como a pessoa que cuida de tudo isso, mas não como um suporte a administração (MARION, 2005, p.62).

Os administradores das MEP'S necessitam ter informações exatas, expressivas e competentes, se ambicionarem tomar boas decisões. Isso é individualmente apropriado quando se menciona à imperiosidade de informações financeiras sobre as operações da empresa. Indubitável é que implica que a ausência de competência em sistemas contábeis é um fator principal de mortalidade entre pequenas empresas.

A Contabilidade transformou-se na maior fonte de informações no que concerne o patrimônio da organização, propiciando aos os administradores das MEP'S o entendimento sobre todos os fatos que acarretaram contrafação qualitativa ou quantitativa, servindo de parâmetro na gestão dos negócios e cooperando para a aquisição dos objetivos. Assinale, ainda, que unicamente com seu emprego o empresário terá condições de sucesso.

Através das demonstrações financeiras o administrador poderá tomar decisões baseadas em informações coerentes e seguras, o que aumentará de maneira significativa as possibilidades de sucesso. Além disso, as demonstrações financeiras possibilitam um acompanhamento real da dinâmica do negócio, tornando possível traçar novas metas e diretrizes em tempo hábil e seguro.

O fluxo de caixa é uma ferramenta contábil que auxilia em tomadas de decisões financeiras, devido a sua forma de apresentação e manuseio prático, que visa demonstrar as operações cotidianas realizadas pela empresa e o planejamento eficaz dos recursos disponíveis, permitindo uma boa projeção desses recursos para melhor aplicá-los em oportunidades de negócio. Oliveira (2018) afirma que qualquer micro e pequena empresa pode adotar, em suas finanças, o fluxo de caixa como instrumento estratégico, devido a sua capacidade de organização de dados, referentes a pagamentos e recebimentos de caixa, proporcionando maior segurança e equilíbrio. O autor considera que as MPE's que utilizam o fluxo de caixa, de forma eficaz, possuem maior facilidade no gerenciamento dos recursos e na tomada de decisões precisas, pois sua utilização implica num controle fiel das atividades operacionais e não operacionais realizadas pelas mesmas.

Em pesquisa que teve como objetivo investigar a utilização da DFC por micro e pequenas empresas Oliveira (2018) verificou que nem todas utilizam o fluxo de caixa para o

gerenciamento e controle diário eficaz dos recursos. Também apontou que as dificuldades para elaboração, manuseio e controle do fluxo de caixa estão intrinsecamente ligadas à falta de interesse dos responsáveis em não querer saber melhor sobre essa ferramenta, pois apesar desse instrumento ser incentivado por muitos autores, não há ainda uma maior propagação, por parte, dos empresários, administradores e responsáveis financeiros de seus benefícios como instrumento que possibilita melhores tomadas de decisões na empresa.

3. PROCEDIMENTO METOLÓGICO

Este estudo pode ser classificado como uma pesquisa bibliográfica, pois é desenvolvida com base em material já elaborado, como livros e artigos científicos, que serão utilizados para se avaliar os principais conceitos teóricos relacionados ao tema em questão. Segundo Beuren (2013) pesquisas bibliográficas, estão sempre presentes nos estudos contábeis, seja como parte integrante de outro tipo de pesquisa ou exclusivamente enquanto delineamento.

Após o levantamento dos dados bibliográficos, também será realizado um estudo de caso referente ao controle de fluxo de caixa em uma microempresa no ramo lavagem de veículos pesados, a empresa Lava-Jato França.

De acordo com Martins (2009) o estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Portanto, ele se caracteriza por ser um estudo de uma instituição, uma pessoa, unidade social ou entidade bem definida e visa conhecer o seu “como” e “porquê”. Trata-se de uma investigação bastante particular, visto que se debruça sobre uma situação específica.

Quanto ao tipo de pesquisa realizada, trata-se de uma pesquisa quantitativa. Richardson (1999) explica que a pesquisa com abordagem quantitativa se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quando no tratamento dos dados. Esta técnica busca garantir a precisão dos resultados, evitando distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências feitas. Assim, a abordagem quantitativa é usualmente aplicada nos estudos descritivos, que buscam descobrir e classificar a relação entre as variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos.

Trata-se também de uma pesquisa descritiva, que de acordo com Beuren (2013), preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los e interpretá-los, sem interferir nos mesmos. Assim, nas pesquisas descritivas, os fenômenos são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador. A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever as

características de determinada população ou fenômeno, ou ainda estabelecer relações entre variáveis.

4 ANALISE DE RESULTADOS

Neste capítulo, foram levantados dados referente ao controle de fluxo de caixa. A pesquisa foi elaborada em uma microempresa no ramo lavagem de veículos pesados.

Foram analisados e posteriormente revisados o controle sobre movimentação referente a três meses expressando as entradas e saídas ocorridos nos períodos apurados.

Tabela 01: Fluxo de Caixa referente a três meses da Empresa Lava-Jato França

DESCRIÇÃO	COMPETENCIA 08/2020	COMPETENCIA 09/2020	COMPETENCIA 10/2020
ORIGEM DO FLUXO DE CAIXA:			
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimentos a vista de prestação de serviços	R\$8.564,13	R\$11.592,49	R\$3.850,00
(+) Recebimento a prazo de prestação de serviços	R\$12.555,87	R\$6.687,51	R\$13.800,00
(-) Pagamentos a fornecedores de produtos p/ prest. de serviço.	R\$1.416,46	R\$2.996,29	R\$1.670,45
2. Atividades de Investimento	R\$ 00,00	R\$ 00,00	R\$ 00,00
(+) Recebimento pela venda de Imobilizado	R\$ 00,00	R\$ 00,00	R\$ 00,00
(-) Pagamento pela compra de Imobilizado	R\$ 00,00	R\$ 00,00	R\$ 00,00
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	R\$ 00,00	R\$ 00,00	R\$ 00,00
3. Atividades de Financiamento	R\$ 00,00	R\$ 00,00	R\$ 00,00

(+) Aumento de Capital	R\$ 00,00	R\$ 00,00	R\$ 00,00
(+) Empréstimo obtido de curto prazo	R\$ 00,00	R\$ 00,00	R\$ 00,00
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PAGAS	R\$792,82	R\$1.088,08	R\$786,37
(-) Retirada de Pró-Labore e pagamento a funcionários	R\$5.392,00	R\$4,664,00	R\$4.629,00
(-) Pagamento de energia, água, aluguel e outras despesas	R\$3.900,20	R\$3.850,00	R\$3.660,00
(=) Caixa gerado	R\$9.618,52	R\$5.681,63	R\$6.904,18
4.Saldo no início do período.	R\$12.225,00	R\$21.843,52	R\$27.525,15
5. Saldo no final do período.	R\$21.843,52	R\$27.525,15	R\$34.429,33

Fonte: a pesquisa confeccionada pelo autor.

Analisando os resultados podemos observar que o fluxo de caixa é projetado para controlar o ativo da empresa, com base nos dados levantados foi possível identificar um correto planejamento, que anteriormente aos três meses pesquisados o proprietário não tinha planejamento correto afetando o lucro final da empresa.

No quadro acima podemos observar que referidos aos três meses houve um controle de entradas e saídas, porque segundo o relato do proprietário não entendia e nem sabia ao menos quanto seria seu lucro em meses anteriores.

Na pesquisa foi descrita os meses de competência apurados, origem de fluxo de caixa, recebimentos a vista, recebimentos a prazo, pagamentos a fornecedores, impostos, retirada de pró-labore e pagamentos de funcionários, pagamento de água energia e outras despesas caixa gerado e por fim saldo inicial e saldo final, com os resultados foram levantados através dessa ferramenta importante para empresa e sem custos, foi possível perceber que ela é essencial para um bom planejamento.

Nota-se que a micro empresa possui um bom fluxo de caixa, com capacidade para poder fazer investimentos financeiros, como por exemplo aumentar o capital ou realizar compras de imobilizado para empresa.

Na análise realizada na empresa no período investigado, nota-se que a mesma não tem feito nenhuma atividade de investimentos. O investimento para qualquer empresa,

independente do tamanho é indispensável pois faz parte do crescimento e desenvolvimento da mesma.

Também não há nenhuma atividade de financiamento o que demonstra que a empresa vem conseguindo trabalhar com o próprio capital investido.

Em conversa com o proprietário da empresa o mesmo relatou que não fazia o controle de gestão financeira para apurar o lucro da empresa e muito menos para saber qual a situação do fluxo de caixa da empresa. Segundo Silbiger (1992, apud DALBELLO, 1999), a demonstração de fluxo de caixa é uma ferramenta gerencial de extrema importância para as organizações, utilizada, na prevenção de problemas de liquidez, na evidência da relação entre lucro e fluxo de caixa, na definição das estratégias de pagamento de dívidas, na análise da aplicação dos recursos do caixa, no apontamento dos reflexos das políticas financeiras adotadas pela administração sobre o fluxo de caixa, além de outras tarefas ligadas ao planejamento e à administração das fontes e das necessidades de recursos financeiros.

Ao realizar a análise e o demonstrativo de fluxo de caixa foi explanado ao proprietário como é o processo para realizar os lançamentos em planilha para que o mesmo pudesse acompanhar a evolução da empresa.

Conclui-se nessa análise que apesar da empresa tem um fluxo de caixa positivo, o proprietário não sabia dos resultados pois não fazia acompanhamentos, e que com essa análise e instrução ao proprietário, o mesmo poderá fazer os lançamentos em planilha e por fim, fazer investimentos dentro da empresa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo discutir os benefícios da Demonstração de Fluxo de Caixa para as pequenas empresas. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema proposto, apresentando a classificação das pequenas empresas e as dificuldades por elas enfrentadas, conceituar o fluxo de caixa e apresentar os benefícios de sua utilização em pequenas empresas. Na sequência, desenvolveu-se um estudo de caso referente ao controle de fluxo de caixa em uma microempresa no ramo lavagem de veículos pesados, a Empresa Lava-Jato França.

Após a coleta de dados, realizou-se uma análise quantitativa dos mesmos, estruturando-se um demonstrativo de fluxo de caixa para a Empresa Lava-Jato França, com base nas informações dos meses de agosto, setembro e outubro de 2020, o que resultou em um controle de entradas e saídas, que segundo o relato do proprietário, não entendia e nem sabia ao menos quanto seria seu lucro em meses anteriores.

Com base nos resultados encontrados, verificou-se que além de ter que enfrentar a concorrência de grandes empresas, as pequenas empresas também se deparam com dificuldades gerenciais, uma vez que não possui estrutura para um departamento especializado em contabilidade e finanças.

Frente ao exposto, entende-se que o estudo alcançou seus objetivos, pois possibilitou uma compreensão sobre as possíveis contribuições da demonstração de fluxo de caixa à gestão financeira da empresa em que foi estudo de caso, levando ao proprietário da empresa informações essenciais para a gestão do seu negócio.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2013.

CAMPIGLIA, A. O. **Introdução à Hermenêutica das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 1997.

CHÉR, R. **A gerencia das pequenas e médias empresas: o que saber para administrá-las**, 2ed. rev. e ampl. São Paulo: Maltese, 1991.

CORREIA, José Jonas Alves; et. al. **Contabilidade Gerencial: Instrumento de Gestão para Micro e Pequenas Empresas**. 2016. Disponível em: <<http://www.simpcont.ppgc.ufrpe.br/sites/simpcont.ppgc.ufrpe.br/files/Artigo%20021.pdf>>. Acesso em: 02 Nov. 2020.

DAHER, Denilson da Mata; et. al. **As micro e pequenas empresas e a responsabilidade social: uma conexão a ser consolidada**. 2012. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/54716865.pdf>>. Acesso em: 02 Nov. 2020..

DALBELO, Liliane. **A relevância do uso do fluxo de caixa como ferramenta de gestão financeira para avaliação da liquidez e capacidade de financiamento de empresas**. 181 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

HENRIQUE, Marco Antonio. **A Importância da contabilidade gerencial para micro e pequena empresa.** 2018. Disponível em: <<https://www.engwhere.com.br/empreiteiros/A-Importancia-da-Contabilidade-Gerencial-para-Micro-e-Pequena-Empresa.pdf>>. Acesso em: 02 Nov. 2020.

JACOMETE, Bruno de Oliveira. **O papel das micro e pequenas empresas na economia brasileira.** 2018. Disponível em:

<<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rede/article/view/1709/1233>>. Acesso em: 02 Nov. 2020.

LINS, Luiz dos Santos; FILHO, José Francisco. **Fundamentos e análise das demonstrações contábeis: uma abordagem interativa.** São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis:** contabilidade empresarial. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, G.A. Metodologia **da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica.** São Paulo: Atlas, 2018.

MORAIS, Leucivaldo Carneiro; CARNEIRO, Letícia Furtado Rodrigues. **Mortalidade de micro e pequenas empresas na cidade de Naviraí- MS: estudo de caso.** 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/4373/3888>>. Acesso em: 02 Nov. 2020.

NASCIMENTO, Kattiuscy Neves Lopes. **Determinantes da descontinuidade de micro e pequenas empresas na cidade de Uberlândia.** 2015. Disponível em:

<<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19349/1/DeterminantesDescontinuidadeMicro.pdf>>. Acesso em: 02 Nov. 2020.

OLIVEIRA, Nilza Duarte Aleixo de. **Micro e pequenas empresas: desafios, oportunidades e mecanismos de sobrevivência.** 2015.

<<http://www.admpg.com.br/2016/down.php?id=2159&q=1>>. Acesso em: 02 Nov. 2020.

OLIVEIRA, Renato Costa de. **Estudo de caso: fluxo de caixa uma ferramenta de gestão financeira para a pequena empresa.** 2018. Disponível em:

<<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1048/771>>. Acesso em: 13 Nov. 2020.

PADOVEZE, C. L. Introdução à administração financeira. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

PEREIRA, João Guilherme; ZABOLOTNY, Luiz Marcelo. **Micro e pequenas empresas familiares do estado do paraná: levantamento das principais características e aplicação da engenharia de produção para melhoria**. 2017. Disponível em:

<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/8368/1/PG_DAENP_2017_2_22.pdf>. Acesso em: 02 Nov. 2020.

PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Contabilidade e Análise de Balanço**. 2004. Disponível em:

<<https://nemac.ufsc.br/files/2012/12/Tese-de-Doutorado-1-teseelisete.pdf>>. Acesso em: 13 Nov. 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Edno Oliveira, **Administração Financeira da pequena e média empresa**. São Paulo: Atlas, 2001.

SEBRAE. **Pequenas e M dias Empresas no Brasil**. 2016. Disponível em:

<<http://ois.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2016/04/Brasil-uv-abril-20162.pdf>>. Acesso em: 02 Nov. 2020.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira nas empresas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA DE UMA LOJA DE CALÇADOS EM JACIARA-MT

Laís Cristina Monteiro da Silva¹

Amauri Gonçalves de Oliveira²

Jailson da Conceição Teixeira³

Evaldo Rezende Duarte⁴

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo, abordar como a gestão do fluxo de caixa pode ser benéfica no dia a dia de uma empresa, e como esta ferramenta ajuda o empreendedor a ter controle de todas as suas receitas e despesas que foram realizadas em um determinado tempo pelo gestor. Com base nos dados coletados através de perguntas e observação assistemática, em uma loja do ramo de calçados da cidade de Jaciara-MT, com a finalidade de entender como a empresa utiliza as informações dos fluxos de caixa para as tomadas de decisões, e como o fluxo de caixa diário é realizado e os métodos que são utilizados. Após o levantamento dos dados foi realizada uma análise de todas as informações coletadas, em que se pode compreender como é realizada gestão dos fluxos de caixa na empresa alvo desta pesquisa, sabendo assim, se a empresa está tendo eficiência no controle do caixa, pois é controlado manualmente em anotações em uma agenda e um programa que permite verificar com mais agilidade se a empresa está tendo condições para arcar com as obrigações assumidas ou está apresentando sobras de caixa, e se poderá fazer novos investimentos. Portanto, conclui-se que o fluxo de caixa se apresenta como uma ferramenta de grande valia para o gestor no financeiro da empresa, e quando bem utilizada contribui para o controle financeiro, como para dar condições do gestor acompanhar melhor as saídas de recursos e vislumbrar a oportunidade de novos investimentos.

Palavras-chave: Fluxo de caixa. Empreendedor. Ferramenta.

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale Do São Lourenço-Eduvale, E-mail: silvalaisx@hotmail.com.

² Mestre em Ciências Contábeis pela FECAP (2012-2014), Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso (2009), Especializado em Matemática (2004) e Graduado em Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso (2002). E-mail: amauri27@gmail.com.

³ Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São LourençoEDUVALE, Pós Graduado em Tecnologia de Informação e Leida Responsabilidade Fiscal na ESAB e em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário na UNIC.

⁴ Mestre em Contabilidade Gerencial e Finanças na FUCEPE. Professor do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade EDUVALE, Contador da Excelência Contabilidade e Assessor Financeiro e Fiscal da Soluções Assessoria. Email: jailson@excelenciacontabilidademt.com.br

INTRODUÇÃO

O empreendedor ao ingressar no mercado, passa a buscar várias ferramentas para o seu negócio de certo, arcando com suas obrigações assumidas, e gerando um lucro ao final, para que esse cenário seja real, faz-se necessário que a empresa tenha uma boa gestão financeira para alavancar o capital. Um meio que oferece várias ferramentas de gestão, é a contabilidade gerencial que ajudam o gestor a compreender a parte burocrática auxiliando-o internamente no processo de tomadas de decisões, e criando assim vantagens competitivas no mercado. (PADOZEVE, 2012).

O fluxo de caixa faz parte dessas ferramentas gerenciais, ele possui papel auxiliador ao gestor para seu controle interno, esta ferramenta faz análise de determinados períodos escolhidos para serem analisados, todas as suas entradas e saídas de receitas e despesas são verificadas, após essa análise o gestor saberá a real situação financeira que sua empresa encontra-se, tendo assim, concepção se poderá investir em novas receitas com prazos maiores ou prazos menores para arcar com suas obrigações assumidas (FREZATTI, 2014).

O fluxo de caixa tem papel importante na gestão empresarial, através das suas análises feitas, as entradas e saídas que a empresa teve são evidências, permitindo assim seu controle efetivo, para as questões e afins desejado pelo gestor. Sem o fluxo de caixa, o gestor ficará carente no setor financeiro, pois não saberá ao certo qual a real saúde financeira que a empresa está passando, prejudicando no processo de tomada de decisões e para investimentos futuros.

O objetivo geral desta pesquisa é verificar como o fluxo de caixa auxilia o gestor no controle financeiro empresarial. É notório que muitas empresas, principalmente levando em consideração o momento atual onde as empresas tiveram que fechar suas portas em um primeiro momento e depois se adaptar as exigências devido a uma pandemia que afetou o mundo, apresentaram dificuldades financeiras para continuar no mercado. Neste sentido, a pesquisa parte desta problemática, além de que pequenas empresas em geral não conseguem ter um controle eficiente financeiro, para constatar em uma empresa alvo deste estudo como o ocorre o controle das entradas e saídas por meio do fluxo de caixa diário em uma empresa do ramo de calçados em Jaciara-MT.

Partindo dessa situação, foi realizada uma observação assistemática da operacionalização e controle das informações financeiras da empresa, sendo o método principal para a coleta de dados, porém foram coletados dados da empresa afim de verificar a operacionalização do fluxo de caixa na empresa, ressalta-se que pesquisa é de caráter meramente descritivo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da presente pesquisa foi dividido em seis tópicos onde os mesmos aborda os conceitos da contabilidade gerencial, e apresenta as ferramentas gerenciais que são usadas como pilares na gestão empresarial, onde destaca-se o fluxo do caixa o alvo do presente estudo.

Contabilidade gerencial

De acordo com Padozeve (2012), a contabilidade gerencial, tem como foco principal ser um aliado do empreendedor no processo de tomada de decisão, sendo assim, será aplicada internamente atendendo a administração, com informações uteis, e confiáveis para um processo de decisão assertivo do empreendedor.

Conforme Iudícibus (2009, p.21):

A Contabilidade Gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido as várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na Contabilidade Financeira, na Contabilidade de Custos, na Análise Financeira de Balanços etc. Colocados numa perspectiva [...] e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório.

Desde o modo a contabilidade gerencial é o ramo que fornece instrumentos para auxiliarem aos administradores nas suas funções gerenciais não apenas com a parte burocrática empresarial. Auxiliando-os na melhor forma da utilização do capital da empresa, tudo isso através de diversos controles utilizados para a prestação de informações gerencial de acordo com Crepaldi (2006). Segundo Crepaldi (2011, p.15):

Uma das técnicas utilizadas para auxiliar no avanço competitivo é o uso do sistema de informações, oferecendo as empresas relatórios gerenciais com informações que auxilie no processo de gestão criando vantagens competitivas no mercado concorrente.

Para Amorim, é por meio do gerenciamento contábil que o gestor acompanha e entende as condições da sua empresa, a partir de relatórios de todo tipo de transação da empresa, seja pelas vendas ou uma aquisições, dando a apuração adequada com todas as informações necessárias e relevantes, que o gestor necessita para o controle efetivo da empresa.

“O sistema de informações gerenciais perpassa toda a estrutura organizacional e fornece insumos para decisões de natureza estratégica tática e operacional. Ele tem a função de conectar pessoas com suas respectivas atividades organizacionais” (FREZATTI, 2009).

De acordo com Silva (2002, p. 23), “uma empresa sem Contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento”.

Ferramentas da contabilidade gerencial

As ferramentas gerenciais, são de suma importância no processo gerencial, com elas se torna possível aumentas as receitas, diminuir as despesas e projetar novos investimentos. Essas ferramentas quando bem utilizadas se tornam apoio da gestão empresarial. A seguir exemplos de ferramentas gerencias. (GARRISON, NOREEN, BREWEN, 2013)

Fluxo de caixa

De acordo com o SEBRAE o fluxo de caixa faz-se uma ferramenta de gestão que controla todas as entradas e as saídas em um determinado período de tempo de uma empresa, e projeta também o saldo do caixa para o futuro. Com todas as informações obtidas do fluxo de caixa, o empresário terá uma base da margem de lucros ou se a empresa está em déficit. Sendo o principal objetivo do fluxo de caixa será a verificabilidade a saúde financeira da empresa a partir da sua análise feita no período determinado.

Para Silva (2018), o fluxo de caixa controla todas as movimentações dos recursos financeiros de uma empresa, controla a entrada das mercadorias no estoque, as suas saídas que seria a venda dos produtos aos clientes, e os gastos que a empresa terá com suas obrigações assumidas. Portanto, o fluxo de caixa auxilia na gestão de uma empresa, mostrando os valores que serão gastos com todas as obrigações, sendo assim, o empresário saberá o total das receitas que ele terá para receber, e quanto de saldo disponível que a empresa possui para investir em mais mercadorias. Frezatti (2014), complementa que o fluxo de caixa se torna uma ferramenta fundamental para os gestores compreenderem qual a real situação financeira da empresa, sendo um dos principais instrumentos na gestão financeira como (planejar, controlar e analisar), as receitas, as despesas e os investimentos empresarial.

Para o fluxo de caixa se tornar referência de gestão, é necessário que seja possível mensurar o efeito resultante entre as decisões gerenciais e o nível de liquidez; aumentar o horizonte de projeção, e, conseqüentemente, aumentar uma visão futura da empresa; acompanhar os processos vigentes, bem como fazer uma revisão contínua desses processos no caso de eventuais mudanças nos negócios. A integridade das informações financeiras inerentes aos cálculos, premissas, cenários e informações

operacionais, considerados na projeção, é muito importante na avaliação financeira e de auditoria (quando necessário) do negócio (SILVA, 2018, p. 40).

De acordo como o Sebrae o fluxo de caixa tem várias finalidades como:

- a) Planejar e controlar as entradas e saídas de caixa num período de tempo determinado.
- b) Auxiliar o empresário a tomar decisões antecipadas sobre a falta ou sobra de dinheiro na empresa.
- c) Verificar se a empresa está trabalhando com aperto ou folga financeira no período avaliado.
- d) Verificar se os recursos financeiros são suficientes para tocar o negócio em determinado período ou se há necessidade de obtenção de capital de giro.
- e) Planejar melhores políticas de prazos de pagamentos e recebimentos.
- f) Avaliar a capacidade de pagamentos antes de assumir compromissos.
- g) Conhecer previamente (planejamento estratégico) os grandes números do negócio e sua real importância no período considerado.
- h) Avaliar se o recebimento das vendas é suficiente para cobrir os gastos assumidos e previstos no período considerado. (SEBRAE, 2019).

Sendo assim, o fluxo de caixa é composto pelas receitas e despesas empresariais em um dado período de tempo que será feita a análise dos resultados, e a análise feita pelo fluxo de caixa mostrara a viabilidade econômica empresarial, sendo mais detalhado e completo para o gestor (MARQUES, 2013).

A importância do fluxo de caixa se dá, por ser uma ferramenta imprescindível para a gestão empresarial, pois são através dos resultados obtidos que a empresa pode melhor atuar podendo fazer um melhor planejamento gerencial e controle financeiro. A Demonstração do Fluxo de Caixa, sendo um instrumento gerencial que permite apoiar o processo decisório, as informações devem estar orientadas pelo fluxo de caixa. Outra importante função dessa ferramenta são os controles que o gestor terá das compras e vendas de mercadorias e serviço, juntamente com seus prazos e também dos seus pagamentos. (SILVA, 2018, p. 39).

O fluxo de caixa possui inúmeros objetivos, mas o principal deles é a análise de todas as entradas e saídas diárias. De acordo com Silva (2018, p. 38), a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite observar as movimentações dos recursos como: pagar as obrigações dentro do vencimento; aplicar de forma eficaz os recursos disponíveis, sem comprometer, contudo, a liquidez, etc.

A estrutura de análise do fluxo de caixa pode variar conforme o ramo que a empresa atua e de acordo com as necessidades que o gestor precisa sanar. (SEBRAE), o fluxo de caixa possui passos, para formulação da sua análise, sendo eles:

Passo 1: Inicie lançando no “contas a pagar” e contas a receber os compromissos já assumidos e os valores a receber, já conhecidos ou facilmente estimados.

Passo 2: Estime sempre as despesas ainda não lançadas no contas a pagar, tais como impostos, contas de água, luz, folha de pagamento, etc. tente também conhecer a

sazonalidades dessas contas, suas datas de vencimentos e reajustes para melhor estimar.

Passo 3: Nas vendas à vista, utilize como base a média diária de vendas realizadas. Considere os meses de mais movimento e menos para a média. (SEBRAE).

Fazer o controle do fluxo de caixa, resulta tanto quanto fazer o planejamento, o processo de revisão do fluxo de caixa analisa os, “controle diário da movimentação bancária; boletim diário de caixa e bancos; e controle financeiro diário, em termos de ingressos e desembolsos de caixa”. Com base nesses cenários, o fluxo de caixa se torna uma grande ferramenta auxiliadora no processo de tomada de decisões. (ZDANOWICZ, 2004).

Formação do preço de venda

De acordo com o SEBRAE, o processo de formação do preço para a venda, é a definição do valor monetário que a empresa cobrará do seu produto ou serviço ao consumidor final. O valor definido deve cobrir todos os gastos que a empresa teve com o produto levando em consideração também todos os gastos com as despesas fixas e as despesas variáveis, com a mão de obra, o transporte, para que o preço colocado no produto, cubra todas despesas com o produto, e ainda gere um percentual de lucro a empresa.

Para Santos (1996), os preços colocados para a venda dos produtos ou serviços podem ser por vários propósitos diferentes, tais como a maximização dos lucros da empresa, elevação da quantidade de produtos que serão vendidos que consequentemente farão o estoque girar, mantendo o estoque com produtos diferenciados. Podendo ser também com o quesito de conquistar novos clientes com preços de vendas diferenciados, sendo assim, influenciando a decisão do cliente em comprar na empresa ou na concorrente. Por isso, a necessidade de o empresário analisar bem tanto o seu ambiente interno como o ambiente externo para definir os preços em seu processo de formação mantendo assim, o equilíbrio necessário.

Sendo assim, a formação de preços de venda faz-se importante ser feita a partir do custo do produto, a empresa deverá pesquisar o mercado e observar a aceitação por parte da demanda do produto, e qualidade dos produtos em face dos concorrentes e os preços de venda propostos. A formação dos preços deve ser adotada tanto para mercadorias existentes como para lançamentos de novos produtos, de acordo com Dubois, Kulpa e Souza (2019).

Análise das demonstrações contábeis

De acordo com Diniz (2015), a análise das demonstrações um estudo feito do desempenho econômico e financeiro de uma empresa, em um dado período passado de tempo, para saber a posição atual da empresa e a fim de prever tendências futuras. As demonstrações

contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da empresa tirada com base nos balanços patrimoniais. Para que o analista, tire diversas análises dos relatórios contábeis visam uma avaliação completa e detalhada do desempenho da empresa, como forma de identificar as decorrências das suas diversas decisões financeiras que foram tomadas pelo gestor da empresa.

Sendo assim, a análise das demonstrações financeiras relata as informações contábeis que são fornecidas pelas empresas, que mostram a economia financeira atual, as causas que determinaram a evolução e as tendências futuras. Portanto, a análise dos balanços extrai dados da posição passada, presente e futura de uma empresa. (IUDÍCIBUS, 2009).

Análise de custo

Para Neto (2009), a análise de custo é uma ferramenta estratégica no processo decisório da empresa, sendo uma ferramenta indispensável na execução das tarefas gerenciais, como a formação de preços, análise da produção e giro do estoque. Com base nessas informações, o sistema de custos que pode ser administrado pelo gerente administrativo da empresa ajudando a definir especialmente o preço de seus produtos. A formação desses preços devem ser o suficiente para cobrir os gastos tidos na fabricação dos produtos, gastos com as despesas empresárias. Sendo eles os custos diretos e os custos indiretos.

“A análise de custos tem como objetivo abordar conceitos e práticas que permitem analisar o custo de produtos/serviços, bem como tomar decisões estratégicas relacionadas aos custos.” Alves, 2018, p. 72. Sendo assim, a análise de custo, gera informações rápidas e seguras para o gestor fazer a tomada de decisões. (ALVES, 2018).

2 METODOLOGIA CIENTÍFICA

O método de pesquisa utilizado foi o bibliográfico, que de acordo com Freitas (2013), se dá quando realizada a partir de materiais já publicados, que são eles os livros, revistas, artigos, etc. Para o decorrer da pesquisa foi utilizado o método qualitativo que “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (FREITAS, 2013, p. 28).

A pesquisa adotou o método descritivo, para a coleta de dados foi utilizado uma observação assistemática e perguntas a gestora da loja de calçados Vitrine Calçados de Jaciara-MT, que este método para Freitas (2013, p. 30) o “pesquisador apenas registra e descreve os

fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.”

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada em uma loja do ramo de calçados, chamada Vitrine Calçados cuja razão social é Lorrane Magalhães Prego-ME, a empresa está localizada na cidade de Jaciara-MT. A estratégia utilizada para a coleta de dados foi concebida por meio de uma observação assistemática e perguntas a gestora, sendo a análise dos dados voltadas a entender de como o fluxo de caixa dessa empresa faz-se presente no cotidiano e como auxilia a empresária nas suas compras futuras e quitação das obrigações fixas e variáveis.

O fluxo de caixa dessa empresa é realizado diariamente, todos os dias as funcionárias abrem o caixa com uma quantia inicial de R\$ 270,00 para troco e no final do dia o fechamento do caixa é registrado em um caderno onde são anotados, o saldo da gaveta, as quantias recebidas em cartão, o valor da retirada, todos os recebimentos feitos dos crediários próprios dos clientes. Segue abaixo, conforme o quadro 1, a demonstração do dia 10 de agosto de 2020 de um dos caixas da empresa.

Quadro 1 – **Fechamento do caixa do dia 10 de agosto de 2020.**

Troco:	Troca:
Gaveta: 287,70	Vendas: 689,70
Cartão: 365,80	Cartão: 365,80
Cartão (Recebimento): 149,90	
Retirada: 750,00	Recebimento: 497,90
Total: 1.553,40	Total: 1.553,40

Fonte: Dados da pesquisa.

Para o controle das vendas é usado o sistema *CompuFour*, e no programa *Clipp store* é onde mostra quanto de venda está sendo feito por dia e permite fazer comparações com os meses anteriores.

Os pedidos realizados são todos registrados em uma planilha para o controle da chegada de novas mercadorias e de quanto de capital já foi investido em cada fornecedor. Com base na observação assistemática, foi possível acompanhar como o controle de caixa da empresa é realizado e devidamente anotado nas agendas anuais, no sistema onde os dados de saídas são todos expostos em gráficos mensais ou anuais. No sistema é onde a empresária, analisa se há

relação ao ano anterior da loja, verificando se o caixa está tendo sobras de caixa ou está em déficit. Em um diálogo com a empresária, a mesma revelou que os gastos com compras variam conforme as necessidades do estoque de calçados.

Na busca de entender como são os fluxos de caixa foi realizado um acompanhamento durante 4 (quatro) semanas de agosto de 2020. Inicialmente, como consta no quadro 2, foi separado em percentuais quanto havia em entradas de caixa, separadas por vendas à vista, vendas por cartão (Crédito ou Débito), os recebimentos das vendas a prazo (Crediário) e os pelos depósitos feitos pelos clientes.

Quadro 2 – Percentuais de entradas de caixa nas semanas de agosto de 2020.

Entradas	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4
Vendas à vista	31,50%	23,80%	25,20%	27,70%
Vendas Cartão	24,70%	26,70%	34,60%	29,60%
Recebimento Crediário	38,90%	36,70%	28,90%	27,90%
Depósito cliente	4,90%	12,80%	11,30%	14,80%

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o quadro 2, se observa que os recebimentos do crediário da loja são os com melhores resultados no período, no entanto é visível verificar até o comportamento dos clientes, pois nas duas primeiras semanas há mais recebimentos dos crediários e são realizadas mais vendas à vista também. Em contrapartida, é possível verificar que nas duas últimas semanas do mês são os períodos de mais vendas a prazo. Portanto, torna possível vislumbrar como ocorrem os fluxos de entradas de recursos na empresa, permitindo a empresa fazer estratégias para os próximos períodos com base na gestão dos fluxos de caixa.

No quadro 3 a seguir, também separado em percentuais, foram levantadas as saídas de caixa, separadas por fornecedores, gastos com pessoal (Salários, FGTS e INSS), gastos administrativos (água, energia e telefone), os honorários do contador, os gastos com materiais de limpeza, e o pagamento pelo número de consultas realizadas em cada CPF dos clientes pelo site SPC.

Quadro 3 – Percentuais de saídas de caixa nas semanas de agosto de 2020.

Saídas	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4
Fornecedores	64,50%	58,90%	71,80%	82,60%
Salários/ FGTS/INSS	15,90%	-	-	-
Água, energia, telefone	-	16,70%	-	-
Contador	-	8,90%	-	-
Materiais de limpeza	6,00%	-	-	-
SPC	13,60%	15,50%	28,20%	17,40%

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao observar o quadro 3 acima, é constatado com clareza que as principais saídas de recursos da empresa são os pagamentos aos fornecedores, seguido das outras operações representativas de saídas de caixa. Apesar de ter uma variação entre as semanas, as saídas de caixa com os fornecedores não se pode colocar como padrão como argumentado no caso das entradas, pelo fato de não haver mais períodos para analisar.

O quadro 4 contempla as variações ocorridas nas quatro semanas de agosto de 2020, fazendo uma comparação, em percentuais, dos totais de entradas e saídas de caixa, conforme se observa a seguir.

Quadro 4 – Percentuais das variações das entradas e saídas nas semanas de agosto de 2020.

Entradas	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4
Variação das movimentações	19,60%	8,90%	28,20%	17,40%

Fonte: Dados da pesquisa.

O quadro acima traz os percentuais, das variações relativas as entradas e saídas das semanas do mês de agosto, onde se constata que há uma eficiência no controle financeiro, pois em todas as semanas observadas a empresa teve sobras de caixa. No entanto, é perceptível que há variações significativas entre as semanas, isso porque parte das entradas que a loja teve sempre se retira parte para honrar os compromissos feitos com os fornecedores e não há um controle para se manter uma média das sobras de caixa. Ressalta-se, conforme explicado pela gestora que foi investido nas compras finais, que chegarão nos próximos meses para a preparação do estoque para o final de ano, mês de mais saídas de mercadorias, e neste sentido é preciso aumentar os estoques de mercadorias para suportar a demanda.

Com base na observação feita na loja, pode-se constatar que o fluxo de caixa, é utilizado como ferramenta não só para o controle da saúde financeira, mas também contribuindo para novas aquisições de calçados. O problema encontrado na coleta, foram os intervalos de um fluxo de caixa ao outro para serem realizados, pois eles são levantados apenas no começo de cada ano, ou antes de uma grande compra de mercadorias. Assim, para uma boa análise financeira, o fluxo de caixa por semestre ajudaria bastante, para uma visão mais detalhada das movimentações financeiras que a empresa possui.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central foi verificar como o fluxo de caixa auxilia o gestor no controle financeiro empresarial, sabendo que o fluxo de caixa é uma ferramenta importante para o gestor, e que quando utilizada de maneira correta antes das tomadas de decisões, pode contribuir para um gerenciamento mais eficaz das movimentações financeiras, permitindo até que os

empresários vislumbrem a possibilidade de novos investimentos.

Considerando as observações realizadas e os questionamentos realizados, buscando identificar como o fluxo de caixa poderia ajudar o gestor a melhorar a gestão financeira da empresa, e ter um diferencial para a projeção de seus investimentos. Destaca-se necessário que a empresa faça fluxos de caixa projetado, onde o gestor poderia analisar suas contas atuais, e planejar seus próximos passos, contribuindo para o gestor ter uma visão futura do seu negócio, permitindo que ele faça projeções mais audaciosas e promissoras para sua empresa.

Após esta pesquisa, pode-se concluir que o fluxo de caixa tem papel vital na gestão financeira de uma empresa, essa ferramenta deixa em evidência todas movimentações financeiras realizadas que a empresa teve em determinado período, permitindo que o gestor faça as suas tomadas de decisões necessárias, com base nos dados das entradas e saídas, além de contribuir para entender a real saúde financeira da empresa. Por fim, vale ressaltar que o gestor terá condições de determinar se poderá fazer novos investimentos ou proporcionar aos seus clientes para prazos mais longos, ou terá que encurtar os prazos.

Assim, tornou-se admissível compreender a importância do controle dos fluxos de caixa na empresa. Ressalta-se que poderiam ser abordadas outras circunstâncias como acompanhar por mais meses se a empresa em todos os períodos foi eficiente na gestão das disponibilidades, ou fazer uma análise mais profunda da situação da empresa buscando acompanhar durante os meses mais impactados pelas restrições da pandemia ao comércio local como foi a eficiência neste período podendo fazer análises estatísticas da eficiência da gestão em tempos de crise.

No entanto, é possível conceber que a utilização do fluxo de caixa se torna uma ferramenta muito importante para o ambiente empresarial, pois além de permitir fazer um controle das movimentações financeiras, o acompanhamento permite visualizar se está havendo sobras no caixa. Com isso, se torna como uma estratégia para a condução empresarial para continuar honrando com seus compromissos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Diego Felipe Borges de. **A importância da contabilidade gerencial para a gestão dos negócios.** Disponível em:

<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_contabilidade_gerencial_0.pdf>. Acesso em: 16 de Outubro de 2020

ALVES, Aline, **Análise de custo**– Sagah: Porto Alegre, 2018. ISBN 978-85-9502-442-7

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 3. edição. São Paulo: Atlas, 2006.

DINIZ, Natália. **Análise das demonstrações financeiras**. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

DUBOIS, Alexy; KULPA, Luciana; SOUZA, Luiz Eurico de. **Gestão de custos e formação de preços**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

FERNANDES, L. A.; GOMES, J. M. M. Relatório de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação. **Contexto**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 2003.

FREZATTI, Fábio. **Gestão do fluxo de caixa**: perspectivas estratégicas e tática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER Peter C. **Contabilidade Gerencial**, 14 ed. São Paulo: AMGH Editora Ltd, 2013

IUDÍCIBUS, Sérgio de; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade**: para graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 10 ed. São Paulo: Atlas. 2009. MARQUES,

Wagner Luiz. **Controlando as finanças utilizando o fluxo de caixa**. 2013

MARQUES, Wagner Luiz. **Contabilidade geral I** – Contabilidade Comercial. Paraná: Gráfica Vera Cruz. Cianorte, 2010.

NETO, Oscar Guimarães. **Análise de custo**. ed. rev. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2010.

SANTOS, J. J. **Formação de preços e do lucro**: custos marginais para formação e preços referenciais. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

SARDINHA, José Carlos. **Formação de preço**: uma abordagem pratica por meio da análise custo-volume-lucro. São Paulo: Atlas, 2013.

SEBRAE. **O que é o fluxo de caixa e como aplicá-lo no seu negócio**, 2019. Disponível em:

<[https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fluxo-de-caixa-o-que-e-ecomoinplantar,b29e438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD#:~:text=Para%20isso%](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fluxo-de-caixa-o-que-e-ecomoinplantar,b29e438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD#:~:text=Para%20isso%20)

2C%20o%20empres%C3%A1rio%20conta,para%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20ou%20eventuais%20gastos>. Acesso em: 23 de Novembro de 2020

SILVA, Edson Cordeiro da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas:** guia de sobrevivência empresarial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SOUZA, Katth Kalry Nascimento de. **Formação do preço de venda.** Pará: Universidade Federal, 2007.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa:** uma decisão de planejamento e controle financeiros. 10. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2004.

ANÁLISE COMPARATIVA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO X BANCOS COMERCIAIS DO VALE DO SÃO LOURENÇO: SERVIÇOS E RETORNO.

Luciana Alves de Oliveira Souza¹
Luciana Aparecida A. de Oliveira²
Fabrício Carlos Lenzi³
Fabiana Kely dos Santos Reis⁴

RESUMO

Este artigo apresenta a análise comparativa de cooperativas de crédito X bancos comerciais do Vale do São Lourenço: Serviços e retorno. O objetivo foi investigar quais as diferenças e evidenciar as (des)vantagens das cooperativas de crédito, quando comparadas a bancos comerciais. O tema escolhido foi elaborado para apresentar para a população do Vale do São Lourenço o diferencial de produtos e serviços prioritários ofertados pelas cooperativas de crédito e um banco comercial, qual o retorno que um cliente obtém com um banco comercial e o retorno que um associado obtém em uma cooperativa. O principal objetivo do tema escolhido foi para a população adquirir mais conhecimento sobre as diferenças de uma cooperativa e quais as vantagens que a mesma oferece a seus associados e de um banco comercial onde é formado por sociedade de capital. A metodologia utilizada foi a qualitativa para conhecer o ambiente apresentado e complementada com a pesquisa bibliográfica e por uma análise documental que auxiliaram no desenvolvimento da proposta apresentada. Também foi utilizada a pesquisa quantitativa para análise dos valores entre taxas e tarifas traduzidos em números cobrados em cooperativas e bancos comerciais. Conclui-se que no presente estudo as cooperativas são mais vantajosas referentes a um banco comercial, pois o lucro obtido no final do exercício é dividido em cotas para seus associados referentes ao valor que foi integralizado em seu capital social.

Palavras-chave: Cooperativismo. Análise de taxas e tarifas. Banco Comercial.

1 INTRODUÇÃO

As sociedades cooperativas são de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social onde atuam. O objetivo desse artigo é apresentar para a população do Vale do São Lourenço qual tipo de instituição bancária é mais vantajosa. Notou-se que as cooperativas de créditos oferecem produtos e serviços prioritários com taxas e tarifas com valores inferiores aos bancos comerciais. As cooperativas de créditos são sociedades de pessoas de forma livre e voluntária, e com o mesmo objetivo e sem finalidade lucrativas o lucro obtido no final do exercício é dividido em cotas partes com os associados, de acordo com os valores integralizados, e outra parte é investido na comunidade onde atuam.

¹Estudante do 8º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço (EDUVALE).

² Graduada em Administração e Ciências Contábeis, pós-graduada em Recursos Humanos – Gestão de Pessoas pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço (EDUVALE), Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço (EDUVALE).

³ Economista, especialista em Gestão Empresarial e Consultoria em Agronegócios, professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. e-mail: fabriciolenzi@eduvalessl.edu.br

Já os bancos comerciais são sociedades de capital, com finalidade lucrativa, cuja demanda do poder é de acordo com os valores investidos em ações. Diante da argumentação, surge o problema para o qual foi desenvolvida a pesquisa: Análise comparativa de cooperativas de crédito x bancos comerciais do vale do São Lourenço: serviços e retorno. As análises foram obtidas através de duas contas correntes uma de uma cooperativa de crédito e a outra de um banco comercial, as movimentações em relação a taxas e tarifas foram extraídas através dos extratos dos últimos doze meses de movimentação de um mesmo correntista.

Para a metodologia foi utilizado pesquisa qualitativa para conhecimento do tema, pois ela tem uma relação com o que é real e o sujeito e a pesquisa quantitativa para calcular os números e traduzindo a interpretação das coisas. Enquanto que o método utilizado foi o comparativo, usado para analisar dois ou mais fenômenos podendo ser utilizado em várias áreas de conhecimento.

A análise de dados foi obtida a partir da apresentação de duas movimentações em contas correntes, sendo de uma de banco comercial e a outra de uma cooperativa de crédito, evidenciando os produtos e serviços e suas taxas e tarifas. Para obter os resultados mencionados foram emitidos extratos referentes à movimentação, no período de um ano, em ambas as contas para apresentação das taxas e tarifas pagas nesse período.

O resultado obtido deste trabalho, a partir das análises e pesquisas realizadas, é que as cooperativas de créditos ofertam taxas e tarifas com um valor inferior ao banco comercial e nas cooperativas de créditos os associados recebem a distribuição de sobras referente ao valor que foi integralizado.

2 O QUE É COOPERATIVISMO

De acordo com Lima et al (2013, p.1) “O cooperativismo é um movimento internacional que procura construir uma sociedade mais justa, livre e com bases democráticas”.

O Cooperativismo se forma da união de pessoas com o mesmo objetivo, pensando no desenvolvimento econômico e sustentável, uma de suas prioridades é o desenvolvimento social, as decisões da Cooperativa é decidida através do voto.

Segundo Bittencourt (2000) as cooperativas oferecem os mesmos serviços de um banco, temos produtos de investimentos, depósito a vista e a prazo, manutenção da conta corrente, entrega de talão de cheque e empréstimos entre vários outros produtos.

Uma diferença entre as Cooperativas e os Bancos tradicionais e que as primeiras os clientes são designados como associados, sobre essa temática Franke(1973, p.55) encontrou a seguinte forma de realçar o papel dos associados nas Cooperativas de Crédito:

A cooperativa, porém, se distingue conceitualmente das demais organizações por um traço altamente característico: enquanto nas empresas não cooperativas, a pessoa se associa para participar dos lucros sociais na proporção do capital investido; na cooperativa, a razão que conduz à filiação do associado não é a obtenção de um dividendo de capital, mas a possibilidade de utilizar-se dos serviços da sociedade para melhorar o seu próprio status econômico.

De acordo com Lima et al (2013, p. 12) “A cooperativa, em seu conceito é uma sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de caráter civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos seus associados.”

As cooperativas é formada na união de pessoas, guardada pelos sócios, que também são donos e desfrutam dos produtos e serviços oferecidos pela mesma.

Segundo Fardini (2017) comporta que os associados sejam chamados de três maneiras: associados, sócios e cooperados. Uma pessoa que se torna associado atende pelo estatuto social de uma cooperativa, passa a fazer parte do quadro societário. Está escrito na Lei Geral do Cooperativismo, nº 5.764/1971, e na Lei nº 12.690/2012 – referente às cooperativas de trabalho - que asseveram:

“Art. 4º. - As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]” - Lei nº 5.764/1971

“Art. 73. Solucionado o passivo, reembolsados os cooperados até o valor de suas quotas partes e encaminhado o remanescente conforme o estatuto, convocará o liquidante Assembleia Geral para prestação final de contas.” - Lei nº 5.764/1971
Considera-se autogestão o processo democrático no qual a Assembleia Geral define as diretrizes para o funcionamento e as operações da cooperativa, e os sócios decidem sobre a forma de execução dos trabalhos, nos termos da lei”.

Art. 1º § 2º da Lei nº 12.690/2012

Quais as diferenças de uma cooperativa e outros empreendimentos

O sistema bancário brasileiro possui diversas instituições financeiras que apresentam objetivos e composição variadas. O quadro 1 apresenta as diferenças entre cooperativas, associações e empresas mercantis:

Quadro 1 –Cooperativas X Associações X Empresas Mercantis

Parâmetros de	Cooperativas	Associações	Empresas Mercantis
diferenciação			
Finalidade	Com fins econômicos, mas sem objetivo de lucro	Sem fins lucrativos, com impossibilidade de exercer função comercial	Com finalidade lucrativa
Quantidade mínima de membros para constituir o empreendimento	Vinte cooperados	2 associados	1 empresário
Objetivo	Prestar serviço aos cooperados	Representar o interesse dos associados	Lucrar
Direito a voto nas decisões	Cada pessoa tem direito a um voto	Cada pessoa tem direito a um voto	Quanto mais capital, maior poder de voto
Constituição do capital social	É formado por quotas parte	Não possui	É formado por ações dos proprietários
Transferibilidade das cotas	São intransferíveis para terceiros	Não possui	Podem ser transferidas a terceiros

Fonte: Fardini(2017, p.19)

Fardini (2017, p.35) explica que "Dos valores decorrem os princípios internacionais do cooperativismo, que foram reestruturados ao longo da história e adaptados à realidade social e econômica do mundo atual, consolidando se em sete, conforme divulgado pela Aliança Cooperativa Internacional" – ACI.

Os princípios do cooperativismo mencionado por Fardini (2017, p. 36-39), são:

1º - Adesão voluntária e livre: [...]; 2º - Gestão democrática: [...]; 3º - Participação econômica dos membros: (...); 4º - Autonomia e independência:[...]; 5º - Educação, formação e informação; 6º - Intercooperação; 7º - Interesse pela comunidade:

Os princípios do cooperativismo são muito importantes para as cooperativas de crédito dando o direito aos seus associados de ir e vir, com a adesão voluntária indo por vontade própria, gestão democrática com a participação nas decisões da cooperativas, participação econômica dos membros, sendo que qualquer associado pode se inscrever e fazer parte dos conselhos da cooperativa,

A autonomia e independência das cooperativas permitem aos cooperados serem donos do negócio. As políticas de educação dos membros, gestores e colaboradores da cooperativa, são amparados com toda formação e informação necessárias, embasados no princípio da intercooperação que enfatiza o trabalho em conjunto sempre pensando no que é melhor para os associados e membros e zela pelos interesses da comunidade, sendo estas beneficiadas com essa ajuda que é de suma importância para a cooperativa.

No entendimento de Jacques e Gonçalves (2016, p.500) "a missão principal do Sicredi

concentra-se especialmente na oferta de soluções financeiras com o objetivo de agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus associados e da comunidade”.

Concorda-se plenamente com os autores, pois os produtos oferecidos pelas cooperativas têm um custo mais baixo em relação a outras instituições, e sempre estão contribuindo com as comunidades quando se têm uma cooperativa na cidade.

O sistema cooperativo de crédito oferta serviços financeiros a um custo mais baixo em termos de taxas e tarifas. Dados do Banco Central do Brasil mostram que as tarifas cobradas pelas cooperativas são em geral, inferiores as do sistema bancário. (JACQUES; GONÇALVES, 2016, p.492)

Com o intuito de atender a toda a população, as cooperativas oferecem produtos com uma taxa menor, em relação às Instituições financeiras, sendo o objetivo das cooperativas de crédito atender a todas as classes sociais

Segundo Jacques e Gonçalves (2016, p.497) um dos principais objetivos das cooperativas de crédito é oferecer crédito e moeda a seus associados com um valor de taxa mais acessível, auxiliando o pequeno produtor, em qualquer atividade que ele exerce.

No entendimento de Celso Régis (2015, p.76), coordenador do Conselho Consultivo de Crédito (CECO), “o cooperativismo de crédito é denominado como Sócio econômico fundamentado na participação democrática, na independência, na solidariedade e na autonomia”.

O cooperativismo nasce com a união de pessoas de forma voluntária com o mesmo objetivo social e econômico.

De acordo com Silva (2015, p.20) “Uma das diferenças das cooperativas de crédito para as instituições financeiras tradicionais é a participação dos associados no resultado da cooperativa”.

Bancos Comerciais

Os bancos comerciais são conhecidos por oferecer serviços de pagamentos de boletos, depósito em conta corrente e poupança, empréstimos e transferências de dinheiro.

Segundo Nunes, Menezes e Junior (2011 p.9) “O objetivo dos bancos, ou de qualquer outra empresa de capital, é a maximização dos lucros. A maneira como o banco retém lucros é basicamente extraído da diferença entre taxas de depósitos e de empréstimos”.

As instituições financeiras, tem sua parte na contribuição da economia, e oferecem a seus clientes produtos como captação e investimentos para os mesmos.

Segundo Matias (2002) “Os Bancos Privados são instituições financeiras bancárias, que possuem carteira comercial, com ativos totais superiores a US\$1 bilhão, com mais de 51% do capital votante em mãos de pessoas físicas ou jurídicas (não bancárias)”

No banco comercial não é necessário integralizar capital, apenas manter uma conta corrente aberta em uma instituição, ou salário onde são feitas movimentação de saque e transferência. Trata-se de um Banco Comercial: Segundo Carvalho e Tepassê (2010, p. 26)

No caso dos BPs com atividade de banco comercial, porém, percentuais mais ou menos relevantes de seus passivos são obtidos por captação em mercado ou pelo depósito de disponibilidades e poupanças dos tomadores de recursos a que atendem. Partes importantes desses recursos têm prazo curto e custo de captação elevado e o banco comercial público deve concorrer por esses recursos muitas vezes em condições semelhantes às dos bancos privados, com custos operacionais significativos.

Os bancos comerciais desenvolvem-se através de depósitos, conta poupança e empréstimos com prazos curtos e custo de investimento em aplicação mais elevada, sendo bem parecido com bancos privados.

Os bancos também investiram em produtos e serviços para seus clientes, com o avanço da tecnologia e os aplicativos não ficaram de fora.

De acordo com Alves (2019, p. 05) “O investimento necessário advinha da maior concentração bancária e quantidade de clientes, que tornou os bancos mais preparados financeiramente”.

Para os bancos ter um rendimento maior é preciso ter uma quantidade elevada de clientes, a sua renda é gerada através das taxas de juros e captação em investimento.

No entendimento de Júnior e Crocco (2010, p. 16) “Os bancos públicos brasileiros, assim como os bancos privados, se beneficiaram da política de juros altíssimos praticada no Brasil nos últimos anos e se capitalizaram”.

Para os bancos obterem muito lucro, precisam emprestar muito, com a taxa alta de juros, beneficiando-se bastante. O quadro 2 apresenta os serviços ofertados por cooperativas e bancos.

Quadro 2: Serviços ofertados entre Cooperativas e Bancos

SERVIÇOS PRODUTOS	CARACTERÍSTICAS
Conta Corrente	Serviço básico dá direito a um cartão magnético que permite fazer saques, depósitos, retirar extrato, transferências e talão de cheques.
Cheque Especial	É um crédito pré-aprovado para que o cliente utilize após sua própria verba acabar. Tem limite estabelecido pela instituição.

Cartões de Débito	Função do cartão magnético que permite ao usuário realizar compras apenas com o cartão, descontando o valor direto de sua conta.
Cartões de credito	Função do cartão magnético que permite ao usuário realizar várias compras apenas com o cartão, porém será efetuado um pagamento único em data determinada. Tem limite estabelecido pela instituição.
Débito Automático	O cliente tem a opção de colocar suas contas para serem debitadas automaticamente no dia do seu vencimento, , assim evita atrasos e possíveis transtornos.
DOC	Transferência interbancária, por norma do BC, o DOC deve ser inferior a cinco mil reais.
TED	Transferência interbancária, por norma do BC, a TED deve ser igual ou superior a cinco mil reais.
Conta Garantida	Destinado a pessoa física e jurídica, semelhante ao Cheque Especial.
Desconto de Recebíveis	Antecipa os valores de cheques pré-datados e/ou duplicatas em troca de pequena taxa de juros. Tem limite e taxa de juros estabelecidos pela instituição.
Seguro	Valor pago para assegurar um bem. Deve ser pago antecipadamente para o caso de ocorrer algum sinistro.

Fonte:Campos (2011,p.06)

3 METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa foi usado o método da pesquisa Qualitativa, pois ela tem uma relação entre o que é real e o sujeito, ela não pode ser traduzida em números trabalhando na interpretação das coisas, mas trazendo para dentro do contexto o ambiente natural para os pesquisadores se desenvolverem da melhor forma. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.70) “Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados”.

Já a pesquisa quantitativa trabalha com números requerendo análises e técnica de estatística, porcentagens, média, moda e desvio-padrão etc. Traduz em números o conhecimento desejado. Segundo Vianello (2013, p. 47) “Ela é objetiva, lida com tudo que é possível quantificar traduz opiniões e números em informações que serão analisadas e classificadas”.

De acordo com Marconi e Lakatos(2003, p. 174) “[...] a característica da pesquisa documental é que a fonte de dados é restrita a documento, escrito ou não o que se denomina de fontes primárias que não teve tratamento analítico”. É fundamentada em documentos, em arquivos públicos ou particulares, contratos, documentos de artigos privado, incluem como fontes não escritas tipo fotografia, televisão imprensa falada etc, cuja a autoria é conhecida.

Caracterizando-se também como pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, ela incorpora toda bibliografia que se tornou pública em relação ao tema escolhido, desde de

todos os tipos de publicação como jornais, revistas, livros, teses, monografias etc. Sua função é colocar o pesquisador em contato direto sobre tudo que foi escrito sobre determinado assunto. Para Marconi e Lakatos(2003, p. 182) “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. Podendo ser conferência, seguida de debates que foram transcritos, publicados ou gravados, a pesquisa bibliográfica busca informações de tudo que já foi escrito a respeito que seja publicada ou gravada.

O método usado na pesquisa é o comparativo segundo Prodanov e Freitas (2013 p.38) “O método comparativo, ao ocupar-se das explicações de fenômenos, permite analisar o dado concreto, deduzindo elementos constantes, abstratos ou gerais nele presentes”. Ele é usado para analisar dois ou mais fatores ou fenômenos podendo ser utilizado em varias áreas de conhecimento.

Para Andrade (2003, p.134) o método é usado para fazer comparações e verificar semelhanças e explicar as divergências “O método comparativo é usado para comparações de grupos no presente, no passado”.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados apresentados, a seguir, são referentes à movimentações de contas correntes reais, sendo uma da cooperativa e uma de um banco comercial. Foram extraídas informações de extratos dos últimos doze meses, o qual abaixo é especificado o produto e as despesas relacionadas nos doze meses. O objetivo da análise foi obter conhecimento sobre qual instituição oferece serviços prioritários para a população com o custo mais acessível.

Nesta seção são apresentados, detalhadamente, os valores totais dos serviços pesquisados durante os 12 meses, iniciando em outubro de 2019 até o mês de outubro de 2020.

Em relação às tarifas cobradas tanto pela cooperativa como pelo banco comercial, pela utilização do limite do cartão de crédito, é pertinente destacar que o cartão de crédito da cooperativa é um Visa Gold com limite de R\$ 6.000,00, enquanto que o cartão de crédito do banco comercial possuía limite de R\$ 3.500,00, porém ambos têm acúmulo de pontos que podem ser trocados por mercadoria em site cadastrado pela instituição. As anuidades foram parceladas em seis vezes para ambas as contas. Nota-se que a anuidade do cartão de crédito de

uma cooperativa é maior do que de um banco comercial. Na tabela 1, verifica-se que a diferença total é de R\$ 28,40 a mais para a cooperativa.

Tabela 1 – Comparativo da movimentação do cartão de uma cooperativa e banco comercial

Periodicidade	Cooperativa		Banco	
Mensal	R\$	21,33	R\$	16,50
Total após 6 meses	R\$	127,98	R\$	99,00

Os extratos tirados no caixa eletrônico, quando ultrapassado o limite de impressão, é cobrado uma tarifa. Os valores abaixo demonstram o que foi cobrado durante o ano com a impressão de extratos bancários, observando que a diferença total entre o banco comercial e a cooperativa é de R\$ 5,40, onde o banco comercial chega a um total de R\$ 35,40 e cooperativa R\$ 30,00.

Tabela 2 – Comparativo das tarifas de emissão de extratos bancários entre uma cooperativa e um banco comercial

Periodicidade	Cooperativa		Banco	
Mensal	R\$	2,50	R\$	2,95
Anual	R\$	30,00	R\$	35,40

Os saques seguem o mesmo padrão de extrato, ultrapassado o limite de impressão nos caixas eletrônicos é debitado uma tarifa. Abaixo, seguem os valores cobrados de saques realizados em ambas as contas referente ao ano pesquisado. Observa-se que na cooperativa o gasto foi maior que no banco comercial, sendo as tarifas totais cobradas R\$ 70,00 e R\$ 36,00 respectivamente, contabilizando uma diferença de R\$ 34,00 a mais da cooperativa para o banco.

Tabela 3 – Comparativo das tarifas de saque entre uma cooperativa e banco comercial

Mês	Cooperativa		Banco	
Jan	R\$	5,00	R\$	3,00
Fev	R\$	5,00	R\$	3,00
Mar	R\$	5,00	R\$	3,00
Abr	R\$	5,00	R\$	3,00
Mai	R\$	5,00	R\$	3,00
Jun	R\$	5,00	R\$	3,00
Jul	R\$	5,00	R\$	3,00
Ago	R\$	10,00	R\$	3,00
Set	R\$	5,00	R\$	3,00
Out	R\$	5,00	R\$	3,00
Nov	R\$	5,00	R\$	3,00

Dez	R\$	10,00	R\$	3,00
Total	R\$	70,00	R\$	36,00

O fornecimento de talão de cheques em uma cooperativa é isento para quem usa um talão de cheques por mês. Aqueles que precisam de mais de um talão, ao ser autenticado é debitado uma tarifa de R\$ 20,00. Enquanto que nos bancos comerciais ao adquirir um talão de cheques a tarifa já é automaticamente debitada em conta. Abaixo seguemos tarifas cobradas pelos talões de cheques solicitados pela cliente no ano pesquisado. Levando em consideração que enquanto não houve gastos com a cooperativa, no banco houve uma cobrança de R\$ 208,80 pelo fornecimento do talão de cheque.

Tabela 4 – Comparativo das tarifas de emissão de talão de cheque entre uma cooperativa e banco comercial

Periodicidade	Cooperativa	Banco
Mensal	R\$ -	R\$ 17,40
Anual	R\$ -	R\$ 208,80

A exclusão de serviço por exclusão do Cadastro de Emitente de Cheques sem Fundos(CCF)é cobrada por ambas as instituições, a cobrança ocorre quando um cheque volta duas vezes por saldo insuficiente. A tabela 5 demonstra as tarifas de exclusão que ocorreram durante o ano e uma cobrança de R\$ 57,00 a mais no banco comercial do que na cooperativa de crédito.

Tabela 5– Comparativo das tarifas do serviço de exclusão CCF entre uma cooperativa e banco comercial

Periodicidade	Cooperativa	Banco
Mensal	R\$ 50,00	R\$ 54,75
Anual	R\$ 600,00	R\$ 657,00

A sustação de cheque, direito que o associado e o cliente têm, pode ocorrer por desacordo comercial, perda do talão ou roubo, sendo que em ambas instituições são cobradas tarifas. Enquanto que na cooperativa os valores anuais chegam a R\$ 144,00, no banco comercial o valor é de R\$ 167,40 sendo R\$ 23,40 maior que na cooperativa.

Tabela 6 –Comparativo das tarifas de sustação de cheque entre uma cooperativa e banco comercial

Periodicidade	Cooperativa	Banco
Mensal	R\$ 12,00	R\$ 13,95
Anual	R\$ 144,00	R\$ 167,40

O cheque especial é um valor disponível em conta corrente e quando o cliente necessita utilizar esse valor cobra-se juros, sendo que a cooperativa e o banco comercial cobram por esse serviço. Nota-se que no banco comercial a cobrança do cheque especial é mais que 300% do que na cooperativa de crédito, de acordo com os valores cobrados abaixo a diferença é de R\$ 1.136,33.

Tabela 7– Comparativo das tarifas de cheque especial entre uma cooperativa e banco comercial

Mês	Cooperativa	Banco
Jan	R\$ 28,80	105,8
Fev	R\$ 32,06	113,84
Mar	R\$ 25,92	110,6
Abr	R\$ 30,88	148,24
Mai	R\$ 33,16	109,45
Jun	R\$ 25,74	81,6
Jul	R\$ 29,56	95,26
Agos	R\$ 35,97	81,32
Set	R\$ 37,14	163,47
Out	R\$ 48,51	183,11
Nov	R\$ 29,87	204,12
Dez	R\$ 35,22	132,35
Total	R\$ 392,83	1.529,16

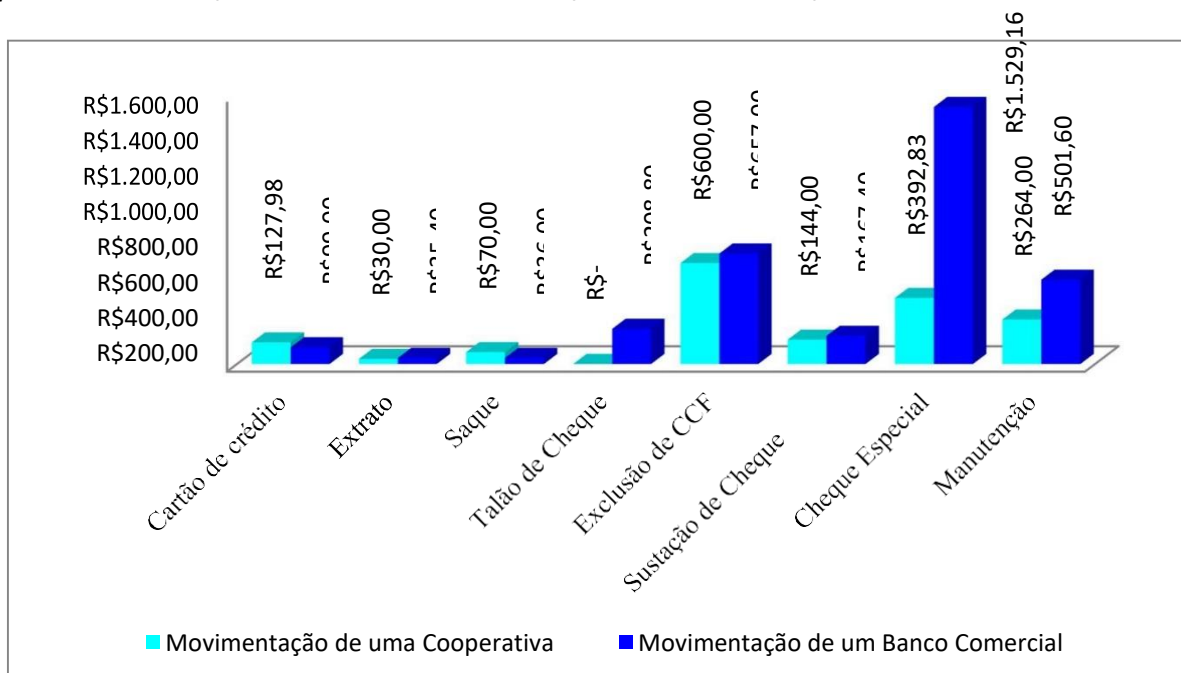
A manutenção é cobrada todos os meses é referente aos serviços prestados pelas cooperativas e bancos comerciais. Durante o ano analisado, percebe-se que a cobrança realizada pelo banco comercial é maior do que pela cooperativa de crédito chegando a quase 100% a diferença de valores.

Tabela 8 – Comparativo das tarifas de manutenção de conta entre uma cooperativa e banco comercial

Periodicidade	Cooperativa	Banco
Mensal	R\$ 22,00	R\$ 41,80
Anual	R\$ 264,00	R\$ 501,60

Dessa maneira, o gráfico 1 apresenta em síntese as tarifas anuais de todos os serviços bancários abordados nessa seção. Observa-se que a cooperativa e o banco comercial trazem diferenças de valores para todos os serviços oferecidos e que as tarifas cobradas pelo banco comercial foram maiores do que as tarifas cobradas pela cooperativa, exceto a anuidade de cartão de crédito e a tarifa por ultrapassar limite de saques.

Gráfico 1 – Comparativo de valores de serviços bancários – Cooperativa versus Banco Comercial



Observa-se na tabela 9 que no banco comercial, o correntista obteve um gasto de R\$ 3.234,36, durante o ano, com taxas e tarifas e não obteve retorno com o lucro distribuído, pois os bancos comerciais não costumam distribuir lucros no final do período.

Tabela 9 – Comparação entre despesas e ganhos finais

Descrição	Banco Comercial	Cooperativa
Despesas com serviços	R\$ 3.234,36	R\$ 1.628,81
Distribuição de sobras/lucros	R\$ 0,00	R\$ 1.624,27
Total de gastos no ano	R\$ 3.234,36	R\$ 4,54

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa

Em contrapartida, na cooperativa de crédito o correntista obteve um gasto total de R\$ 1.628,81 referente taxas e tarifas, sendo esse valor 52,97% menor que o do banco comercial. Em relação ao retorno obtido, o correntista da cooperativa no final do período obteve um retorno de R\$ 1.624,27 de distribuição de lucros, uma vez que as cooperativas fazem a distribuição de lucros todos os anos, de acordo com a movimentação do correntista.

Comparando os valores das despesas do banco e da cooperativa e diminuindo do retorno obtido no ano, observa-se que no banco comercial as despesas foram de R\$ 3.234,36 enquanto que na cooperativa o gasto total foi de R\$ 4,54 no mesmo período.

Em suma, os produtos oferecidos pelo banco comercial possuíam um valor acima do que é cobrado por uma cooperativa e não houve retorno aos seus clientes. Ao passo que a cooperativa por não ter fins lucrativos, distribuiu as sobras para seus clientes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema foi desenvolvido para análise de produtos, taxas e tarifas ofertados por uma cooperativa e um banco comercial, uma vez que diante do quadro econômico e globalizado as cooperativas vem conquistando seu espaço regional, com capacidade de competir com os bancos comerciais.

Nesse sentido, a intenção do estudo foi apresentar para a sociedade qual a alternativa mais vantajosa para conhecimento da população do Vale do São Lourenço, como funciona uma cooperativa de crédito e a forma de como trabalha para os seus associados.

A cooperativa não tem finalidade lucrativa e todo o lucro obtido no período de um ano é distribuído aos seus associados, de acordo com o valor que foi integralizado na instituição, e em projetos culturais na comunidade em que ela atua. Em relação à composição, para se formar uma cooperativa precisa-se da união de vinte pessoas.

Já o banco comercial é formado por clientes e por ser uma sociedade de capital, o poder é exercido na quantidade de ações que o cliente tiver na instituição. Oferecem produtos essenciais para a manutenção do comércio e ajudam no desenvolvimento comercial nacional das regiões.

Desse modo, a partir do desenvolvimento da pesquisa conclui-se que as cooperativas oferecem produtos prioritários por valores mais vantajosos, pois seu principal foco é o capital social com a intenção de atingir um único objetivo, em relação as sobras que são obtidas no final do exercício são rateadas com o valor que foi integralizado, isso faz com que as cooperativas ofereçam taxas mais competitivas que um banco comercial.

A partir da pesquisa realizada percebeu-se que há muito mais o que explorar, e por isso apresenta-se as seguintes sugestões para futuras pesquisas: (i) avaliar o grau de importância das cooperativas do Vale do São Lourenço para o desenvolvimento da região; (ii) analisar uma cooperativa de crédito e obter conhecimento sobre sua importância econômica na comunidade onde está inserida; e (iii) verificar o grau de conhecimento das pessoas sobre as vantagens de uma cooperativa de crédito.

Portanto, a partir do tema pesquisado, almeja-se que o cooperativismo de crédito seja mais valorizado e que a sociedade em geral compreenda que as cooperativas ofertam serviços diferenciados e possuem tarifas mais competitivas no mercado econômico.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. L. M.F.. Serviços bancários, tecnologia da informação e Technology Acceptance Model (TAM): um estudo bibliométrico. 2019. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, nº 4, abr. 2020, p.18155-18170. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/8572/> Acesso em: 10 março 2020. Acesso em 27 ago. 2020.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BENJAMIN, A. H. V. in: GRINOVER, A. P. Código de Defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BITTENCOURT, G. A. Cooperativismo de crédito solidário: constituição e funcionamento. São Paulo: ADS/CUT, 2000. Disponível em: <http://www.nead.org.br> Acessado em 15 set. 2020

CAMPOS, T.S. M. et al. **O cooperativismo**: uma análise das taxas cobradas nos serviços prioritários de bancos versus sistema de cooperativas de credito. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. 8, 2011, Resende. Anais...Resende: Faculdade Dom Bosco, 2011. 1-16. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/59514775.pdf> Acesso em: 01 mar. 2020.

CARVALHO, E. C.; TEPASSÊ, A. C. Banco Público como banco comercial e múltiplo: elementos para a análise do caso brasileiro. In: JÚNIOR, F. G. J. CROCCO, M. (Orgs); Bancos públicos e desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

FARDINI, G. **Fundamentos do Cooperativismo**. Volume 1. Brasília: SESCOP, 2017. FRANKE, W. Direito das Sociedades Cooperativas: direito cooperativa. São Paulo: Saraiva, 1973.

JACQUES, E.; GONÇALVES, F. O.. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Economia e Sociedade** [online]. vol.25, n.2, 2016, p.489-509. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182016000200489&script=sci_abstract&tlng=pt/ Acesso em: 10 abr. 2020,

JÚNIOR, F. G. J. CROCCO, M.; **Bancos públicos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

LIMA, M. S. M. C.; SILVA, B. S. L.; LIMA, C. C. A importância do cooperativismo de credito no desenvolvimento regional. **Revista Opara: Ciências Contemporâneas Aplicadas, Petrolina, v.3, nº 1**, 2012, p. 1-23. Disponível em:

<http://revistaopara.facape.br/article/view/111/> Acesso em: 08 abr. 2020.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATIAS, A. B. Insucesso de grandes bancos privados brasileiros de varejo. Barueri: Manole, 2002.

Disponível em:
http://www.anpec.org.br/sul/2013/submissao/files_I/i6-779e7df428c2a3befd59ae844d53a0ed.pdf. Acesso em: 20 mai. 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia Do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Ed.2. Rio Grande do Sul-Brasil: FEEVALE, 2013.

RÉGIS, C. **Portal do Cooperativismo Financeiro**. 2015. Disponível em:<http://cooperativismodecredito.coop.br/tag/henrique-castilhano-vilares>. Acesso em: 09 set. 2020.

SILVA, R. T. **O cooperativismo de credito e seus reflexos no desenvolvimento local: estudo de caso da cooperativa de credito SICOOB COCRED**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Centro Universitário Franca (Uni-FACEF). Franca, 2015. Disponível em : <http://pos.unifacef.com.br/wp-content/uploads/2015/12/DISSERTA%C3%87%C3%83O-RENATO-T.-SILVA.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2020.

VIANELLO, L. P. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. Belo Horizonte: Núcleo de Ensino a Distância do Centro Universitário UNA, 2013.

ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA: ANÁLISE DOS RESULTADOS DE INDICADORES SOBRE SAÚDE EM RELAÇÃO AO NÍVEL DE INVESTIMENTO

Olivia de Oliveira Rezende dos Anjos¹

Evaldo Rezende Duarte²

Jailson da Conceição Teixeira³

Amauri Gonçalves de Oliveira⁴

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de verificar a eficiência dos gestores sobre os gastos relacionados à saúde. Os objetivos visam a avaliar o nível de eficiência administrativa nos recursos financeiros das despesas financeiras na saúde. O presente estudo busca analisar se os municípios que apresentam maior gasto per capita com saúde obtêm melhores resultados em comparação com os municípios que têm menor nível de despesa. Segundo a teoria de *accountability*, um conjunto de mecanismos e procedimentos devem induzir os dirigentes governamentais a prestar contas dos resultados das políticas públicas. Nesse sentido, esta pesquisa analisou as despesas per capita em saúde dos 141 municípios mato-grossenses no período de 2015 a 2017. Os dados foram coletados junto ao site do TCE/MT. Na análise de dados, utilizou-se o *Test T Student* para evidenciar possível diferença nas médias dos grupos de municípios com maior investimento per capita em relação ao grupo com menor nível de investimento per capita. Os resultados evidenciam que o grupo de municípios com maior investimento per capita apresentam média dos indicadores de resultados em saúde superior ao grupo de municípios com menor investimento. Dessa forma, conclui-se que o volume de investimento afeta diretamente o resultado dos indicadores de saúde, e que a eficiência de gestão está relacionada à disponibilidade de recursos para investimentos.

Palavras – Chave: Eficiência, *Accountability*, Gestão.

¹Discente do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do vale de São Lourenço- EDUVALE/Jaciara-MT. E-mail: oliviiarezende@outlook.com

²Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE; Especialista em Gestão Pública pela UFMT; Especialista em Gestão Pública Empresarial pelo UNIR; Bacharel em Ciências Contábeis pela EDUVALE. E-mail: erezende_9@hotmail.com

³Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço EDUVALE, Pós Graduado em Tecnologia de Informação e Leida Responsabilidade Fiscal na ESAB e em Gestão Fiscal e Planejamento Tributária na UNIC, Mestre em Contabilidade Gerencial e Finanças na FUCAPE. Professor do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade EDUVALE, Contador da Excelência Contabilidade e Assessor Financeiro e Fiscal da Soluções Assessoria. Email: jailson@excelenciacontabilidademt.com.br

⁴ Mestre em Ciências Contábeis pela FECAP (2012-2014), Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso (2009), Especializado em Matemática (2004) e Graduado em Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso (2002). E-mail: amauri27@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O Sistema de Saúde pública no Brasil vem sofrendo várias críticas pelos usuários em razão da deficiência dos serviços prestados pelos gestores na saúde. Essas dificuldades de desempenho na gestão se estendem pelas mídias em todos os municípios do estado. Os gestores mencionam a falta de recursos financeiros para desenvolver suas atividades com eficiência na saúde como a responsável pela deficiência.

O objetivo deste trabalho é avaliar se os municípios que gastam mais em saúde apresentam melhores resultados em relação aos municípios que têm menores investimentos.

A avaliação feita neste trabalho se estende pelos 141 municípios do Estado de Mato Grosso, durante os anos de 2015 a 2017. A coleta buscou as informações por meio do site TCE/MT. Assim, foi coletado o valor anual gasto em saúde em cada um dos municípios em relação à quantidade de habitantes.

Em seguida, foi realizada a divisão dos valores gastos anualmente em despesas com saúde de cada município pela quantidade de habitantes, para se obter a despesa per capita. Diante disso, os municípios foram classificados em dois grupos: um com maior nível de investimento e outro grupo com menor nível de investimento em saúde.

Após a definição da despesa per capita, foi aplicado o Teste *T student*, para gerar a média, a qual será analisada e se verificará se a média é significativa estatisticamente ou não.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA

O *accountability* se refere à prática do serviço público, trazendo a idéia de obrigação como seu significado, no qual os órgãos representativos governamentais e os seus membros devem prestar contas a fim de obter o controle das suas gestões.

Campos (1990) explica que o conceito de *accountability* passou a ser visto na visão etimológica como uma questão de democracia, uma vez que, quanto mais avançado o estado democrático, maior o interesse por ela. E a *accountability* governamental tende a acompanhar o avanço de valores democráticos, tais como igualdade, dignidade humana, participação, representatividade.

O *United States Government Accountability Office* tem atribuições, estrutura e poderes diferentes, tratando o tema de forma bastante diversa e bem mais abrangente ao afirmar que os princípios da transparência e da *accountability* no uso dos recursos públicos são peças-chave no processo de governo de determinado país. Gao (2003) *apud* Carvalho (2010).

O referido autor expressa claramente a responsabilidade atribuída aos agentes públicos de exercerem suas funções e de prestarem os serviços públicos que lhes são atribuídos de forma eficiente, efetiva, ética e justa sem descuidar de atingir os objetivos dos programas governamentais.

Nesse sentido, o referido autor alerta que auditorias de alta qualidade são essenciais para a *accountability* do governo, proporcionando uma ligação pública e transparente entre recursos empregados e resultados obtidos pelos programas governamentais.

Na visão do *International Federation of Accountants* IFAC (2001) *apud* Chi (2011) *accountability* é o processo pelo qual as entidades do setor público e os indivíduos dentro delas são responsáveis por decisões e ações, o que inclui a forma como são geridos os recursos públicos, bem como todos os aspectos relacionados ao seu desempenho e aos seus resultados.

Ceneviva (2008) ressalta que *accountability* não se limita só à necessidade de justificação e da legitimação daqueles que exercem o poder público. Mas que é necessário ter a possibilidade de sanção dos atos prestados pelo poder público. Já a *Organisation for Economic Co-operation and Development* OECD (2008) *apud* Chi (2011) diz que *accountability* significa manter alguém responsável, usado como sinônimo do dever de prestação de contas, com o intuito de melhorar a possibilidade de as pessoas mais vulneráveis na sociedade expressarem as suas necessidades.

Novo serviço público surge uma nova proposta em relação ao desempenho da gestão, *eaccountability* passa a ser o ato de reconhecer a complexidade da gestão e instituir uma reconceitualização em relação ao papel do servidor público como líder do interesse público. Dennhardt *apud* Denhardt (2007) chamam a atenção em relação aos princípios constitucionais, legais e também democráticos, afirmando assim que é a chave central de uma ação administrativa responsável. Isso porque o seu objetivo final nada mais é que assegurar a capacidade de resposta do governo às preferências e às necessidades dos cidadãos.

Denhardt *apud* Denhardt (2007) trazem ainda como proposta que as concepções de *accountability* podem ser agrupadas em três planos: primeiro - o controle burocrático de conformação às leis e às normas; segundo - o controle de performance representado pela obtenção da máxima produtividade dos recursos públicos mediante o controle dos resultados da

ação que visa à eficiência e à efetividade; e terceiro - o controle democrático, baseado na responsabilidade do agente público, na qual sobressaem as questões relativas ao desempenho responsável, à postura ética, à defesa do interesse público e à ação do novo serviço público.

De acordo com o autor, a concepção de *accountability* no modelo do novo serviço público é multifacetada, pois reconhece que as funções desempenhadas pelos administradores públicos nas sociedades contemporâneas são complexas. Reconhece, também, que medidas de eficiência e resultados são importantes, mas não são suficientes para abranger outras expectativas que a sociedade projeta em relação aos administradores públicos, tais como agir eticamente e em conformidade com os princípios democráticos e o interesse público, ou nas suas próprias palavras.

LEIS DA RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei da Responsabilidade Fiscal teve um avanço significativo em relação à aplicação de regras no setor democrático, abrangendo o controle social. Com isso, os gestores passaram a cumprir dentro da legalidade o controle dos gastos públicos.

Isso fez com que os serviços básicos e as ações em saúde pública aumentassem no Brasil devido ao seu crescimento populacional, e isso fez a situação econômica se tornar desfavorável.

Costa (2003) defendem que, diante desse quadro, é importante gerenciar com maior eficiência e eficácia a utilização do dinheiro público, que passa a ser um importante instrumento na aplicação dos recursos disponíveis para saúde e educação.

Ainda de acordo com o autor, existe para se alcançarem melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas dados importantes para o desempenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo Chieza (2008) visa a definir princípios para uma gestão fiscal responsável, cujo objetivo é estabelecer limites para o endividamento, as despesas, com o intuito de alcançar o equilíbrio entre receita e despesa e impor limites a cada um dos poderes na gestão dos Estados, Municípios, Distrito Federal.

O referido autor relata que a principal finalidade da lei complementar nada mais é do que estabelecer normas de finanças públicas que estão voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Nesse sentido, o artigo 1º, parágrafo 1º da LRF ressalta que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe uma ação planejada e transparente, na qual se previnem riscos e

corrigem erros que são capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, de acordo com o cumprimento de metas de resultados tanto de receitas quanto despesas [...].

Já Cruz (2015) assegura que a transparência, no Brasil, passou a ser uma exigência legal, a qual pode ser acompanhada e fiscalizada pelos órgãos de controle da federação bem como pela sociedade que exerce o controle social. Mas uma gestão, para ser transparente, vai além da divulgação dos instrumentos de transparência fiscal, uma vez que se espera que seja efetivado o princípio de *accountability*, o qual se configura como a obrigação da prestação de contas por parte dos agentes públicos junto aos cidadãos.

OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

No artigo 37 da Constituição Federal estão elencados os cinco princípios administrativos relacionados à administração pública, que são: economicidade, legalidade, moralidade, eficiência e publicidade. A ênfase maior está na eficiência administrativa. Assim sendo, o presente trabalho busca demonstrar, por meio dos resultados apresentados pelos gestores, se eles têm sido eficientes ou não na administração.

Segundo Lima (2006) ressalva que quanto maior for à procura, isto é, a necessidade de um planejamento eficaz, maior será a capacidade do gestor público, ainda mais se os recursos disponíveis não forem suficientes.

A economicidade agrega os demais conceitos de eficiência, no qual econômico quando é eficiente, de modo a produzir mais benefícios com menos recursos; é eficaz porque consegue alcançar as metas estabelecidas; e efetivo porque satisfaz as necessidades do cidadão, agregando resultados mensuráveis aos objetivos alcançados Silva (2005).

É na legalidade, segundo Mirelles (2005) que cada indivíduo encontra o fundamento das suas prerrogativas, assim como a fonte de seus deveres. A administração não tem fins próprios, mas busca na lei, assim como, em regra, não tem liberdade, já que é escrava do ordenamento.

Segundo Cardoso (1999) o princípio da moralidade é aquele que determina que os atos da Administração Pública possam estar inteiramente conformados aos padrões éticos dominantes na sociedade para a gestão dos bens e dos interesses públicos, sob pena de invalidade jurídica.

O princípio da eficiência pode atuar como critério da legalidade e da legitimidade das condutas ditas discricionárias dos agentes públicos. Assim, entre duas ou mais alternativas possíveis, quando do exercício de uma faculdade discricionária, o agente público competente

deve escolher aquela mais eficaz, tendo em vista uma resposta a ser dada a uma demanda coletiva ou a uma questão interna. Pessoa (2000).

Para Pazzaglini (2008) é por meio da publicidade que a Administração Pública oportuniza o acesso difuso ou individualizado do público às informações relativas à atividade estatal. O acesso difuso compreende a divulgação de informações à sociedade, ao passo que o acesso individualizado consiste no fornecimento de informações de interesse geral ou individual aos interessados.

Ainda de acordo com o autor, o princípio da publicidade é aquele que abrange toda a atuação estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos, mas também para conhecimento da conduta interna de seus agentes.

A CONTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO

Os sistemas de contabilidade pública objetivam evidenciar todas as movimentações do patrimônio público, identificando, dessa forma, uma maior responsabilidade quando da aplicação dos recursos públicos. A contabilidade busca fornecer informações para o processo de tomada de decisões, assim, é fundamental que as informações sejam verdadeiras e coerentes; a falta de veracidade implica a distorção e a omissão da realidade econômica, financeira e patrimonial da administração pública Souza (2013).

Segundo Silva (2009) a contabilidade pública é a ciência contábil voltada para o estudo e para análise dos atos praticados pela administração pública, com intuito de oferecer à gestão informações sobre organização, execução e controle de custos; orçamento, receitas e despesas, variações do patrimônio, bem como respectivas prestações de contas dos bens e valores do governo.

Conforme Silva (2002) estabelece a classificação das contas públicas nos seguintes sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial e compensação.

A contabilidade pública é o conhecimento especializado da ciência contábil, aplicado no processo de gerar informações conceituais, de princípios e normas contábeis na gestão patrimonial das entidades governamentais, oferecendo à sociedade informações amplas e acessíveis Lima (2012).

Segundo Chan (2006) argumenta que a contabilidade pública se refere aos sistemas de informação financeira de um governo e às práticas de divulgação dessas informações. O seu desenvolvimento resulta da disponibilização das informações financeiras e sua transparência.

Conforme Andrade (2002) para evidenciar as informações patrimoniais, bem como suas variações e resultados, entre as funções desempenhadas pela contabilidade pública estão as de analisar, registrar e controlar todos os atos e fatos administrativos e econômicos do patrimônio da entidade governamental.

Em termos gerais, a contabilidade do setor público exerce a função de gerar informações capazes de mensurar, controlar e evidenciar todos os atos e fatos oriundos da entrada e saída de recursos que acarretam a variação do patrimônio público – bens, direitos e obrigações (MAUSS, 2012).

Dessa forma, cabe às entidades do setor público desenvolver os relatórios financeiros para responder às necessidades de informações dos usuários, destinatários de serviços e provedores de recursos. Diante da necessidade de prestação de contas à sociedade, em âmbito mundial, a contabilidade aplicada ao setor público em diversos países vem aderindo ao processo de internacionalização das normas (*INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS*, 2014).

Essa ferramenta da contabilidade pública está sendo utilizada para avaliar os dados de despesas na saúde, para relacionar com os indicadores de saúde, como objetivo de verificar a eficiência do gestor no que tange aos resultados de indicadores na saúde.

2 METODOLOGIA

A avaliação aqui descrita se estende pelos 141 municípios do estado de Mato Grosso, durante os anos de 2015 a 2017. Foram coletados dados de 406 observações, das quais 203 observações são relacionadas ao grupo de municípios com maior investimento, e outras 203 observações dizem respeito aos grupos de municípios com menor investimento.

A coleta buscou as informações por meio do site (TCE / MT), com a coleta de valor anual gasto em saúde em cada município em comparação com a quantidade de habitantes.

A presente pesquisa classifica-se como um levantamento bibliográfico, documental e quantitativo. De acordo com Gil (2006), a vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais do que aquela que se poderia pesquisar diretamente.

Esta pesquisa apresenta natureza documental. Segundo Moreira (2005), a pesquisa documental se caracteriza como um processo de levantamento, verificação e interpretação de documentos, tendo como objetivo um fim predeterminado. Conforme observam Marconi e

Lakatos (1985), pesquisas dessa natureza podem ser efetuadas ao longo dos anos, pois as informações estarão arquivadas nos referidos documentos.

No presente trabalho, os dados foram coletados no site do Tribunal de Contas/MT, do qual foram extraídos dados dos relatórios financeiros referentes às despesas em saúde de cada município e nos relatórios de indicadores em saúde publicados no Tribunal de Contas/MT. Lakatos e Marconi (1985) fazem uma ressalva em relação à pesquisa quantitativa, a qual considera que tudo pode ser quantificável, o que significa a possibilidade de traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Ainda de acordo com os autores, esse tipo de pesquisa requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas e sugere a replicação de resultados.

A pesquisa se configura como quantitativa porque foi realizada a divisão do valor gasto anual em despesa com saúde de cada município pela quantidade de habitantes de cada localidade, para, assim, obter-se a despesa per capita.

Diante disso, os municípios foram classificados em dois grupos: um de maior nível de investimento, e outro grupo com menor nível de investimento em saúde.

Após a despesa per capita, foi aplicado o Teste *T Student*, para gerar a média, ocasião em que será analisado se a média é estatisticamente significativa ou não.

3 ANÁLISES DE DADOS

Neste capítulo, será realizada a análise de resultado, dados coletados nos municípios do Estado de Mato Grosso, no período de 2015 a 2017.

Tabela1: Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes

	<i>Maior invest</i>	<i>Menor invest</i>
Média	5,955665025	5,620689655
Variância	2,27772765	2,796005463
Observações	203	203
Hipótese da diferença de média	0	
Gl	400	
Stat t	2,118834737	
P(T<=t) uni-caudal	0,017360109	
t crítico uni-caudal	1,648671942	
P(T<=t) bi-caudal	0,034720217	
t crítico bi-caudal	1,965912268	

Fonte: a pesquisa

Conforme se apresenta na tabela, o grupo de municípios que possuem maior investimento obtiveram média 5.95 no desempenho de indicadores em saúde. Já o grupo de municípios que investem menor nível obteve média de 5.62 no desempenho de indicadores em saúde.

Isso demonstra que o nível de investimento, ou seja, a quantidade de recursos investidos em saúde impacta nos resultados em saúde dos municípios, pois os municípios que mais investem têm melhores resultados em relação aos municípios com menores investimentos. O nível de confiança da pesquisa é de 95%, já que p-valor é de 0,034720217. O resultado é estatisticamente significativo, uma vez que os municípios que mais investem têm melhores resultados para a população quando comparados com os municípios que investem menos.

A falta de recursos financeiros em saúde nos municípios, segundo os gestores relatam em redes sociais, é o que dificulta suas atividades na prestação de serviços à sociedade. Principalmente no atual período de pandemia que está acontecendo, surge a preocupação também com aquisições de medicamentos, de insumos, de equipamentos de proteção para os profissionais da saúde e, mais uma vez, nota-se a escassez de recursos para atender a essas necessidades.

Sobre a eficiência dos gestores, notamos, por meio das análises que, mesmo os gestores sendo bons para administrar, sem recursos não poderão alcançar melhor resultado. Isso porque o recurso é fundamental, para que o gestor possa montar sua estratégia, planejar, analisar como vai aplicar os recursos, para obter melhor resultado em prol da sociedade.

Nos municípios mais pobres, ocorrem os menores gastos em saúde. O sofrimento é grande para receber cuidados em saúde, já que, como recebem menos investimentos, não existem condições de receber assistência adequada em saúde, o que geraria melhor qualidade de vida para essa população. Devido à atual pandemia de Covid-19, o sofrimento aumenta muito em razão da falta de leitos, equipamentos respiratórios, atendimentos médicos, medicação, exames, insumos, com isso, os pacientes em estado mais grave padecem chegando até ao óbito.

Já os municípios mais ricos, que recebem mais dinheiro, apresentam melhores resultados, pois oferecem uma qualidade de vida em saúde, com mais estrutura, atendimentos especializados, conforme a necessidade da população. Esses municípios promovem campanhas de prevenção, proteção e recuperação. Tudo isso contribui também com outros setores como lazer, educação, transportes, meio ambiente, o que evita agravamentos nos quadros de saúde, de modo a gerar satisfação aos habitantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se dispôs a avaliar se existem diferenças nos resultados, de desempenho em saúde, dos municípios que têm maior nível de investimentos, em relação aos municípios que têm menor nível de investimento.

É muito grande a escassez de recursos financeiros na administração pública, e isso dificulta o atendimento dos gestores às demandas da população, pois nem sempre os recursos são suficientes para que eles possam traçar seus objetivos com metas, planejamentos, que venham oferecer à população um acesso satisfatório em saúde. Em contrapartida, os gestores precisam ser eficientes para conseguir bons resultados em saúde, com qualidade para a população.

A pesquisa coletou dados no site do Tribunal de Contas /MT, em 141 municípios do Estado de Mato Grosso, entre os anos de 2015 a 2017. A partir desses dados, foi calculada a despesa per capita dos municípios; tais dados foram coletados nos indicadores de saúde, que medem o desempenho dos gestores nos municípios, com relação aos resultados em saúde do município. As comparações das médias de dois grupos foram aplicadas por meio do teste *T Student*, com o intuito de verificar se existiria diferença nas médias dos municípios que mais investem em relação aos municípios que menos investem.

O resultado da pesquisa apresentou que sim, os municípios que investem mais no gasto em saúde têm melhores resultados nos indicadores, pois a média dos indicadores foi 5.95 pelos municípios que investiram mais em saúde, ou seja, quando os gestores têm recursos financeiros para investir na saúde, o resultado para a população é melhor nos municípios que investem mais. Em contrapartida, os municípios que investem menos têm média menor, que é 5.62, ou seja, nos municípios com poucos recursos financeiros, os administradores tendem a ter maiores dificuldades. Assim, a tendência é que a população sofra mais com acesso à saúde, isso representado nos indicadores de saúde, visto que, no grupo de municípios com menor investimento, o desempenho é pior quando comparado com os grupos de municípios com mais investimentos.

A pesquisa limitou-se aos municípios pesquisados no Estado de Mato Grosso, para esse período de 2015 a 2017, visto que não estão disponíveis no site os indicadores em saúde dos anos posteriores a 2017. Deixamos como sugestão que futuras pesquisas possam ser expandidas a outros municípios, de outros estados, para comparar os resultados desses municípios com os de Mato Grosso, já expostos no presente trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. São Paulo: Atlas, 2002.

CAMPOS, Anna Maria. *Accountability*: Quanto podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, fev/abr. 1990, pp. 30-50. Disponível em http://ebape.fgv.br/sites/ebape.fgv.br/files/rap8_0.pdf). Acesso em 10 fev. 2013.

CARDOSO, José Eduardo Martins. **Princípios Constitucionais da Administração Pública**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1999, p.150, 158-159, 166-167, 173.

CARVALHO, Deusvaldo. Orçamento e Contabilidade Pública: **Teoria, Prática e mais de 800 Exercícios**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

CENEVIVA, Ricardo. *Accountability: novos fatos e novos argumentos – uma revisão da Literatura recente*. ANPAD 2008 sampa- SP.

CHAN, J. L. *IPSAS and government accounting reform in developing countries. Accounting Reform in the Public Sector: Mimicry, Fad or Necessity. Expert Comptable Media*, p. 31-42, 2006.

CHI, M. k. S, *Accountability no Setor Público: uma reflexão sobre transparência governamental no combate à corrupção*. INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. Public Sector Committee. About-ipsasb. Disponível em:

<<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/197>>. Acesso em: 15 out. 2020.

CHIEZA, R. A. **O Ajuste das finanças Públicas à Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2008, 196p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Economia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 2003.

CRUZ, C. F. Responsabilidade na Gestão Fiscal: **um estudo em grandes municípios com base nos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal no período de 2010-2013**. (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo. 2015. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-25062015-094403/pt-br.php>>.

Acesso em: 04 out. 2020.

DENHARDT, Janet V. & DENHARDT, Robert B. *The New Public Service: **serving, not steering. Expanded edition***. Nova York: M. E. Sharp, Inc. 2007.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GAO. *United States General Accounting Office. Government Auditing Standards 2003 Revision*. GAO-03-673G. Disponível em: <<http://www.gao.gov/govaud/yb2003.pdf>> . Acesso em 15 de out. 2020

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

LIMA, D. V.; CASTRO, R. G. Contabilidade pública: **integrando União, Estados e Municípios** (Siafi e Siafem). 3. ed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

LIMA, Paulo D. B. Excelência em Gestão Pública. Recife: **Fórum Nacional de Qualidade**, 2006.

MAUSS, César Volnei. Análise de demonstrações contábeis governamentais: **instrumento de suporte à gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2012.

MIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MOREIRA, S. V. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005. cap. 17, p. 269-279.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. Princípios constitucionais reguladores da Administração Pública: **agentes públicos, discricionabilidade administrativa, extensão da atuação do Ministério Público e do controle do poder judiciário**. 3.ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

PESSOA, Robertônio Santos. **Curso de Direito Administrativo Moderno**. Brasília: Editora Consulex, 2000, p. 81, 86

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: **um enfoque governamental**. 5º ed., São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Lino Martins, Contabilidade Governamental: **um enfoque administrativo** – 7º edição – São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, Lino Martins, Contabilidade Governamental: **um enfoque administrativo** – 7º edição – São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: **Um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, R. G. et al. O regime de competência no setor público brasileiro: **uma pesquisa empírica sobre a utilidade da informação contábil**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 24. n. 63, p. 219-230, 2013.

AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DA RENTABILIDADE DO CULTIVO DE HORTALIÇAS NO SISTEMA DE HIDROPONIA

Orli Alves Pereira de Souza¹

Jailson da Conceição Teixeira²

Amauri Gonçalves de Oliveira³

Evaldo Rezende Duarte⁴

RESUMO

A produção de hortaliças não requer uma grande área para produção, também não precisa de um grande investimento e o ciclo de produção é curto, esses fatores contribuem para o cultivo nas pequenas propriedades de agricultura familiar. A hidroponia é uma técnica de produção onde são adequados às necessidades, e exigências de alta qualidade e produtividade com o mínimo de desperdício de água e nutrientes. O objetivo desse artigo é avaliar a rentabilidade do cultivo de hortaliças no sistema de hidroponia na agricultura familiar. Foi realizado um estudo de caso no Sítio Nossa Senhora Aparecida Cinturão Verde no município de Dom Aquino-MT. Os dados coletados foram no período dos meses de abril, maio e junho de 2020, com base nos dados observa-se que o cultivo de hortaliças no sistema de hidroponia é rentável.

Palavras-chave: Rentabilidade, custos, hidroponia.

¹Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço EDUVALE.

²Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço EDUVALE, Pós Graduado em Tecnologia de Informação e Leitura Responsabilidade Fiscal na ESAB e em Gestão Fiscal e Planejamento Tributária na UNIC, Mestre em Contabilidade Gerencial e Finanças na FUCAPE. Professor do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade EDUVALE, Contador da Excelência Contabilidade e Assessor Financeiro e Fiscal da Soluções Assessoria. Email: jailson@excelenciacontabilidademt.com.br

³ Mestre em Ciências Contábeis pela FECAP (2012-2014), Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso (2009), Especializado em Matemática (2004) e Graduado em Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso (2002). E-mail: amauri27@gmail.com.

⁴ Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE; Especialista em Gestão Pública pela UFMT e em Gestão Empresarial pelo UNIR; Bacharel em Ciências Contábeis pela EDUVALE. E-mail: erezende_9@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O cultivo da hidroponia é uma técnica de produção agrícola onde são adequados às necessidades, e exigências de alta qualidade e produtividade com o mínimo de desperdício de água e nutrientes. O cultivo hidropônico por ser um sistema de produção sem solo em ambiente fechado que permite obter produtos, com uma alta qualidade superior ao cultivo do

campo.

Este estudo aborda a viabilidade econômica na atividade de hidroponia no cultivo de hortaliças em uma propriedade rural, voltada para a atividade de uma agricultura familiar localizada no município de Dom Aquino-MT. Nesse sentido o objetivo desse artigo é avaliar a rentabilidade do cultivo de hortaliças no sistema de hidroponia na agricultura familiar

Foram utilizados os seguintes métodos para a realização desse estudo, pesquisa bibliográfica, pesquisa ação, pesquisa quantitativa e estudo de caso.

Com base nos dados observa-se que a produção de hortaliças no sistema de hidroponia é rentável e uma boa opção para quem tem pouca área para produção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

ASSENTAMENTOS RURAIS

A realidade emblemática dos assentamentos de Reforma Agrária no país tem suscitado a formulação e implementação de políticas e programas, por parte da institucionalidade governamental, visando o seu desenvolvimento numa ótica de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Dos aproximadamente 400 milhões de hectares titulados como propriedade privada, apenas 60 milhões são cultivados como lavoura. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA existem no Brasil 100 milhões de hectares de terras ociosas, localizadas nas grandes propriedades. Os indicadores sociais das regiões rurais são alarmantes e se equiparam às regiões mais pobres do mundo.

Conforme aponta Dias (2004), o estabelecimento de um assentamento rural gera a expectativa de que este se torne social e economicamente viável, de modo a proporcionar às famílias assentadas melhoria nas suas condições de vida e de reprodução. Segundo o autor, essas expectativas se revelam diversamente entre os sujeitos sociais envolvidos nesse processo. Nesse sentido afirma entre os agentes governamentais que formulam e programam políticas públicas, parece sobressair a intenção de que o agricultor assentado deixe essa sua condição o mais breve possível, integrando-se, como agricultor familiar, aos mercados produtivos.

Segundo Pinto Jr. e Farias (2005) afirmam que não basta que a propriedade rural seja produtiva (art. 185) no sentido economicista para que não seja passível de desapropriação, ela deve ser produtiva respeitando simultaneamente os princípios do art. 186.

No passado a agricultura se baseava na geração de capital e de mão-de-obra, mas à medida que o setor foi desenvolvendo, as propriedades rurais adotaram novas tecnologias de produção e de gestão administrativa, que permitiram uma nova postura diante das exigências do mercado. Estas transformações ocorreram principalmente nos países de primeiro mundo.

Nantes (1997), discute essa situação, ressaltando que em tempos de crédito fácil, como o que ocorreu até meados da década de 80, o produtor rural não se via pressionado a desenvolver sua eficiência profissional. O domínio das técnicas agropecuárias era, em tempos passados, suficiente para manter a produtividade num nível aceitável, proporcionando uma lucratividade atraente ao produtor. Atualmente, com a abertura dos mercados e o acirramento da concorrência interna a realidade é bem diferente. Já não basta produzir, é necessário saber o que, como e quando produzir e principalmente, como e quando vender.

Os assentamentos são formados a partir da desapropriação de determinado latifúndio improdutivo e emissão de posse da terra pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pela formulação e execução da política fundiária nacional.

Um assentamento somente passa a existir quando o Incra, após os trâmites legais, transfere a terra aos trabalhadores rurais, a fim de que a cultivem e promovam seu desenvolvimento econômico. Em seguida, inicia-se a organização da nova comunidade de agricultores que ocuparão o local. “Conforme dados do Incra, em pesquisa online, existem atualmente 800 mil famílias assentadas em 8 mil assentamentos. Dessas, cerca de 500mil famílias são associadas ao MST, que organiza os trabalhadores para que a ocupação dos latifúndios tenha foco no aspecto da produção” destaca Delwek Matheus, membro do diretório paulista do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

As atividades econômicas dos assentamentos variam de cada região, sendo, basicamente, agropecuárias, incluindo a produção de alimentos para consumo dos próprios colonos e para abastecer as cidades vizinhas. O modo de produção se baseia na economia solidária, com formas associativistas e cooperativistas de trabalho. Quanto à divisão administrativa, não existe uma estrutura formal nos assentamentos, entretanto, as famílias se organizam a partir dos problemas que surgem no cotidiano.

Para isso, são designados os chamados “setores” para atender demandas específicas, como os da educação, para garantir escolas às crianças; da produção, cujo objetivo é viabilizar a produção e industrialização dos alimentos; da saúde, para promover o bem-estar das famílias; e o da cultura, para realizar atividades teatrais, musicais, exposição de filmes e festividades.

Os assentamentos rurais brasileiros representam, sob o ponto de vista das famílias hoje

assentadas, uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, a realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais anteriores. A redefinição das relações sociais em torno da posse da terra pode ser compreendida como ponto de partida na redefinição de um conjunto de outras práticas sociais.

Isso aponta para a necessidade de observação sistemática das novas relações com o mercado e com muitas outras instituições envolvidas na produção agropecuária. Na parceria, no arrendamento e, principalmente, no trabalho assalariado, as diversas atividades que compõem o processo produtivo eram até então controladas pelo fazendeiro/proprietário fundiário, agora, passam ao controle direto dos agricultores assentados.

AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Kraychete (2007) ressalta que um pressuposto primordial para alcançar a sustentabilidade, é conhecer as condições necessárias para que a atividade praticada tenha chances de êxito, reforçando assim, a importância de um mínimo domínio do aspecto financeiro, para saber o quanto é necessário para aquisição de recursos, insumos e manutenção do empreendimento, aonde também requer o conhecimento dos impactos ambientais e de práticas adotadas para o manejo dos sistemas agrícolas ou pecuários, observando o padrão tecnológico utilizado.

Para tomar decisões gerenciais adequadas é necessário conhecer as diferentes possibilidades de utilização dos recursos existentes analisando seus impactos, incluindo aqueles provocados ao meio ambiente. A Lei nº 11.326, define agricultura familiar como pelo número de módulo fiscais e predominância restrita da mão de obra de membros de família. Considerando como renda familiar, apenas as atividades oriundas nas unidades produtivas e sob direção de um dos membros da família (IBGE 2009).

Já Abreu (2005) define agricultura familiar como uma forma social heterogênea, cujas unidades de produção se diferenciam pela sua diversidade e pela capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. Na agricultura familiar, a organização da produção e do trabalho fica a cargo do produtor e de sua família, e o trabalho assalariado, quando ocorre, é apenas complementar.

Brumer et al. (1993) dialogam com as observações de Queiroz e afirmam que a agricultura de base familiar "nasceu no Brasil sob o signo da precariedade, precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção e, especialmente, da terra". Precariedade que se revestiu também no "caráter rudimentar dos sistemas de cultura

e das técnicas de produção" e da sua pobreza generalizada.

Para Motta e Zarth (2008) a invisibilidade socioeconômica e política da agricultura de base familiar foi fruto de um longo processo de subjugação e, em muitos casos, de dependência da grande agricultura de exportação. A grande propriedade, dominante em toda a história brasileira, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Como têm a

alguns trabalhos historiográficos, à margem ou associada à grande exploração agropecuária, sempre existiu uma grande diversidade de formas sociais e de trabalho.

A importância da agricultura familiar no Brasil está na grande produção de alimentos que essa atividade realiza, pois, na maioria dos casos, os agricultores familiares não direcionam suas mercadorias ao mercado externo, mas sim para o atendimento imediato de sua produção.

Não se pode generalizar, mas, na maioria dos casos, os produtores familiares não utilizam uma grande quantidade de agrotóxicos, fato que associa, muitas vezes, a agricultura familiar à agricultura orgânica. Outra característica é que esse segmento da economia agrícola não emprega uma grande quantidade de maquinários, algo mais comum nas grandes propriedades, não havendo, portanto, a substituição do trabalhador do campo pelos equipamentos.

GESTÃO DE CUSTO NA PRODUÇÃO DE HORTALIÇA

Para Faulin (2004), a produção de hortaliças, sem uso de agrotóxicos, tanto para fins comerciais quanto de subsistência são importantes, pois contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar e da sustentabilidade. De acordo com Dias et al. (2012), “a produção de hortaliças é uma atividade quase sempre presente em pequenas propriedades familiares, seja como atividade de subsistência ou com a finalidade da comercialização do excedente agrícola em pequena escala”.

Segundo Melo e Vilela (2007), a produção de hortaliças não requer uma grande extensão de terras, nem tão pouco um alto nível de investimento e conhecimento técnico. Para Dias (2012, p.01), esse tipo de cultivo usa-se pouco espaço, poucos insumos e necessita de uma grande quantidade de água, que apresenta um ciclo bastante curto com uma produção realizada por agricultores familiares.

Um dos maiores gargalos enfrentados pela horticultura está relacionado à perecibilidade dos produtos e as variações climáticas que acarretam perdas na produção e diminuição no tempo entre colheita e entrega, dessa forma resulta na instabilidade nos preços

dos produtos, aumentando os custos de transação entre produtores e consumidores. (CORDEIRO, et al. 2008).

No contexto no semiárido brasileiro, especialmente do Estado da Paraíba, a sazonalidade no setor agrícola proporciona aos agricultores uma incerteza quanto a sua produção e comercialização em alguns períodos, uma vez que no período de escassez de água e das intempéries climáticas, a produção tende a diminuir, elevando ainda mais os custos de produção.

A produção de hortaliças tem se mostrado muito promissora provocando impactos positivos no setor econômico do país e movimentando milhões de reais por ano. “No Brasil, o mercado crescente de produtos orgânicos abrange vários canais de comercialização, inclusive os abordados dentro dos pressupostos do comércio justo, construídas a partir da relação mais justa e, de preferência direta entre o produtor e o consumidor” (MOREIRA, 2006).

Entende-se que a produção de hortaliças se configura como uma atividade agra econômica altamente intensiva, se confrontada a outras atividades agrárias. Este ramo da agricultura tem grande valor econômico e social para o país, pois contribui com o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável, sendo responsável pela permanência do homem no campo, gerando emprego, renda e promovendo o desenvolvimento local.

Grandes entraves são recorrentes na distribuição e no escoamento da produção de hortaliças. Na maioria das vezes esta não tem destino certo, permanecendo apenas nos mercados locais, o que afeta diretamente os produtores rurais, no que se refere aos aspectos econômicos, quando a produção não é totalmente vendida.

O uso das ferramentas da gestão de custos é primordial para os produtores na administração da sua produção. Neste sentido, o conhecimento do custo operacional e o seu reflexo em todo produto ou serviço são condições preponderantes de sobrevivência em qualquer negócio com ou sem fins lucrativos (SANTOS 2005). Assim, pode-se afirmar que o ideal é que toda propriedade rural necessita da gestão de custos para controle de sua atividade bem como para gerir seu negócio.

SISTEMA DE HIDROPONIA

O sistema hidropônico mais comercialmente usado é o chamado NFT ou Nutrient Film Technique. Ele consiste na distribuição de uma solução nutritiva de acordo com a cultura que se deseja manejar, através de tubos onde há o contato direto entre essa solução e as raízes das

plantas. A força da gravidade auxilia no retorno dessa solução nutritiva para o reservatório até que ela seja novamente enviada para o sistema a fim de reiniciar o ciclo. (GHIRALDINI, 2014).

No NFT, as plantas são sustentadas pela própria estrutura de tubos e como já ditas anteriormente, a hidroponia é uma técnica que não necessita de solo para produzir e pode ir mais além, segundo Cometti et al. (2008), um cultivo através dessa técnica pode ter uma redução de até 30 dias quando comparado ao ciclo da mesma produção em um sistema convencional em ambiente tropical.

Para o sucesso da hidroponia, a solução nutritiva é o fator mais essencial, pois é a partir de cada peculiaridade de cada tipo de espécie que se pretende cultivar que se constitui a composição e a concentração de nutrientes da solução que será distribuída para o sistema. Tal ponto ficou ainda mais evidente quando Andriolo (2002) apontou que é a partir dela que a cultura absorve os nutrientes necessários para o crescimento e retira o oxigênio exigido para realizar a respiração de seu sistema radicular. Dessa forma, um dos benefícios da hidroponia bastante estudado foi o melhor aproveitamento dos nutrientes quando dissolvidos na solução nutritiva. Ao avaliar se era necessária uma concentração de soluto contendo 100% dos elementos exigidos para o melhor desenvolvimento da cultura, percebeu-se que em concentrações até 50%, a produtividade e a padronização das plantas permaneciam as mesmas ao se comparar com os resultados obtidos numa solução com concentração total. Essa foi a conclusão que chegou Cometti et al. (2008) ao comparar de forma experimental os resultados de uma produção cultivada com uma solução nutritiva a 50% da concentração considerada ideal com os resultados de uma produção cultivada numa solução ideal, ou seja, a 100% de concentração de seus nutrientes.

Segundo Cometti et al. (2008), de acordo com Siddiqi et al. (1998), outro fator a favor dessa redução de concentração, que surgiu a partir de uma constante preocupação dos produtores em cultivo hidropônico, é a eutrofização da solução nutritiva. Assim, reduzindo-se a quantidade de nutrientes atuando de forma desnecessária no sistema, proporcionalmente altera-se a probabilidade de ocorrer eutrofização. Dessa forma, diminuindo a quantidade de Fósforo e Nitrogênio dissolvidos na água, tem-se que o número de micro-organismos presentes no sistema também é reduzido. Esses micro- organismos, na forma de algas, são os responsáveis pelos processos eutróficos na água.

A partir do experimento de Cometti et al. (2008), avaliou-se que concentrações da solução nutritiva menores que 50% poderiam levar a um crescimento reduzido, sob as

condições de luz e temperatura pela qual a experiência foi desenvolvida. Em função da temperatura da solução nutritiva, de acordo com Bremenkamp et al (2012), dentro do intervalo entre 24 e 27 °C não há alteração do crescimento das plantas, assim, enquanto o termômetro permanecer menor que 28 °C, não existe necessidade de resfriamento da solução.

Sanches et. al (2005) que constatou que a partir de uma solução à temperatura ambiente, ou seja, aproximadamente 24,9 °C no experimento dele, as plantas de alface se desenvolveram melhor do que sob condições de temperatura mais baixas. Os resultados obtidos por Sanches foram bastante interessantes, pois a partir da comparação entre plantas que receberam solução nutritiva resfriada e plantas que receberam solução nutritiva à temperatura ambiente, ele concluiu que não é válido realizar o resfriamento da solução quando a temperatura do ar é aproximadamente 25°C. Isso ocorre, pois, o desenvolvimento da cultura é desregulado quando a solução nutritiva em contato com o sistema radicular está em temperatura menor do que a temperatura ambiente do ar. (PASSOS et al., 2011).

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do estudo utilizou-se uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (1999) visa proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Desta forma, para maior conhecimento sobre o tema, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica que segundo Severino (2007), este tipo de pesquisa se realiza a partir de registros disponíveis, que recorre de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses e até mesmo em páginas de web sites.

Para a aplicação dos conceitos, utilizou-se uma pesquisa ação, que segundo Pimenta et al. (2008) possibilita aos participantes condições de investigar sua própria prática de uma forma crítica e reflexiva.

A análise dos resultados desdobrou-se através de uma abordagem quantitativa, que segundo Fonseca (2002), a pesquisa quantitativa esta centrada na objetividade e é influenciada pelo positivismo e considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos.

Para o andamento do estudo utilizou-se uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (1999) visa proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Desta forma, para maior conhecimento sobre o tema, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica que segundo Severino (2007), este tipo de pesquisa se realiza a partir de registros disponíveis, que recorre de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses e até mesmo em

páginas de web sialém de produzir tes.

4. ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados são referentes aos meses abril, maio e junho de 2020, fornecidos pelo os proprietários do Sítio Nossa Senhora Aparecida Cinturão Verde no município de Dom Aquino-MT. O produtor teve um investimento inicial de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e produz a 7anos. O Sítio Nossa Senhora Aparecida, tem uma area equivalente a 5 hequitates além do cultivo de hortaliças tem o cultivo em solo como jiló, quiabo, couve, abobrinha, banana, pimenta. Mais foco principal para esse produtor rural é o cutivo do plantio em hidroponia.

No sistema de hidroponia antes do consumo, passa por um processo cauteloso que se chama o ciclo da hidroponia, a alface fica 15 dias no berçário, 40 dias no intermediário a onde temos um ciclo de 55 dias para a venda.

Quadro 01: Despesas referente ao período de abril/2020 até junho/2020

DESCRIÇÃO	abr/20	mai/20	jun/20
HIDROGOOD FERT	R\$ 573,33	R\$ 573,33	R\$ 573,33
FERRO	R\$ 175,00	R\$ 175,00	R\$ 175,00
NITRATO DE CÁLCIO	R\$ 155,00	R\$ 155,00	R\$ 155,00
DEFENSIVOS	R\$ 400,00	R\$ 225,00	R\$ 235,00
SEMENTES	R\$ 300,00	R\$ 245,00	R\$ 200,00
ÁGUA	R\$ 650,00	R\$ 595,00	R\$ 535,00
ENERGIA	R\$ 1.700,00	R\$ 1.630,00	R\$ 1.730,00
SALÁRIO	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
TOTAL	R\$ 6.453,33	R\$ 6.098,33	R\$ 6.103,33

Fonte: Pesquisa

No quadro 01 foi levantado as despesas de insumos utilizado na produção de alface referente ao mês de abril, maio e junho de 2020. No mês de maio obteve uma despesa de R\$ 6.453,33 o mês de abril teve uma despesa com o valor mais baixo de R\$ 6.098,33, pois devido à pandemia teve pouca venda, o mês Junho obteve uma despesa de R\$ 6.103,33. Para as hortaliças crescer e se reproduzir necessita de um grupo de substâncias conhecidas como nutrientes que são dissolvidas na água em quantidades e proporções adequadas como necessitam.

São 3 nutrientes que podemos observar no quadro 01, HIDROGOOD FERT, FERRO e o NITRATO DE CÁLCIO:

- O HIDROGOOD FERT - ele é um MPC, nitrogênio, fósforo, e potássio é uma formulação com micronutrientes. O nitrogênio o fósforo e o potássio eles dar mais, vigor na planta fazer com que a planta se desenvolva crescer a raiz, a parte area da planta todos são de suma importância.
- FERRO - ele age na formulação do crescimento da planta estimulando, todo o processo necessário à sua utilização é feito da seguinte forma para 30 gramas utiliza-se mil litros de água com isso ajuda na absorção do nitrogênio.
- NITRATO DE CÁLCIO - é um fertilizante que fornece todos os nutrientes a onde, é crucial para a saúde e desenvolvimento da planta ajudando a combater doenças e pragas. O seu uso é feito de forma solúvel com isso têm maior absorção na planta.

Quadro 02: Receita referente mês 04/2020.

MÊS 04/2020			
DESCRIÇÃO	QDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
ALFACE	3400	R\$ 1,70	R\$ 5.780,00
ALFACE	1800	R\$ 2,00	R\$ 3.600,00
ALFACE	120	R\$ 1,70	R\$ 204,00
TOTAL	5320		R\$ 9.584,00

Fonte: Pesquisa

No quadro 02 podemos observar que temos dois valores proporcionais que são de R\$ 1.70 e R\$ 2.00. O valor de venda para os mercados é de R\$ 1.70 e para a venda na feira de R\$ 2.00 no mês Abril teve uma receita equivalente a R\$ 9.584,00 de vendas.

Quadro 03: Receita referente mês 05/2020.

MÊS 05/2020			
DESCRIÇÃO	QDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
ALFACE	3120	R\$ 1,70	R\$ 5.304,00
ALFACE	1600	R\$ 2,00	R\$ 3.200,00
ALFACE	96	R\$ 1,70	R\$ 163,20
TOTAL	4816		R\$ 8.667,20

Fonte: Pesquisa

No quadro 03 referente às vendas no mês de maio obteve uma lucratividade de R\$ 8.667,20 comparado ao mês anterior teve uma redução de R\$ 916,80 a menos de venda.

Quadro 04: Receita referente mês 06/2020

MÊS 06/2020			
DESCRIÇÃO	QDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
ALFACE	2480	R\$ 1,70	R\$ 4.216,00
ALFACE	1466	R\$ 2,00	R\$ 2.932,00
ALFACE	80	R\$ 1,70	R\$ 136,00
TOTAL	4026		R\$ 7.284,00

Fonte: Pesquisa

No quadro 04 podemos observar as vendas referentes ao mês de junho com uma receita de R\$ 7.284,00 comparando ao mês anterior teve uma redução a menos de R\$ 1.383,20 a menos de venda.

Quadro 05: Apuração do resultado mês 04/2020.

DRE MÊS 04/2020			
DRE		VALOR	%
RECEITA COM VENDAS		R\$ 9.584,00	100,00%
(-) DESPESAS		-R\$6.453,33	-67,33%
HIDROGOOD FERT	-R\$ 573,33	-5,98%	
FERRO	-R\$ 175,00	-1,83%	
NITRATO DE CÁLCIO	-R\$ 155,00	-1,62%	
DEFENSIVOS	-R\$ 400,00	-4,17%	
SEMENTES	-R\$ 300,00	-3,13%	
ÁGUA	-R\$ 650,00	-6,78%	
ENERGIA	-R\$ 1.700,00	-17,74%	
SALÁRIO	-R\$ 2.500,00	-26,09%	
LUCRO PERÍODO		R\$ 3.130,67	32,67%

Fonte: Pesquisa

No quadro 05 demonstra que a empresa obteve lucro no periodo de 32,67% no mês 04/2020

Quadro 06: Apuração do resultado mês 05/2020.

DRE MÊS 05/2020			
DRE		VALOR	%
RECEITA COM VENDAS		R\$ 8.667,20	100,00%
(-) DESPESAS		-R\$6.098,33	-70,36%
HIDROGOOD FERT	-R\$ 573,33	-6,61%	
FERRO	-R\$ 175,00	-2,02%	
NITRATO DE CÁLCIO	-R\$ 155,00	-1,79%	
DEFENSIVOS	-R\$ 225,00	-2,60%	
SEMENTES	-R\$ 245,00	-2,83%	
ÁGUA	-R\$ 595,00	-6,86%	
ENERGIA	-R\$ 1.630,00	-18,81%	
SALÁRIO	-R\$ 2.500,00	-28,84%	
LUCRO PERÍODO		R\$ 2.568,87	29,64%

Fonte: Pesquisa

No quadro 06 demonstra que a empresa obteve lucro no periodo de 29,64% no mês 02/2020.

Quadro 07: Apuração do resultado mês 06/2020.

DRE MÊS 06/2020			
DRE		VALOR	%
RECEITA COM VENDAS		R\$ 7.284,00	100,00%
(-) DESPESAS		-R\$ 6.103,33	-83,79%
HIDROGOOD FERT	-R\$ 573,33	-7,87%	
FERRO	-R\$ 175,00	-2,40%	
NITRATO DE CÁLCIO	-R\$ 155,00	-2,13%	
DEFENSIVOS	-R\$ 235,00	-3,23%	
SEMENTES	-R\$ 200,00	-2,75%	
ÁGUA	-R\$ 535,00	-7,34%	
ENERGIA	-R\$ 1.730,00	-23,75%	
SALÁRIO	-R\$ 2.500,00	-34,32%	
LUCRO PERÍODO		R\$ 1.180,67	16,21%

Fonte: Pesquisa

No quadro 07 demonstra que a empresa obteve lucro no periodo de 16,21% no mês 06/2020.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a análise da viabilidade econômica-financeira na produção da hidrôponica foi utilizado índices tradicionais como, Recitas (Venda de serviços e produtos), Despesa (Gastos que a empresa deve fazer para manter funcionando), DRE (Demonstração do resultado do Exercício).

No quadro 01 mostra uma Despesa referente ao periodo de abril ate junho de 2020 a onde se mostra que o mês de abril, obteve maior despesa do que os outros meses no valor de \$6.453,33.

No quadro 02 referente ao mês 4 das Receitas obteve um valor equivalente a \$9.584,00 com isso mostrando que obteve uma, lucratividade maior do que os outros meses.

No quadro 05 referente à Apuração do resultado mês 4 obteve um percentual de 32,67% tendo um lucro do periodo de \$3.130,67.

No mês 5 com um percentual de 29,64% com um lucro no periodo de \$2.568,87.

O mês 6 obteve o menor percentual com 16,21%com isso, tendo uma lucratividade do periodo menor do que os outros meses de \$1.180,67.

Com isso pode-se levantar, dados mais apurados das receitas e despesas reais do cultivo de alface ficando algumas informações vagas.

De acordo com a apuração do resultado pode constatar que ouve uma lucratividade economica no plantio de hidroponia.

Para melhor neste sentido, o proprietario da empresa, tera que se aperfeiçoar mais um pouco para melhorar suas informações no processo de tomada de decisão.

REFERÊNCIA

ANDRADE, M. G. F.de; MORAIS, M. I. de; MUNHÃO, E. E.; PIMENTA, P. R. Controle de custos na agricultura: um estudo sobre a rentabilidade na cultura da soja. Custos e @gronegocio online, v. 8, n. 3, Jul/Set, 2012.

ATKINSON, A. A. Contabilidade Gerencial. Tradução André Olímpio Mosselmm Du Chenoy Castro. Revisão técnica Rubens Famá. 1 ed. Atlas. São Paulo, 2000.

BERTÓ, D. J. BEULKE, R. Gestão de Custos. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. Gestão de custos em uma propriedade rural do ramo de Hortaliças Moreira, A.C. da S.S., Melo, J.F.M. de, Carvalho, J.R.M. de. Custos e @gronegocio on line - v. 12, n. 2 – Abr/Jun - 2016. ISSN 1808-2882 www.custoseagronegocioonline.com.br 329

BONACIM, C. A. Gr; NARDI, P. C. C; SILVA, R. L. M. da; CRUZ JÚNIOR, R.; BONÍZIO, R. C.. Projetos de investimentos em agronegócios: análise custo-volume-lucro considerando incerteza e risco. Custos e @gronegocio online, v. 9, n. 3, Jul/Set, 2013.

BORNIA, A. C. Análise Gerencial de Custos: aplicação em Empresas Modernas. 3 ed. Atlas; São Paulo, 2010. BRANCO, R. B. F; BLAT, S. F. Sistema de cultivo na produção de hortaliças, 2014.

BRUNI, A. L; FAMÁ, R. Gestão de Custos e Formação de Preços.5 ed. Atlas. São Paulo, 2008. CALLADO, A. L. C.; SOARES, K. R. Análise da utilização de indicadores de desempenho no contexto das agroindústrias. Custos e @gronegocio online, v. 10, n. 2, Abr/Jun, 2014.

CORDEIRO, K. W; TREDEZINI, C. A. O; CARVALHO, C. M. Análise da Produção de Hortaliças sob a Ótica da Economia dos Custos de Transação, na cidade de Campo GrandeMS, SOBER: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, 2008.

DAL MOLIN, M. A. M.; WATANABE, M.; YAMAGUCHI, C. K.; JENOVEVA-NETO, R. Análise dos custos como proposta de gerenciamento na produção de arroz irrigado em uma propriedade de agricultura familiar. Custos e @gronegocio on line, v. 11, n. 3, Jul/Set - 2015.

DEGIOVANNI, G. C.; JAPUR, C. C.; SANCHES, A. P. L. M.; MATTOS, C. H. P. de S.; MARTINS, L. dos S.; REIS, C. V. dos; VIEIRA, M. N. C. M. Hortaliças in natura ou Minimamente processadas em unidades de alimentação e nutrição: quais aspectos devem ser considerados na sua aquisição? 2010.

DEMO, Pedro. Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos. 2ed. Brasília: Liber Livro,

2008

DIAS, R. dos S; FERREIRA; D. de J; ARAÚJO, W. K. O; SANTOS, R. L. A produção de hortaliças pela agricultura familiar no município de Humildes – Bahia. In: Anais... XX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Uberlândia, MG, 15 a 19 outubro de 2012. ECKERT, Alex;

GARCIA, R. D. C. Custos e rentabilidades na produção de hortaliças orgânicas e convencionais no estado do Espírito Santo, 2013. Gestão Agroindustrial. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 1997. p. 489 – 514.

Gestão de custos em uma propriedade rural do ramo de Hortaliças Moreira, A.C. da S.S., Melo, J.F.M. de, Carvalho, J.R.M. de. Custos e @gronegocio on line - v. 12, n. 2 – Abr/Jun - 2016. ISSN 1808-2882 www.custoseagronegocioonline.com.br 330

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUILHOTO, J. J. M; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R.C. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados, 2007.

IUDÍCIBUS, S; MARION, J. C. Curso de contabilidades para não contadores. São Paulo: Atlas, 2000.

J. J. Fundamentos de Custo para a formação do preço e do lucro. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005. SEBRAE, Estudo de mercado SEBRAE/ESPM. Hortaliças minimamente processadas, setembro de 2008.

SILVA, R. C. da; FERNANDES, L.A; KRAYCHET, Gabriel; AGUIAR, Kátia (orgs.). Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007.

KRUGER, S. D; GLUSTAK, S. D; MAZZIONI, S; ZANIN, A; GUBIANI, C. A. A percepção dos gestores rurais sobre a utilização da contabilidade como instrumento de apoio

aos estabelecimentos rurais. In: Anais... XX CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, Uberlândia, MG, Brasil, 18 a 20 de novembro de 2013.

MELO, S. T. de S; RIBEIRO, F. A, ARAÚJO, C. F.; MOREIRA, E. A luta pela terra e águas nas várzeas de Sousa, 2010. Gestão de custos em uma propriedade rural do ramo de Hortaliças Moreira, A.C. da S.S., Melo, J.F.M. de, Carvalho, J.R.M. de. Custos e @gronegocio on line - v. 12, n. 2 – Abr/Jun - 2016. ISSN 1808-2882 www.custoseagronegocioonline.com.br 331

MOREIRA, C. Produção e mercados de frutas, legumes e verduras orgânicos na região de influência econômica de Goiânia-Go. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Agronomia, da Universidade Federal de Goiás, 2006.

NOGUEIRA, M. P. Gestão de custos e avaliação de resultados: agricultura e Pecuária. Ed. Scot Consultoria, 2004.

NANTES, J. F. D. Gerenciamento da Empresa Rural. In: BATALHA, Mário O. (cord.). PIMENTA, M. L; ROCHA, M. P; LEMES, S. Aplicação do método ABC no cultivo de hortaliças na região do Alto Paranaíba. Custos e gronegocioonline, v. 3, n. 2, jul./dez., 2007.

PREZA, D. de L. C.; AUGUSTO, L. G. da S. Vulnerabilidades de trabalhadores rurais frente ao uso de agrotóxicos na produção de hortaliças em região do Nordeste do Brasil. Revista Brasileira Saúde Ocupacional. São Paulo, 37 (125), p. 89-98, 2012.

PINTO JR., J. M.; FARIAS, V. A. Função social da propriedade: dimensões ambiental e trabalhista. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

REZENDE, B. L. A.; JÚNIOR BARROS A. P. B.; CECÍLIO FILHO, A. B.; PÔRTO, D. R. Q.; MARTINS, M. I. E. Custo de produção e rentabilidade das culturas de alface, rabanete, rúcula e repolho em cultivo solteiro e consorciadas com pimentão. Ciência e Agro tecnologia, Lavras, v. 33, n. 1, jan./fev., p. 305-312, 2009. Gestão de custos em uma propriedade rural do ramo de Hortaliças Moreira, A.C. da S.S., Melo, J.F.M. de, Carvalho,

DOSSIÊ DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS & ADMINISTRAÇÃO/ Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas EDUVALE/Jaciara-MT - ISSN 1806-6283/ Vol. 02 Novembro/Dezembro. Ano 2021.

J.R.M. de. Custos e @gronegócio on line - v. 12, n. 2 – Abr/Jun - 2016. ISSN 1808-2882
www.custoseagronegocioonline.com.br 332 SANTOS,

SANCHES, C.E.J.; ARAÚJO, J.A.C.; SPELLING, A.C.; VILLELA JUNIOR, L.V.E.

2005. Cultivo hidropônico da alface do grupo americana com resfriamento da solução nutritiva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE OLERICULTURA, 45. Anais...Fortaleza: ABH.

ANÁLISE DOS DIREITOS TRABALHISTAS NA RESCISÃO DE CONTRATO DO TRABALHO SEM JUSTA CAUSA.

Patrícia Santana da Costa¹

Luciana Aparecida Augusta de Oliveira²

Fabricio Carlos Lenzi³

Fabiana Kely dos Santos Reis⁴

RESUMO

Neste trabalho foi realizado um estudo sobre rescisão de contrato de trabalho sem justa causa, portanto na parte teórica desse trabalho aborda sobre os tipos de contrato de trabalho, empregado e empregador, rescisão contratual, direitos e deveres do empregado e também apresenta acordo tácito ou expresse correspondente a relação de emprego. Foi realizada a pesquisa bibliográfica com características qualitativa, descritivos e método estatístico. O objetivo foi analisar se os trabalhadores com carteira assinada conhecem seus direitos na rescisão sem justa causa. Foi distribuída uma pesquisa através de questionário enviada um link pelo WhatsApp, para saber se os entrevistados sabem dos seus direitos, foram entrevistadas 58 pessoas, sendo 70,7% Feminino e 29,3% Masculino. De acordo com as pesquisas obteve um resultado onde a maioria das pessoas conhece os direitos na rescisão sem justa causa.

Palavras-chave: Contrato, empregado e empregado, rescisão sem justa causa

¹Discente do Curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE/Jaciara-MT. E-mail: patriciasantanadacosta79@gmail.com

²Graduada em Administração e Ciências Contábeis, pós-graduada em Recursos Humanos – Gestão de Pessoas pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

³ Economista, especialista em Gestão Empresarial e Consultoria em Agronegócios, professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. e-mail: fabriciolenzi@eduvalesl.edu.br

⁴Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Gestão de Recursos Humanos pela IPEMIG: Instituto Pedagógico de Minas Gerais.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho estuda o direito e deveres do empregado e empregador no desligamento com rescisão sem justa causa. A rescisão de contrato de trabalho nessa modalidade é utilizada quando o empregador dispensa o empregado sem que tenha motivo nenhum.

Rescisão de contrato sem justa causa é por decisão do empregador, que tem o direito de dispensar o empregado, que não terá poder se opor, somente se tiver exceções perante a lei. Trata-se de um procedimento correto quando há o fim do vínculo empregatício, sem que haja nenhum tipo de contrariedade ou penalidade. Desta forma será necessário o empregador aderir alguns procedimentos para garantir os direitos do empregado.

Atualmente nas informações sobre direitos trabalhistas nem todos os trabalhadores conhecem sobre seus direitos em destaque, sobrepondo que o objetivo desse estudo é identificar se os cidadãos conhecem sobre suas vantagens relacionadas a dispensa sem justa causa, e esclarecer dúvidas de diversas partes referente aos âmbitos trabalhistas.

Para chegar ao objetivo geral do trabalho fez-se necessário abordar os temas contrato de trabalho, tipos de contrato, empregado e empregador e tipos de rescisão contratual. Para tanto, utilizou de pesquisas bibliográficas, artigos, livros e em sites.

A metodologia aplicada nesse artigo correspondente a uma pesquisa bibliográfica, a partir de conteúdos já elaborados, qualitativa com objetivos descritivos, e método estatístico, referentes ao tema.

A análise foi de extrema importância, foi respondida pelas pessoas que tem carteira assinada ou já teve pelo menos uma vez, um questionário enviado através de um link de WhatsApp, onde teve 58 entrevistados e a maioria respondeu correto.

2. Contrato de trabalho

A legislação do trabalho, no Brasil é constituída pela consolidação e por normas jurídicas a ela complementares. Tem por objetivo regular as relações entre empregados e empregadores, estabelecendo direitos e deveres recíprocos. De acordo com SOUZA, (2007, p.22) é nada mais que a união de duas pessoas que faz nascer o contrato de trabalho que é o

empregado e o empregador, que se unem por meio desse contrato para oferecer prestação de serviços à empresa.

De acordo com o art. 443 da CLT a realização do contrato individual de trabalho pode ser feita de forma tácita ou expressa, verbal ou por escrito.

Verbal ou tácito – nesse caso, não há acordo escrito, forma-se pela confiança entre as partes, pela oralidade do acordo e pelo comportamento. É um acordo feito entre as duas partes somente na base da confiança sem nem um tipo de documento entre o empregado e empregador.

Escrito ou expresse- Neste são estipuladas cláusulas contratuais que visam tutelar entre empregador e empregado as obrigações e deveres entre as partes, não devendo ferir, principalmente, os direitos assegurados na Constituição Federal, CLT ou normas coletivas de trabalho, porém a regra geral é a da inexistência de contrato escrito tendo em vista a lei não fazer essa exigência. (CONTARIN E DINIZ, 2009, p.5)

É um contrato que deverá conter todos as documentações do empregado e do empregador e seus deveres e obrigações Deve ser igual a Constituição CLT

Tipos de contrato de trabalho

Há alguns contratos de trabalho tais como: Contrato por prazo indeterminado, contrato por prazo determinado, contrato de experiência e contrato de safra. Abaixo a definição de cada modalidade.

Contrato por prazo indeterminado

Define contrato de trabalho por prazo indeterminado como sendo “aquele cuja duração temporal não tenha prefixado termo extintivo, mantendo duração indefinida ao longo do tempo”. Segundo MACHADO, (2009, p.49) como o nome já diz prazo indeterminado, não tem prazo para sair

É o que se faz sem fixação prévia da sua duração, presumindo-se prolongando indefinidamente. Constitui a regra em Direito do Trabalho, e só excepcionalmente admite se o contrato por tempo determinado. De acordo com LIMA (2005, p.116), a partir que passou dos 90 dias passou da experiência, e seu contrato vai ser indeterminado de forma automática, que será um contrato sem data para sair

Contrato por prazo Determinado

Considera-se como tempo determinado é aquele em que as partes prevêem um limite à sua duração, esse limite pode ser um dia determinado, a execução de certos trabalhos ou um fato futuro de cujo acontecimento há certeza e, não se sabendo o dia exato, pode-se antevê-lo com aproximação, Segundo MACHADO, (2009, p.44) contrato de trabalho por prazo determinado é quando a pessoa é contratada por certo período apenas até executar a atividades necessárias.

“Considera-se como prazo determinado o contrato cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada”. De acordo com GONÇALES (1993, p. 136) é quando o empregado é contratado para executar um serviço, e sua duração é no máximo de dois anos.

Contrato de experiência

O contrato de experiência é utilizado como período de testes para constatar se o empregado possui as aptidões necessárias para ter o contrato de trabalho consolidado por prazo indeterminado. Conforme MACHADO (2009, pg. 46) ele vale 90 dias, o empregador poderá conceder prazos de experiências diferenciados ele pode contratar por 10 dias, depois prorrogar por mais 20 dias, sendo que o limite máximo é 90 dias.

É um contrato que depende de ajuste prévio. Constitui uma espécie de contrato por prazo determinado. Sua duração máxima é de 90 dias pode ser fixado por prazo inferior e prorrogado uma vez, contanto que a soma não extrapole o prazo de 90 dias. Se fixado inicialmente em 30 dias, prorrogado por mais de 30, a segunda prorrogação torna-o por tempo indeterminado, ainda que totalize prazo inferior a 90 dias. Portanto para LIMA (2005, p.117), o contrato de experiência ele é considerado contrato por prazo determinado, ele vale no máximo 90 dias, e esse contrato pode ser prorrogado somente uma única vez.

Contrato de Safra

Portanto, podemos definir Contrato de Safra aquele que “trata de um contrato por prazo determinado, não eventual, inserido na atividade do produtor rural. Tem sua duração dependente da influência das estações nas atividades agrárias, cujas atividades iniciam-se normalmente no preparo de solo para o cultivo, se estendendo até a colheita”. É o pacto

empregatício rural, e é destinado para área rural e urbana, é contratada uma pessoa somente para as tarefas realizadas entre o preparo do solo para o cultivo e a colheita (DELGADO, 2017, p. 409, apud, RODRIGUES, 2017, p.16)

O contrato de safra é aquele cuja duração depende das variações estacionais das atividades agrárias, sendo as tarefas. Normalmente executadas no período entre o preparo do solo para o cultivo e a colheita. O contrato de safra é firmado por prazo determinado, uma vez que sua natureza e transitoriedade justificam a predominância do prazo. (ROCHA, 2019 a. p 103)

Contrato de safra é um contrato determinado, ele é destinado a área rural alguns empresários usam no momento da safra do preparo da terra até a colheita, depois o empregado já é dispensado

Empregador

De acordo com o Art.2 consolidação das leis do trabalho, considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que assumindo os riscos da atividade econômica admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço”

O empregador, na maioria das vezes, é uma empresa, o que no sentido econômico significa uma atividade que visa ao lucro. Outras categorias também podem figurar como empregadoras, como o próprio estado, os empregadores domésticos, e as instituições sem fins lucrativos, como os sindicatos e ONGs, além de outras.

O empregador é aquele que contrata e assalaria. O empregador também pode ser pessoa física e pessoa jurídica, e ele também assume os riscos das atividades econômica da empresa, exemplo: se a empresa der lucro é do empregador e se der prejuízo também é do empregador.

Como sujeito da relação de emprego, o empregador é o tomador dos serviços, ou seja, aquele que contrata o trabalho prestado pelo empregado, de forma pessoal, subordinada, continua e mediante renumeração. Para NASCIMENTO, (2008, p.61) ele assume as responsabilidades, admite assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços, e assume os riscos da empresa

1.1 Principais obrigações e deveres do empregador para com o empregado.

Quadro 1

Principais obrigações:	Principais deveres do empregador para com o empregado:
------------------------	--

▪ Remunerar os serviços prestados;	▪ Atuar de boa fé ;
▪ Conceder férias;	▪ Observar as normas de segurança e higiene do trabalho;
▪ Repouso semanal;	▪ Não discriminar;
▪ Salário família;	▪ Respeitar as invenções do empregado;
▪ Licença maternidade e paternidade;	▪ Outros.
▪ Aviso prévio, quando necessário;	
▪ Fornecer equipamentos e trabalho;	

Fonte: SOUZA (2007,p.20)

Empregado

Art.”3 da consolidação das Leis de trabalho,” Toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante a salário”

O empregado é sempre uma pessoa física, contratada para prestar serviços, recebendo um salário. Apesar da subordinação, o empregado tem uma série de direitos, como férias, 13º salário, aviso prévio, entre outros, O empregado é a pessoa física que presta serviços para o empregador, e com isso ele é assalariado e tem seus direitos pelos seus serviços prestados.

O empregado é aquele que trabalha com habitualidade. Para que o trabalhador seja destinatário da proteção das normas trabalhistas tem que prestar serviços de forma continua ao empregador. A caracterização do conceito de empregado exige o cumprimento de prestação Laborativa de trato sucessivo e continuado que integra o contrato de trabalho. Para NASCIMENTO, (2008, p.55) o empregado é um trabalhador que presta seus serviços pessoalmente e ele irá efetuar as suas atividades e não tem a autonomia para escolher a maneira como realizará o trabalho.

Principais obrigações e deveres do empregado para com empregador.

Quadro 2

Principais Obrigações:	Principais deveres do empregado para com o empregador:
▪ Prestar os serviços contratados;	▪ Sujeitar-se ao poder hierárquico do empregador;
▪ Conceder aviso prévio, quando necessário;	▪ Atuar com boa fé;
▪ Pagar indenizações;	▪ Diligência;
▪ Ressarcir danos;	▪ Fidelidade
▪ Outros.	▪ Colaboração;
	▪ Não concorrer com o empregador;
	▪ Outros.

Fonte: SOUZA (2007, p. 21)

Segundo, SOUZA (2007, p.21). O descumprimento dos deveres e obrigações por parte do empregado acarretará rescisão de contrato de trabalho. Ou, o empregado poderá fazer só de advertências, no que aplicará em suspensão ou até uma rescisão de contrato de trabalho por justa.

Rescisão Contratual

É o fim do contrato de trabalho pode ser por parte do empregador, como por parte do empregado, ambos têm o direito de querer encerrar o vínculo de emprego. De acordo com PACHECO (2014, P.39) o contrato pode ser rescindido por decisão da empresa ou do empregado ou um acordo entre as partes, e aponta o termino da relação de trabalho.

Existem vários tipos de rescisão para finalizar um contrato de trabalho tais como as principais que ocorrem:

- Demissão por justa causa que é quando o empregado realiza alguma falta grave e o

contrato é rescindido por justa causa

- Demissão sem justa causa, esse tipo de rescisão ocorre quando o empregador dispensa o empregado sem que haja algum motivo.
- Pedido de demissão sem justa causa acontece esse tipo de rescisão de contrato quando o empregado pede demissão
- Término do contrato de experiência. O término do contrato de experiência acontece quando o período de duração acordado entre o empregado e empregador se esgota, não acontece a prorrogação do contrato e nem a efetivação do empregado após período acordado.

Para SOUZA, (2007, p.35, 47 e 52) esses são os tipos de rescisões principais para finalizar um contrato de rescisão, e cada um possuem suas particularidades e cada uma dessas rescisões possui regras e obrigações.

Rescisão sem Justa Causa

É quando o empregador decide encerrar o contrato de trabalho do empregado que está a sua disposição, sem que tenha motivo. Para Pacheco (2014, p.39) a partir do momento que o empregador não tem mais interesse ele pode estar simplesmente dispensando seu funcionário, ou seja, por motivos particulares ou por não estar produzindo o suficiente.

Esclarece que é de direito do trabalhador as seguintes parcelas rescisórias:

- Aviso prévio (trabalhado ou indenizado);
- 13º salário proporcional;
- Férias vencidas e proporcionais;
- 1/3 férias;
- Saldo de salário;
- Salário família, se preenchidos os requisitos da Lei 8.213\91.

Sobre o direito de FGTS são devidos:

- Depósito de 8% referente ao mês da rescisão contratual;
- Multa de 40% sobre o montante da conta vinculada;
- Código de saque 01: o trabalhador terá direito a sacar os valores, depositados durante o vínculo empregatício.

A partir do momento que o empregador não está mais satisfeito com os seus serviços prestados pelo seu funcionário o mesmo está rescindindo o seu contrato, no entanto o empregado tem seus direitos a receber. (Vianna 2008, p. 134, Apud, Pacheco, 2014, p.40) Quando você é demitido você deverá assinar o documento de sua demissão. A empresa onde você trabalha também pode exigir que você cumpra um aviso. Em regra, o aviso é o prazo de 30 dias e você também receberá por esse período na hora da rescisão.

Caso você venha a trabalhar nesse período, todas as obrigações como funcionário deve ser respeitado, como os horários, presença no trabalho, além do respeito com seus superiores, colegas e clientes. <https://www.jornalcontabil.com.br/o-que-tenho-para-receber-se-eu-for-demitido-do-meu-trabalho/> acesso em: (28-10-2020 às 17:15).

Como o empregador tem a obrigação de pagar todos os direitos do funcionário, o mesmo também tem que cumprir com suas obrigações no seu local de trabalho até a data de saída, trabalhar com responsabilidade e respeitar a todos.

3.0 Metodologia

Para a realização desse trabalho, a presente pesquisa caracteriza-se e se faz necessário que busque método e técnica que ajudam no desenvolvimento e na qualidade do trabalho. Está pesquisa é do tipo descritivo com características qualitativas e também pesquisas Bibliográficas e o método estatístico.

Para Marconi e Lakatos (2012,p.57) sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de detalhes que tenham sido transcritos por alguma forma, querem publicadas quer gravadas.

A bibliografia pertinente “Oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” (MANZO, 1971, p.57, apud MARCONI e LAKATOS, 2012, p.57)

A pesquisa qualitativa “responde questões particulares” Em ciências Sociais preocupa-se com “um nível de realidade que não pode ser quantificado”, ou seja, ela trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser

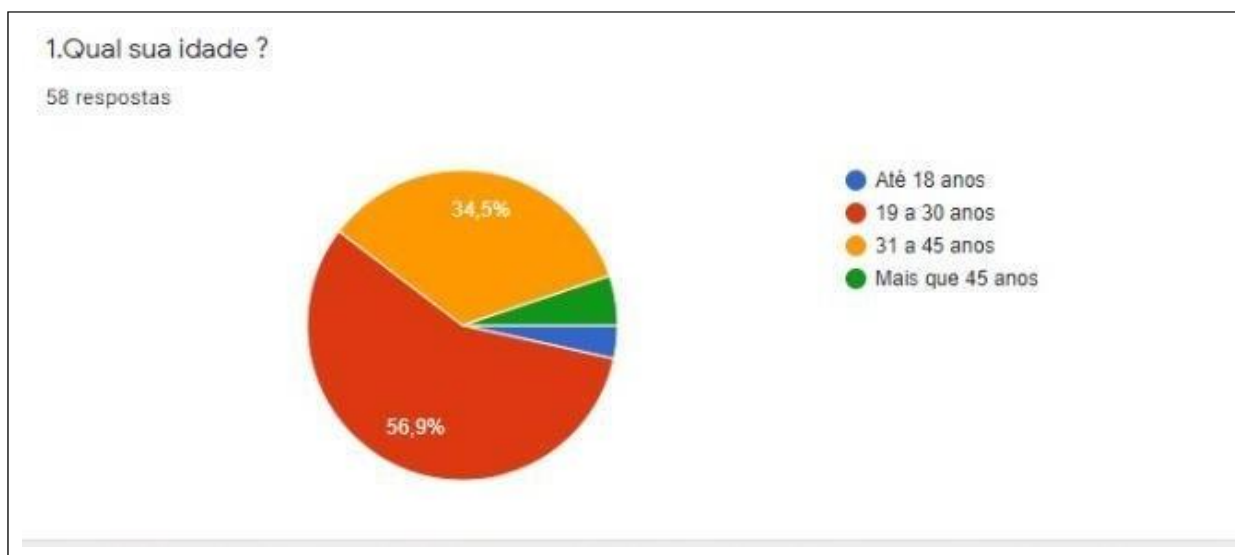
reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO,1993, p. 21-22, apud MARCONI e LAKATOS, 2018, p.303).

O método estatístico fundamenta-se na utilização da teoria estatística das probabilidades. Suas conclusões apresentam grande probabilidade de serem verdadeiras, embora admitam certa margem de erro. Para ANDRADE (2003, p.134) é um método de análise para verificar se existe realmente conexões entre fenômenos.

Pesquisa descritiva, quando o pesquisador apenas e descreve os fatos observadores sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecido de relações entre variáveis. Para Prodanov e Freitas, (2013, p.52) uma pesquisa descritiva é quando descreve algum fato, assunto, um acontecimento, e são usados para descrever de maneira objetiva.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

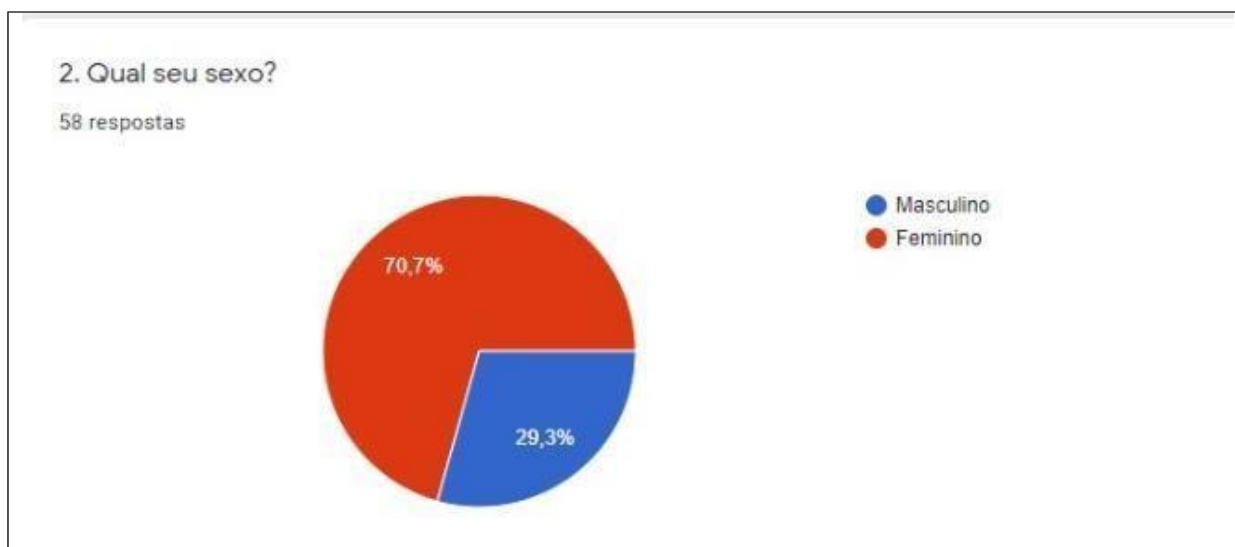
Foi realizada uma pesquisa onde as pessoas responderam através de um link enviado pelo WhatsApp, para saber se os entrevistados sabem dos seus direitos, foram entrevistadas 58 pessoas, 70,7% Feminino e 29,3% Masculino.



Fonte: Pesquisa 2020

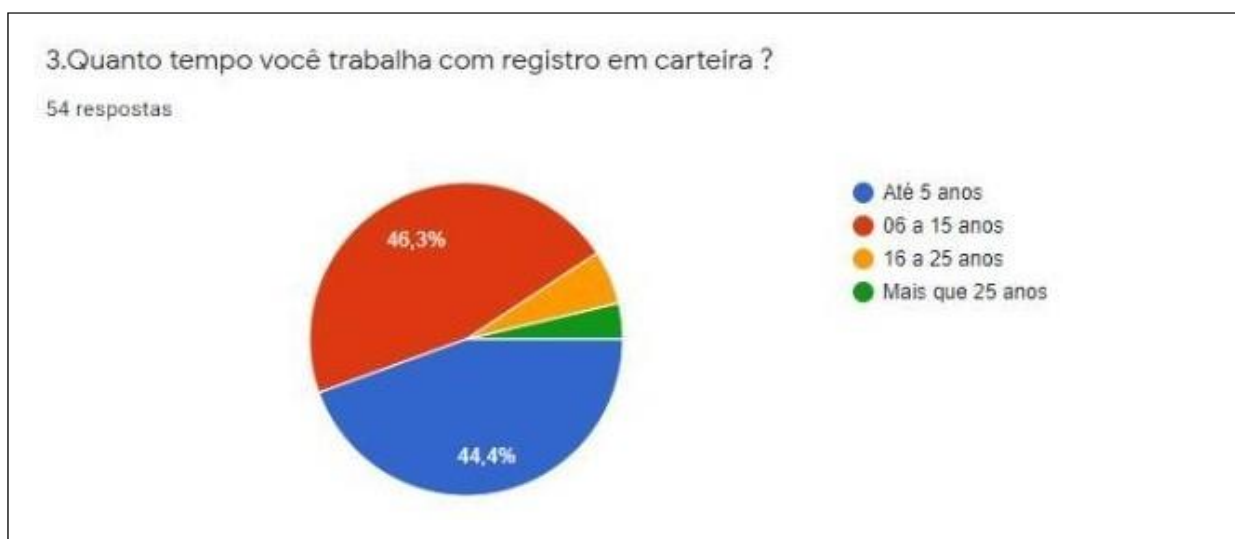
O gráfico acima demonstra o resultado da primeira pergunta do questionário que era sobre a faixa etária do entrevistado, o objetivo da pergunta era saber qual a faixa etária da pessoa que está respondendo ao questionário, sendo assim, demonstra que a idade das pessoas

entrevistadas tem 56,9% com a idade de 19 a 30 anos, e 34,5% com a idade de 31 a 45 anos, 5% com a idade mais de 45 anos, 3,6% com a idade até 18 anos.



Fonte: Pesquisa 2020

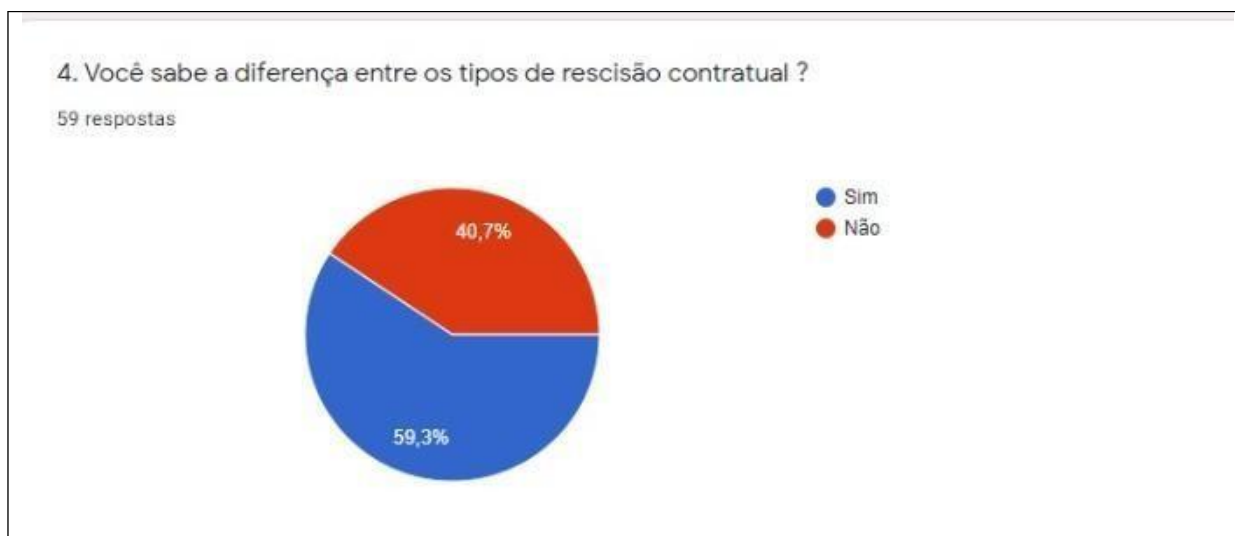
O quadro acima informa sobre o sexo dos entrevistados que está relacionado a segunda pergunta do questionário, dessa forma, nota-se que a maioria dos entrevistados é do sexo feminino, sendo um percentual de 70,7% e do sexo masculino um percentual de 29,3%.



Fonte: Pesquisa 2020

No gráfico 3, demonstra o resultado da terceira pergunta do questionário que é quanto tempo você trabalha com registro em carteira? O objetivo dessa pergunta era saber a quanto tempo o indivíduo está no mercado de trabalho, sendo assim, das pessoas que responderam o questionário 46,3% trabalham com carteira assinada de 06 a 15 anos, e 44,4% tem até 5 anos

registro na carteira, 5,4% trabalham com carteira assinada de 16 a 25 anos e 3,9% trabalham a



mais de 25 anos com a carteira assinada.

Fonte: Pesquisa 2020

A pergunta quatro do questionário é para saber se o entrevistado sabe as diferenças entre os tipos de rescisão contratual. De acordo com as respostas obtidas observa-se que 59,3% responderam que sim que sabem a diferença entre uma rescisão e outra e 40,7% responderam que não sabem a diferença das rescisões contratuais. O objetivo dessa pergunta é saber se o entrevistado tem conhecimento sobre as diferenças de rescisões contratuais e aprofundar nas perguntas adiante.

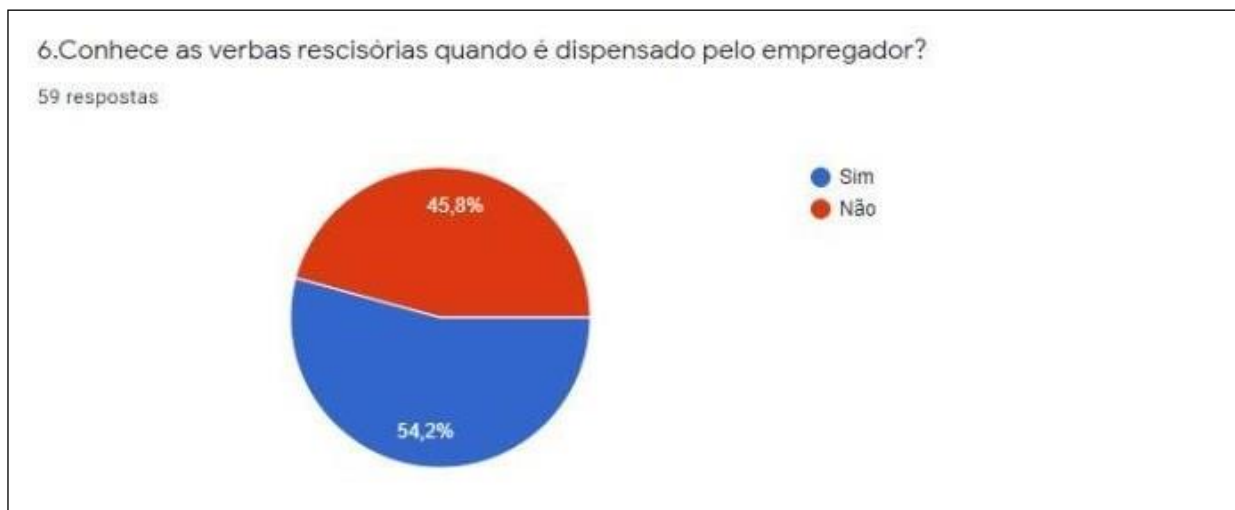


Fonte: Pesquisa 2020

De acordo com gráfico 5, foi feita a pergunta Quando o empregador decide encerrar o contrato de trabalho com o empregado que está a sua disposição, sem que tenha motivo ou seja a partir do momento que o empregador não tem mais interesse em permanecer com o empregado em sua empresa e resolve dispensá-lo, está ocorrendo qual tipo de rescisão contratual ?

E 81% dos entrevistados falaram que é Rescisão sem justa causa, 11,7% falaram que é rescisão por término de contrato de experiência, 5% dos entrevistados responderam que é rescisão a pedido do empregado e 2,3% responderam que é rescisão por justa causa, os entrevistados que responderam rescisão sem justa causa está correto.

Apesar de 40,7% das pessoas responderem que não conhecem o tipo de rescisão contratual na pergunta 04 o percentual de acerto para a pergunta 05 foi maior que o esperado, concluindo que o entrevistado consegue conciliar o tipo de rescisão contratual com o fato ocorrido.

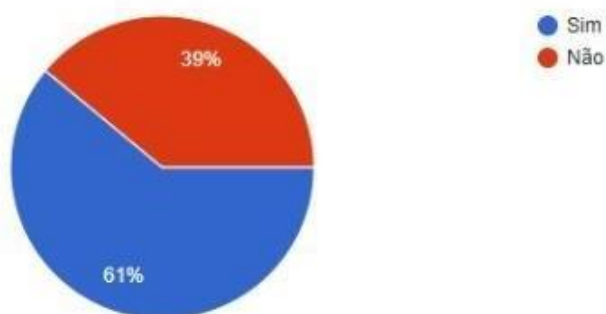


Fonte: Pesquisa 2020

Na Pergunta do gráfico 6, o questionamento se dá em saber se o entrevistado conhece as verbas rescisórias quando é dispensado pelo empregador, o objetivo dessa pergunta é saber se a pessoa sabe dos direitos que o indivíduo tem ao ter o contrato rescindido por parte do empregador (Rescisão sem justa causa é quando o empregador decide encerrar o contrato de trabalho do empregado que está a sua disposição, sem que tenha motivo. Para Pacheco (2014, p.39) a partir do momento que o empregador não tem mais interesse. Ele pode estar simplesmente dispensando seu funcionário, ou seja, por motivos particulares ou por não ta produzindo o suficiente).De acordo com o resultado conclui-se que 54,2% dizem conhecer as verbas rescisórias e 45,8% diz não conhecer as verbas rescisórias quando é dispensado.

7. Conhece as verbas rescisórias quando pede demissão?

59 respostas

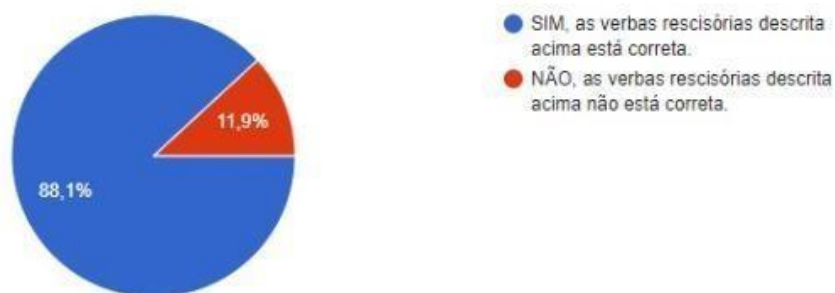


Fonte: Pesquisa 2020

No gráfico 07, o questionamento se dá em saber se o entrevistado conhece as verbas rescisórias quando pede demissão, o objetivo dessa pergunta é saber se a pessoa sabe dos direitos que possui quando pede demissão. De acordo com o resultado conclui-se que 61% responderam que conhece as verbas rescisórias, e 39% não conhece as verbas rescisórias.

8. Você acha que as verbas rescisórias quando é dispensado pelo empregador discriminadas estão corretas? Responda Sim se você concordar que esteja correto e NÃO se discordar com as verbas descritas ao lado. Aviso prévio; 13º salário proporcional; Férias vencidas e proporcionais; 1/3 férias; Saldo de salário; Salário família, (se preenchidos os requisitos da Lei 8.213\91), depósito de 8% referente ao mês da rescisão contratual sobre o FGTS; depósito de 40% sobre o saldo do FGTS, saque do FGTS depositado na conta do trabalhador.

59 respostas



Fonte: Pesquisa 2020

De acordo com o gráfico 8, foi feita a seguinte pergunta, você acha que as verbas rescisórias quando é dispensado pelo empregador discriminadas abaixo estão corretas? Responda Sim se você concordar que esteja correto e NÃO se discordar com as verbas descritas abaixo.

Aviso prévio; 13º salário proporcional; Férias vencidas e proporcionais; 1/3 férias; Saldo de salário; Salário família, (se preenchidos os requisitos da Lei 8.213\91). Depósito de 8% referente ao mês da rescisão contratual sobre o FGTS; depósito de 40% sobre o saldo do FGTS, saque do FGTS depositado na conta do trabalhador.

Rescisão sem justa causa é quando o empregador decide encerrar o contrato de trabalho do empregado que está a sua disposição, sem que tenha motivo (Pacheco 2014, p.39) A resposta correta para esta pergunta é SIM, as verbas rescisórias acima estão corretas.

O resultado apurado para esta pergunta é que 88,1% responderam que sim que está correta, e 11,9% responderam que a verbas rescisórias acima não esta correta. Nota-se que apesar de 39% das pessoas responderem no quadro 07 que não conhecem as verbas rescisórias quando é dispensado pelo empregador o percentual apresentado nessa pergunta teve um acerto de 33,9% da pergunta.



Fonte: Pesquisa 2020

De acordo com Gráfico 9, foi realizada a seguinte pergunta, você acha que as verbas rescisórias discriminadas abaixo quando uma pessoa pede demissão estão corretas? Responda Sim se você concordar que esteja correto e NÃO se discordar com as verbas descritas abaixo.

Aviso prévio (trabalhado ou indenizado); 13º salário proporcional; Férias vencidas e proporcionais; 1/3 férias; Saldo de salário; Salário família, se preenchidos os requisitos da Lei 8.213\91. Depósito de 8% referente ao mês da rescisão contratual sobre o FGTS e saque do FGTS depositado. E o resultado apurado para essa pergunta foi 56,9% responderam NÃO, as verbas rescisórias descritas acima não estão corretas, e 43,1% responderam que SIM, as verbas rescisórias descritas acima estão corretas. Nota-se que apesar de 45,8% das pessoas

responderem no quadro 07 que não conhecem as verbas rescisórias quando pede demissão o percentual apresentado nessa pergunta teve um acerto de 56,9% da pergunta. Os saldos a receber de um funcionário ao solicitar a rescisão contratual são: Saldo de salário; férias vencidas e proporcionais e com adicional de 1/3; 13º proporcional; Depósito mensal do FGTS. Por outro lado, ele não recebe a multa de 40% do FGTS, não poderá movimentar o saldo da conta vinculada e não terá direito ao seguro-desemprego.

<https://www.jornalcontabil.com.br/pedido-de-demissao-conheca-os-direitos-e-deveres-da-empresa-e-funcionario/> < acesso dia 25-11-2020 as 23:44



Fonte: Pesquisa 2020

De acordo com o Gráfico 10, foi feita a seguinte pergunta, em qual situação o empregado tem direito a sacar o FGTS? E 88,1% dos entrevistados responderam que quando a rescisão ocorre por dispensa do empregador e 11,9% responderam quando a rescisão ocorre a pedido do empregado. E quem respondeu que ocorre por dispensa do empregador está correto.

Nota-se que apesar de 45,8% das pessoas responderem no quadro 06 que não conhecem as verbas rescisórias quando pede demissão no quadro 8 somente 88,1% acertaram, o empregado tem direito a sacar o FGTS, quando a rescisão ocorre por dispensa do empregador. Segundo Vianna 2008, p. 134, Apud, Pacheco, 2014, p.40, Uma das situações é quando a rescisão é sem justa causa, a partir do momento que o empregador não está mais satisfeito com os seus serviços prestados pelo seu funcionário o mesmo está rescindindo o seu contrato, no entanto o empregado tem seus direitos a receber.

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como tema principal Análise dos direitos trabalhistas na rescisão de contrato do trabalho sem justa causa, tem características do direito do trabalho, e atua na área do departamento pessoal nos escritórios de contabilidade. Sua abordagem traz umas das principais relações do ser humano: o vínculo empregatício e o seu rompimento. Nota-se que todos os contratos de trabalho têm um fim, podendo ser a morte do empregado ou empregador ou até mesmo a solicitação do rompimento de uma das partes desse vínculo. É nesse momento, em que o contador que é a peça fundamental para realizar tanto o contrato quanto o rompimento deve conhecer os direitos e deveres dessa relação.

Na realização desse trabalho buscou-se ampliar o conhecimento na área de contrato de trabalho e a rescisão de contrato de trabalho sem justa causa, que é um dos tipos de rescisões mais comum. Também buscou-se conhecer saber se os trabalhadores têm o conhecimento necessário sobre o rompimento do contrato sem justa causa.

Para o conhecimento técnico e teórico realizou-se a pesquisa bibliográfica, qualitativa com objetivo descritivo e o método estatístico, dessa forma, ampliou-se o conhecimento para que pudesse dar seguimento na segunda parte do trabalho que é a análise de dados.

Este trabalho foi elaborado para obter conhecimento na área profissional e esclarecer as dúvidas sobre empregado e empregador quando ao realizar tal procedimento possa ter noção básica do assunto, diversos são os direitos e obrigações a serem cumpridas, devendo cada um cumprir com suas responsabilidades de acordo com o tipo de modalidade de contrato e rescisão.

A pesquisa buscou obter informações do nível de conhecimentos dos trabalhadores em relação a rescisão de contrato de trabalho, foi possível analisar que nem todos sabem seus direitos.

A realização desse trabalho foi de grande importância, pois com o questionário muitas pessoas passaram a se interessar em entender mais sobre o assunto e sobre os seus direitos trabalhistas.

Notou-se nas respostas que boa parte dos entrevistados não entende dos seus direitos quando perguntado de forma técnica, porém, ao ser perguntado com algum exemplo ele consegue assimilar o direito que possui no término do contrato. Com o desenvolvimento do questionário foi possível analisar que nem todos acertaram as opções corretas.

Como ampliação do conhecimento sugere-se uma pesquisa na rescisão contratual por justa causa, onde a mesma traz as falhas de uma das partes no contrato de trabalho onde seu rompimento é realizado por um motivo específico eliminando algum tipo de direito do empregado.

Por fim, o trabalho realizado trouxe um nível de conhecimento pessoal e profissional que será utilizado no ambiente de trabalho para auxiliar as pessoas envolvidas nessa relação de trabalho: empregado e empregador.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de, Introdução à Metodologia do Trabalho Científico, 6ª Ed, São Paulo: Atlas, 2003, p.134'

CONTARIN, Laís e DINIZ, Patrícia Lelis, Contrato individual do trabalho, São Paulo, 2009, p. 5

Jornal Contábil, <https://www.jornalcontabil.com.br/o-que-tenho-para-receber-se-eu-for-demitido-do-meu-trabalho/>< acesso dia 28-10-2020 às 17:15

Jornal contábil <https://www.jornalcontabil.com.br/pedido-de-demissao-conheca-os-direitos-e-deveres-da-empresa-e-funcionario/>< acesso dia 25-11-2020 às 23:44

GONÇALES, Odonel Urbano, Curso de direito do Trabalho, São Paulo: Atlas, 1993, p.136

LIMA, Francisco Meton Marques de, Manual sintético de Direito do Trabalho, 2ª Ed, São Paulo: LTr, (2005, p. 116-117)

Machado Carlos, Rescisão do Contrato de Trabalho por iniciativa do empregador TIJUCAS 4 DE DEZEMBRO (2009, p.44,46 e 49)

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria, Técnicas de Pesquisas, 7ª Ed, São Paulo, Editora Atlas S.A- 2012 p.57

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria, Metodologia Científica, 7ª Ed, São Paulo: Atlas, 2018, p.303.

NASCIMENTO, Nilson de oliveira, o poder diretivo do empregador e os direitos fundamentais do trabalhador na relação de emprego, São Paulo, 2008, p. 55 e 61

PACHECO, Thaisi Borges, Rescisão de contrato de trabalho sem justa causa: uma abordagem geral, Criciúma, 2014, p. 39

PRODANOV, Cleber Cristiano, FREITAS, Ernani Cesar, Metodologia do Trabalho Científico, 2º Ed, novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2013, p. 52

ROCHA, Yasmin Caroline da Silva, Direito do Contrato de Trabalho- Rescisão de Contrato do Trabalho por prazo determinado da Safra, (2019, p.103)

RODRIGUES, Ivane Silva, contrato de safra, Barretos, 2017 p.16

SOUZA, Alexandre Luiz de, Rescisão de Contrato de trabalho: Verbas Rescisórias e Cálculo, FLORIANOPOLIS (2007, p. 20, 21, 22, 35, 47 e 52)

ANALISE DOS TIPOS DE INVESTIMENTOS E O PERFIL DO INVESTIDOR

Pérsida Farias França¹

Luciana Aparecida Augusta de Oliveira²

Fabrizio Carlos Lenzi³

Fabiana Kely dos Santos Reis⁴

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os tipos de investimentos presentes no mercado financeiro e o perfil do investidor, mostrando as principais características dos investimentos. Apresentar os perfis dos Investidores que normalmente é dividido em conservador, moderado e arrojado, e orientar melhor os clientes na tomada de decisão de acordo com o perfil do investidor. Descobrir o papel do analista na instituição financeira é estabelecer vantagens competitivas sobre o mercado, pode influenciar nos resultados e melhorar os resultados. Para realizar este trabalho foi preciso pesquisar através de livros e um conjunto pesquisa descritiva com características qualitativas e também pesquisas Bibliográficas e o método estatístico, tendo como principal fonte de pesquisa (ANBIMA) e em outros sites de instituições financeiras. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários, formado por oito questões, visando à obtenção de informações para comparação com a teoria apresentada. Ao analisar o gráfico identificou-se um percentual de indivíduos que realiza alguns tipos de reserva financeira, tipos de investimentos realizados, e o perfil do investidor.

Palavras-chave: Perfil do Investidor. Investimentos. Perfil do investidor brasileiro.

¹Discente do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, E- mail: persidafranca22@gmail.com.

² Graduada em Administração e Ciências Contábeis, pós-graduada em Recursos Humanos

– Gestão de Pessoas pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

³ Economista, especialista em Gestão Empresarial e Consultoria em Agronegócios, professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. e-mail: fabriciolenzi@eduvalesl.edu.br

⁴Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Gestão de Recursos Humanos pela IPEMIG: Instituto Pedagógico de Minas Gerais.

1 INTRODUÇÃO

Conhecer os tipos de investimentos existentes no mercado financeiro é fundamental para quem vai começar a aplicar seus recursos. São eles aplicação em poupança, CDBs, Tesouro Direto, fundos de investimentos, ações, etc., saber as taxas de retorno, prazos mínimos e máximos, valor mínimo, impostos sobre rendimentos, e importante que o investidor saiba identificar seu perfil e os melhores investimentos, ficando assim mais capacitado para investir em aplicações com rendimento e risco esperado.

O objetivo desse trabalho é uma visão ampla geral sobre mercado financeiro, apresentar os perfis dos investidores, os investimentos favoritos dos brasileiros, identificarem os principais tipos de investimentos e quais os investimentos mais indicados para esses perfis. Dando assim uma noção sobre o melhor investimento para cada perfil.

Poder identificar quais os perfis dos investidores e principais tipos de investimentos existentes no mercado financeiro? Possibilitando assim, elevar o grau de confiança do investidor com o profissional da instituição financeira, gerando novos negócios, podendo indicar melhores investimento com maior rentabilidade. Com o conhecimento e o aprendizado adquiridos neste trabalho podemos investir consciente e estrategicamente, aprendendo a lidar com as mais diversas situações que afetam a rentabilidade de seus negócios.

As elaborações da pesquisa foram os tipos de investimentos, os motivos e os perfis dos investidores; comparar as vantagens e desvantagens dos investimentos; coletar os dados coletados por meio de questionários; e comparar o resultado obtido em pesquisa com a teoria. O método utilizado pesquisas Bibliográficas e Método estatístico, feita uma coleta de dados baseada em entrevista. A conclusão da pesquisa foi que as maiores partes dos investidores possuem perfil conservador.

2 PERFIL INVESTIMENTOS DOS BRASILEIROS

De acordo com pesquisa realizada pela ANBIMA, intitulada Raio X do Investidor Brasileiro, realizada em 2018 percentual de brasileiros que tinham algum saldo aplicado em produtos de investimento se manteve em 42%.

De acordo com a entrevista, 88% da população aplicam em poupança, 6% em fundo de previdência (FAPI, VGBL ou PGBL), 4% em fundos de investimentos (DI/Renda fixa/ações/imobiliários/multimercado)e 5% em título privados Debêntures, CDBs. LCI, LCA.

Figura 1 – Onde o brasileiro investe?



Fonte: Anbima (2019).

Os investidores em fundo são em sua maioria 54% são homens com idade média entre 42 anos e com filhos, 49% casados com renda familiar mensal de R\$ 5.000,00. Com ensino médio 47% e 56% principalmente da classe C.

PERFIS DE INVESTIDOR

Para começar aplicar recursos financeiros é fundamental que o investidor conheça seu perfil, principalmente para identificar o risco que está disposta a correr, quanto está disposto a perder e qual o retorno desejado. Com análise de perfil é possível identificar em qual perfil o investidor se encaixa e encontrar os melhores investimentos para não gerar possíveis frustrações. A decisão de onde investir dinheiro está ligada ao nível de risco que se deseja assumir, frente ao retorno esperado (LIMA, 2004).

Anbima (2014) Análise de Perfil do Investidor do cliente tornou-se obrigatória em novembro de 2013, quando CVM (Comissão de Valores Mobiliários) divulgou a instrução número 539 que trata sobre Análise de Perfil do Investidor do cliente e protege o investidor. Para conseguir identificar um investidor é necessário que seja

feito um questionamento Análise de Perfil do Investidor API. A Anbima (2014), em seu guia de melhores práticas, afirma que para a definição do perfil, deverão ser abordados alguns aspectos como: experiência em relação a investimentos, horizonte de tempo, objetivos de investimentos, tolerância ao risco.

Os questionários são gerados a partir de algumas perguntas como: idade, grau de escolaridade, quanto possui disponível para investir, quanto compromete do seu salário com despesas mensais, quais experiências anteriores com investimentos, prazo que pretende ficar no investimento, o que pretende fazer com o dinheiro, se está preparado para perder parte de seu investimento e se costuma se informar sobre o mercado financeiro (COMO INVESTIR, 2014a).

O perfil do investidor normalmente é composto por quatro tipos de investidor que são conservador, moderado, arrojado e agressivo. Perfil conservador esse investidor prioriza a segurança em suas aplicações. Investimentos em poupança, CDB, LCI ou títulos públicos, fundos de renda fixa, referenciados ou de curto prazo.

Conservador Tem baixíssima tolerância a riscos. Está disposto a assumir um nível de risco baixo em troca da perspectiva de superar ligeiramente a taxa de juros nominal. Procura manter a sua carteira de investimentos com baixa volatilidade e com alta liquidez (BOVESPA, 2008 *apud*ARAÚJO; CORDEIRO; CAVALCANTE, 2010).

Moderado Tem baixa tolerância a riscos. Está disposto a assumir um nível de risco maior do que o perfil conservador, em troca da perspectiva de maior rentabilidade no médio e longo prazo (BOVESPA, 2008 *apud*ARAÚJO; CORDEIRO; CAVALCANTE, 2010).

Arojado Tem média tolerância a riscos. Estão sempre atentos a oportunidades nos mais variados mercados, acompanhando cenários favoráveis. A maior parte do seu portfólio se caracteriza por ativos de médios e altos riscos, em troca da perspectiva de maior rentabilidade no curto e médio prazo (BOVESPA, 2008 *apud*ARAÚJO; CORDEIRO; CAVALCANTE, 2010).

Agressivo Tem alta tolerância a riscos. Principal objetivo é potencializar a obtenção de crescimento do patrimônio aplicado no longo prazo para sua carteira de investimentos. Assume riscos elevados nas alternativas de investimentos que adquire, não necessitando de liquidez imediata (BOVESPA, 2008 *apud*ARAÚJO; CORDEIRO; CAVALCANTE, 2010).

Perfil conservador

O investidor com o perfil conservador procura a segurança, buscam a preservação do capital e possuem baixa tolerância ao risco.

Para CEF (2014), os investimentos apropriados para esse perfil são os classificados como risco muito baixo, baixo ou médio com pouca chance de perda. Investindo em Poupança, CDB, LCI ou títulos públicos, fundos de renda fixa, referenciados ou de curto prazo.

Os títulos de dívida apresentam uma menor taxa de juros, sendo economicamente mais viáveis do que os empréstimos bancários (ASSAF NETO, 2012).

Uma das desvantagens do ato de investir é a quantidade de riscos envolvidos. Segundo Reilly e Brown (2003), como por exemplo, se a empresa for liquidada, o investidor perde seu dinheiro investido. Assim também em caso de decisão do Governo que possam afetar o rendimento da Poupança. As crises internacionais e a inflação elevada são exemplos de riscos.

Perfil moderado

O investidor prioriza a segurança nos investimentos, mas também investir em produtos um pouco mais arriscados, que possa ter retorno em retornos a médio e longo prazo (CEF, 2014). Investimento em ativos de risco muito baixo, baixo e médio, como poupança, CDB, LCI e alguns fundos.

Desvantagens é risco do negócio e o risco específica de um investimento a inflação elevada. Incidência do imposto de renda em função do prazo (a alíquota varia de 22,5% a 15%, de acordo com o prazo do investimento. IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) só é obrigatório quando a aplicação e resgate foram realizados em até 30 dias.

Perfil arrojado

É um perfil que tem alta tolerância a riscos e baixa ou nenhuma intenção de liquidez no curto e médio prazo. Segundo análise da Caixa Econômica Federal esse perfil não tem medo de correr risco para conseguir a máxima rentabilidade.

Ativos de renda fixa, em fundos imobiliários, em fundos multimercado, em ações e BM&F e em previdência privada.

Desvantagens é Investidores inexperientes em investimentos que demandam análise e conhecimento por parte do investidor. A falta de experiência leva a perdas de dinheiro e até mesmo a perda completa do capital investido. Para Halfeld (2007), uma das maiores desvantagens é a falta de dedicação ao estudo por parte do investidor.

Para Halpern (2003), qualquer tipo de investimento corre risco, mesmo os mais conservadores. Isso porque existem variáveis que podem interferir no resultado, seja por uma crise, oscilação de taxas de juros, alteração de política, etc.

TIPOS DE INVESTIMENTOS

No mercado financeiro existem vários tipos de investimentos que coincidem com todos os tipos de perfis.

Poupança

Um dos investimentos financeiros mais comuns e utilizados no Brasil, e a poupança, são isentos de imposto de renda e taxas de administração, geralmente presentes em outros tipos de operações; e ainda, permite a aplicação de pequenas quantidades de recursos financeiros (INFOMONEY, 2013).

A poupança é considerada um investimento conservador, devido ao seu baixo risco e também, menor retorno. Os recursos captados pelas instituições financeiras, por meio da caderneta de poupança, são utilizados, em sua maior parte, para o financiamento imobiliário, principalmente para utilização no SFH (ASSAF NETO, 2012).

Os valores depositados e mantidos em depósito por prazo inferior a um mês não recebem remuneração (BACEN, 2014).

Em relação aos tributos, a poupança é isenta de imposto de renda e IOF (COMO INVESTIR, 2014c).

Certificado de depósito bancário (CDB) e Recibo de depósito bancário (RDB)

O rendimento do investimento costuma ser baseado em taxa de juros estabelecidas na hora da compra ou percentual do CDI ou da taxa Selic. A rentabilidade é atualizada a cada dia (COMO INVESTIR, 2014c). Segundo o Portal Brasil (2014), as taxas de rentabilidade podem ser pré-fixada (definida previamente na aplicação), pós-fixada (definida posteriormente) ou com taxas flutuantes (proporcionando rendimentos em percentuais do CDI normalmente, mas também por TR, TJLP e inflação). No caso dos investimentos efetuados em CDB no Banco do Brasil, a tabela 16 apresenta os rendimentos das aplicações BB CDB DI e BB CDB DI Parceria em percentual do CDI (BANCO DO BRASIL, 2014).

A diferença entre o CDB e RDB é que o RDB é intransferível, enquanto o CDB pode ser transferido para outros investidores através de endosso nominativo (ASSAF NETO, 2003).

Quanto ao prazo, os CDB/RDBs possuem data de vencimento, que variam conforme o produto adquirido. Pode haver prazo de carência que, se houver, não é possível solicitar resgate. Nesse caso, assim que for encerrada a carência é possível resgatar a qualquer momento.

É um investimento de baixo risco e garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito até o valor de R\$ 250.000,00 por investidor por instituição financeira. Sobre impostos, tem cobrança de Imposto de Renda variando de 22,5% a 15 e IOF (de 96% a zero).

LCA – Letras de crédito agronegócio

Para Nigro (2016) A Letra de Crédito do Agronegócio ou LCA é um investimento de renda fixa, de baixo risco, que possibilita às Cooperativas captarem recursos que serão investidos em novas operações de Crédito Rural.

Este produto é ideal para pessoa física que buscam uma opção de investimento de baixo risco e com rentabilidade superior aos outros investimentos de renda fixa.

A remuneração da LCA pode ocorrer de duas formas: Taxa pré-fixada onde a taxa de juros que a Cooperativa pagará já será determinada no momento inicial da aplicação. Com isso, o investidor sabe exatamente o quanto vai receber no resgate. Taxa pós-fixada referenciada ao CDI onde a remuneração do título dependerá da variação do CDI no momento do resgate.

A desvantagem principal da LCA é a liquidez. Quando você investe em LCA, não pode tirar o dinheiro quando quiser. O dinheiro vai ficar preso pelo prazo contratado da aplicação.

LCI – Letras de crédito imobiliário

A compra pode ser feita em bancos, corretoras e distribuidoras autorizadas pelo Banco Central. O investimento inicial varia de acordo com a instituição. O rendimento também pode variar, mas costuma ser por taxa de juros estabelecida na compra ou percentual da Selic ou do CDI (COMO INVESTIR, 2014c). LCIs podem ser pós ou prefixadas.

Quanto ao prazo, possuem data de vencimento que varia conforme o produto adquirido. Pode haver prazo de carência que, se houver, não é possível solicitar resgate. Nesse caso, assim que for encerrada a carência é possível resgatar a qualquer momento (COMO INVESTIR, 2014c). Segundo o Banco do Brasil (2014), o resgate pode ocorrer a partir do primeiro dia útil após a carência de 60 dias.

Sobre impostos, são isentas de Imposto de Renda e IOF reduzida à zero. É um investimento de baixo risco e garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito até o valor de R\$ 250.000,00.

Fundos de renda fixa

É um tipo de aplicação que conta com um retorno que pode ser dimensionado no momento do investimento. Esses ativos financeiros são, em sua maioria, os chamados títulos de renda fixa, como os títulos públicos federais, as debêntures e os títulos de emissão bancária, como CDBs, LCIs, entre outros.

O investidor opta em aplicar em renda Fixa, ele sabe quanto receberá o valor exato em reais ou referentes ao indexador como exemplo CDI ou Selic. A taxa do CDI serve como ponto de referência para os investimentos do mercado de renda fixa, como, por exemplo, a poupança e os títulos públicos (LUQUET, 2000).

Esse tipo de fundo de investimento pode ser bastante indicado para pessoas que possuem um perfil de investidor mais conservador. Principalmente para quem não abre mão da segurança em detrimento de uma boa rentabilidade (FORTUNA, 2008).

Títulos públicos

O Tesouro Direto (uma espécie de título público) é um programa criado pelo Governo Federal com o objetivo de possibilita às pessoas físicas a compra de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional através da internet (BM&FBOVESPA, 2014b).

Esse título funciona como um empréstimo de recursos ao governo, que em contrapartida, depois do período, retorna o valor emprestado acrescido de rendimento.

É um investimento de renda fixa com previsibilidade, liquidez e baixo custo e risco. Apresenta boa rentabilidade e, dependendo da corretora, apresentam algumas taxas, entre elas taxas de administração e custódia (BM&FBOVESPA, 2014b).

Pré-fixado

Nos títulos prefixados, a taxa de juros é definida no momento em que é feito o investimento, ou seja, é definida previamente. Com isso é possível saber quanto irá render o investimento se mantiver os recursos até a data de vencimento. Além disso, o investidor pode decidir se deseja receber tudo ao final da aplicação ou se prefere ir recebendo os juros semestrais (BM&FBOVESPA, 2014b).

Pós-fixado

Nos títulos pós-fixado a rentabilidade é conhecida apenas no momento em que o

investimento é resgatado, ou seja, é definida posteriormente.

Os títulos pós-fixados ligados aos juros básicos seguirão a SELIC e pós-fixados ligados à inflação calculada na hora do resgate. Possibilita proteger-se de uma eventual subida de inflação (BM&FBOVESPA, 2014b).

Ações

Ações são títulos de renda variável, emitidos por sociedades anônimas que representam uma fração do capital da empresa que as emitiu. A empresa precisa passar por um processo abertura de capital é quando emite seus títulos de propriedade na Bolsa de Valores (BM&F Bovespa). Esse procedimento é chamado Oferta Pública Inicial.

Portanto, têm como principal fator de risco a variação de preços de ações admitidas à negociação no mercado organizado.

Este tipo de fundo é mais indicado para objetivos de investimento de longo prazo e para investidores arrojados ou agressivos, que suportam uma maior exposição a riscos, em troca de uma expectativa de rentabilidade mais elevada. Alguns fundos acompanham também a variação de um índice do mercado acionário (por exemplo, Ibovespa, IBX) (FOLHA, 2014).

Fundos de cambiais

Nos fundos cambiais o principal fator de risco da carteira é a flutuação do preço da moeda estrangeira ou a variação de uma taxa de juros chamada de cupom cambial, é um exemplo de título de Renda Fixa, possui baixo risco e ela sofre tributação de IR 22,5% a 15% sobre o lucro.

Não há um prazo mínimo, é válido lembrar quanto maior o tempo de aplicação, maior será o retorno, possui garantia Fundo Garantidor de Créditos até R\$ 250.000,00 por CPF e por instituição.

Os mais conhecidos são os chamados Fundos Cambiais de Dólar, que buscam rentabilidade com as variações na cotação da moeda americana. Esse tipo de aplicação é recomendado como um meio de diversificação do portfólio de investimentos de uma carteira de aplicação, que geralmente atende ao perfil de investidor moderado.

Além disso, pode ser opção para investidores que buscam proteção contra variações cambiais ou que estejam programando uma viagem ao exterior (FOLHA, 2014).

RISCO E RETORNO

No momento em que é feito qualquer tipo de investimento, esperase, que o valor aplicado tenha um retorno até o final do período do investimento superior ao valor aplicado. Os investimentos que envolvem mais risco são que tem uma maior rentabilidade e quanto menor o risco menor os rendimentos.

É importante que o aplicador conheça os riscos e retorno dos investimentos, antes de tomar qualquer decisão de aplicar os recursos. Por esse motivo é necessário que conheça o perfil do investidor, que reflita o que deseja ganhar e os riscos disposto a correr.

Risco

A definição de risco é a probabilidade de perigo, de insucesso de determinado empreendimento, está relacionado a incerteza do futuro.

Em qualquer escolha em nossa vida seja ela pessoal profissional ou financeira, envolver incerteza (HALPERN, 2003). Assaf Neto (2003) completa afirmando que “o conceito de risco pode ser entendido de diversas maneiras, dependendo do contexto da pessoa que o está avaliando”.

Qualquer tipo de investimento existe risco até mesmo os mais conservadores. porque existe variáveis podendo interferir no resultado como a crise, oscilação de taxas de juros, alteração de política, risco de crédito (possibilidade de não recebimento do valor investido); risco de rentabilidade (flutuação do valor investido); risco de liquidez (possibilidade e condições de resgate ou venda). etc. os riscos podem ser administrados, mas não eliminado.

Retorno

O Retorno de um investimento é toda a rentabilidade obtida em um determinado período. De acordo com Gitman (2004) retorno é “o ganho ou a perda

total sofridos por um investimento em certo período”. o que define o retorno do investimento é o prazo e tipos de investimentos.

Diversos autores afirmam que para se obter maior retorno, deve se aplicar em investimentos que tenha maior risco. o autor Halpern (2003) alerta sobre a troca de investimento seguro para um mais arriscado, afirmando que se a “expectativa de retorno compensar o aumento no risco e/ou a diminuição na liquidez está incorrendo” vale a pena fazer a troca, caso contrário é melhor manter o investimento seguro. de modo que nem sempre um investimento arriscado dará o retorno esperado, podendo gerar perdas.

3 METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado baseando em um conjunto pesquisa é descritiva com características qualitativas e também pesquisas Bibliográficas e o método estatístico, tendo como principal fonte de pesquisa materiais impressos, como livros sobre o tema e materiais contidos em sites de economia, e principalmente Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA, 2020) e em outros sites de instituições financeiras.

Para Prodanov e Freitas (2013) uma pesquisa descritiva é quando descreve algum fato, assunto, um acontecimento, e são usados para descrever de maneira objetiva.

É quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visando descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Utilizando de técnicas padronizadas de coleta de dados como questionário e observação sistemática.

De acordo com Minayo (1995), pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Em ciências sociais preocupa-se, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Para alcançar o objetivo proposto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica com a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, sobre determinado assunto. Manzo (1971 *apud* MARCONI; LAKATOS, 2013) defende que a pesquisa bibliográfica “oferece meios para definir, resolver, não

somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”.

Método estatístico é, essencialmente, possibilitar uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado. Conforme Gil (2008), “O método se fundamenta na aplicação da teoria estatística da probabilidade e constitui importante auxílio para a investigação em ciências sociais”. Suas conclusões apresentam grande probabilidade de serem assertivas, embora admitam possível margem de erro.

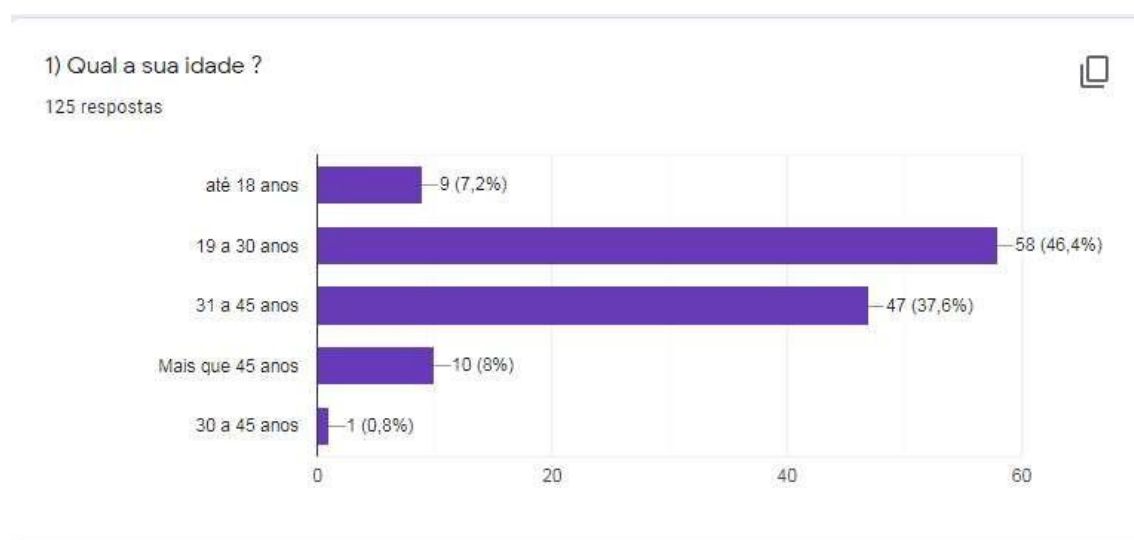
A principal forma de coleta de dados e levantamento das informações será pelo processo de entrevista, onde será feita entrevista semi-estruturadas, neste trabalho seguindo um conjunto de questões previamente definidas, buscando compreender o grau de conhecimentos dos entrevistados.

A realização desse trabalho foi feita uma coleta de dados baseada em entrevista realizada com pessoas através de link enviado pelo aplicativo whatsApp.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados que foi realizada através do Formulário Google Forms, com 125 participantes, que responderam os questionários formados por oito perguntas, podendo observar que a maioria dos participantes da pesquisa realiza algum tipo de reserva financeira o que pode ser considerado como ponto positivo. Os participantes da pesquisa procuram segurança nas aplicações com investimentos com baixo risco.

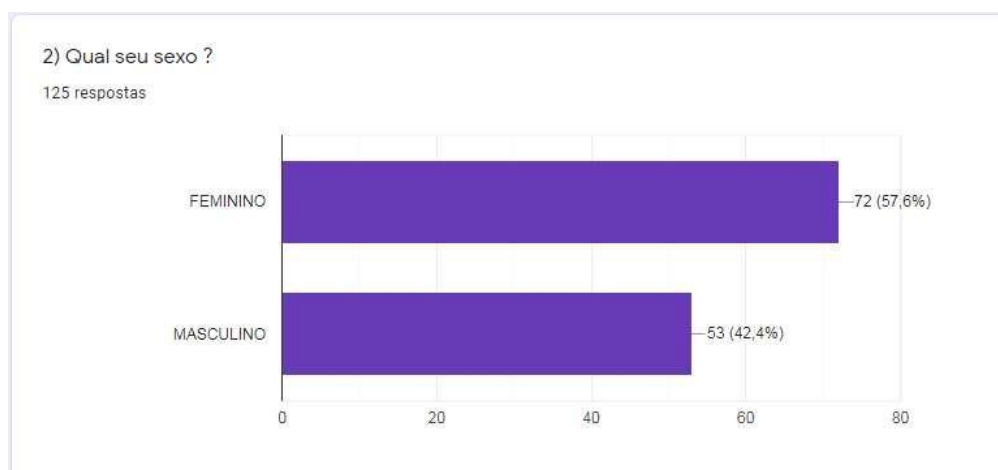
Gráfico 1 – Qual a sua idade?



Fonte: da pesquisa.

O gráfico acima demonstra resultado da primeira pergunta do questionário, referente a faixa etária do entrevistado, com objetivo de identificar qual a idade dos entrevistados, para demonstra que a idade das pessoas entrevistadas tem entre 7,2% até 18 anos, 46,4% de 19 a 30 anos e 37,6% de 31 a 45 anos, mais de 45 anos 8% e 30 a 45 anos 0,8%.

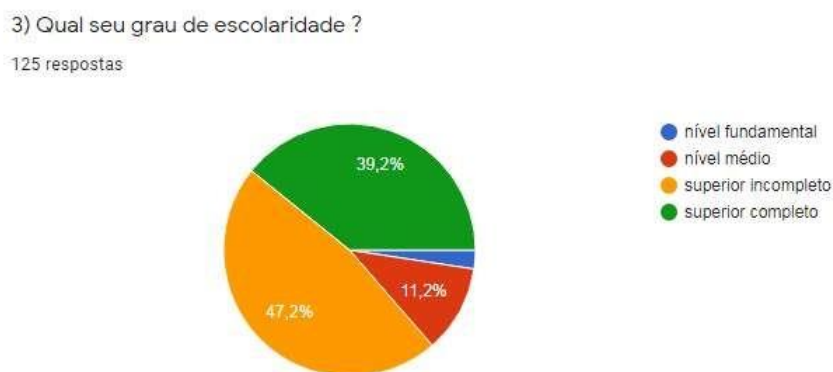
Gráfico 2 – Qual seu sexo?



Fonte: da pesquisa.

O quadro acima informa sobre o sexo dos entrevistados que está relacionado a segunda pergunta do questionário, o objetivo dessa pergunta era conhecer o público que está respondendo ao questionário, pois nota-se que a participação da mulher nos investimentos vem crescendo gradativamente, dessa forma, percebe-se que a maioria dos entrevistados é do sexo feminino sendo um percentual de 57,6% e do sexo masculino um percentual de 42,4%.

Gráfico 3 – Qual seu grau de escolaridade?



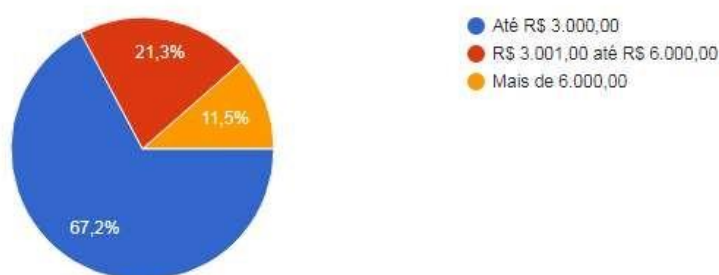
Fonte: da pesquisa.

O gráfico acima traz o resultado da terceira pergunta do questionário que é: Qual o seu grau de escolaridade? O Objetivo dessa pergunta era saber o grau de escolaridade da pessoa que está respondendo às perguntas. Sendo assim, das pessoas que responderam o questionário 47,2% estão fazendo o ensino superior, 39,2% já tem uma formação concluída, 11,2% nível médio e 3,1% nível fundamental.

Gráfico 4 – Qual sua faixa salarial?

4) Qual sua faixa salarial ?

122 respostas



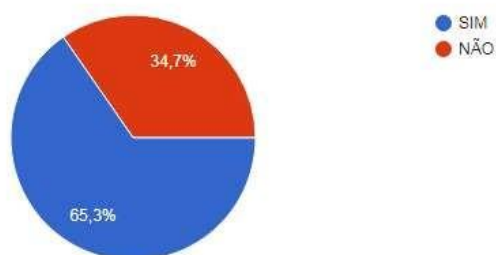
Fonte: da pesquisa.

O gráfico acima traz o resultado da pergunta quatro do questionário que é para saber Qual sua Faixa Salarial? O objetivo dessa pergunta era saber a faixa salarial das pessoas que respondem ao questionário, Dessa forma, nota-se que a maioria dos entrevistados sendo 67,2% possui uma renda de até R\$ 3.000,00 e 21,3% possui renda de R\$ 3.001,00 até R\$ 6.000,00 e apenas 11,5% tem uma renda maior que R\$ 6.000,00

Gráfico 5 – Você faz alguma reserva financeira?

5) Você faz alguma reserva financeira?

124 respostas



Fonte: da pesquisa.

De acordo com o gráfico acima a quinta pergunta, se o entrevistado faz alguma reserva financeira? O Objetivo dessa pergunta é saber qual o percentual dos entrevistados possuem algum tipo de reserva financeira, o resultado dessa pergunta foi que 65,3% responderam que sim, possuem uma reserva financeira e 34,7% não possuem reservas.

Gráfico 6 – Você sabe o que é Fundos de Investimentos, Tesouro Direto, Ações e Poupança?



Fonte: da pesquisa.

No sexto gráfico do questionário é para saber o grau de conhecimento dos entrevistados referente aos principais tipos de investimentos no mercado financeiro. De acordo com as respostas obtidas 75,2% dizem conhecer sobre investimentos enquanto 24,8% diz não conhecer sobre investimentos. Comparando a o percentual 24,8% das pessoas que responderam não com a resposta da pergunta 05 onde 34,7% dizem não ter alguma reserva financeira demonstra que desse percentual 9,9% dos que apesar de conhecer sobre investimentos optam por não realizarem enquanto 24,8% realmente não fazem reserva financeira e não conhecem sobre investimentos

Gráfico 7 – Quais desses tipos de investimentos que você faz?



Fonte: da pesquisa.

O gráfico acima está relacionada a pergunta número sete, Quais desses tipos de investimentos que você faz? O objetivo da pergunta era saber qual investimento são realizados pelos entrevistados, onde 40,8% responderam que não fazem investimentos, onde comparando a resposta com o quadro 05 onde 65,3% responderam ter uma reserva financeira conclui-se que 24,5% apesar de possuir reservas financeiras, não fazem investimentos no mercado financeiro, optando assim por fazer outros tipos de investimentos. Ainda nesse quadro obteve-se o percentual de 54,4% Investem em poupança, CDB, LCI ou Títulos Públicos, demonstrando um perfil conservador onde escolhem uma carteira com baixo risco, já 12,8% investem em Renda Fixa, Fundos Imobiliários e Fundos o que demonstra um perfil mais arrojado na procura de maiores retornos.

A Caixa Econômica Federal (2014) indica investimento em ativos de risco muito baixo, baixo e médio, como: poupança, CDB, LCI e alguns fundos. E parte pode ser aplicada em investimentos moderados.

Para XPI (2014), arrojado ele tem ciência que pode perder parte ou totalidade dos recursos aplicados, mas prefere manter o investimento a fim de obter ganhos maiores no mercado.

Gráfico 8 – Ao realizar um investimento o que você procura



Fonte: da pesquisa.

De acordo com o oitavo gráfico, detalha-se a resposta da seguinte pergunta, Ao realizar um investimento o que você procura? O objetivo dessa pergunta era conhecer o perfil dos investidores, onde 59,5% dos entrevistados Priorizam a segurança em uma aplicação optando por riscos baixos, dessa forma temos um público com um perfil conservador, dos entrevistados 26,4% podem ser considerados um perfil Moderado é aquele que está disposto a correrem certos riscos, mais sem por em risco seu patrimônio e por fim 14% tem um perfil Agressivo que está disposto a correr riscos para obter maior retorno, normalmente investe em Ações, renda variável.

De acordo com avaliação da CEF - Caixa Econômica Federal (2014), esse perfil conservador é aquele que sente-se tranquilo em saber que no final de cada mês, encontrará seu dinheiro seguro e que sua tranquilidade estará garantida, mesmo com notícias negativas sobre o mercado. De acordo com Wiltgen (2016), o investidor moderado assume risco um pouco maiores, buscando rentabilidade acima da média e aceita perdas controladas. Segundo Wiltgen (2016), o investidor agressivo assume riscos mais altos, buscando maiores rentabilidades e entende que a oscilação diária dos ativos é suavizada no médio/longo prazo.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo possibilitou a abordagem de investimentos financeiros, buscando esclarecer assuntos, perfil do investidor, investimentos mais comuns entre os brasileiros. Antes de fazer qualquer investimento, deve fazer uma análise do perfil, para que possa identificar o quanto esse investidor está disposto a correr riscos.

O trabalho forneceu uma enorme ampliação de conhecimento no mercado financeiro, como por exemplo, conhecer os perfis dos investidores, um amplo e geral conhecimento dos investimentos.

Este estudo me possibilitou melhorar, o atendimento com meus clientes e podendo assim orientar consciente e estrategicamente, referente a cada investimento.

Com o estudo, foi possível observar que a maioria dos participantes da pesquisa realiza algum tipo de reserva financeira, procuram segurança nas aplicações com investimento de baixo risco.

Por meio de toda a pesquisa desde trabalho foi possível, concluir que o objetivo pretendendo foi alcançado, visto que o mesmo demonstrou com clareza, os tipos de investimento, o processo de análise dos perfis e a importância de um profissional bem qualificado para realizar esse processo.

Recomenda-se que seja realizado um estudo futuro, com intuito de se aprofundar ainda mais para obter maiores detalhes sobre o assunto Investimento e um estudo sobre educação financeira, a fim de saber a real necessidade de gastar e a importância de investir.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/pagina-inicial.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

ANBIMA. **Raio X do investidor brasileiro**. 2019. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2019.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

ARAÚJO, Sérgio Guedes da Cunha; CORDEIRO, Rebeca Albuquerque; CAVALCANTE, Carlos Eduardo. Análise do comportamento dos investidores em ações de João Pessoa/PB. **INGEPRO - Inovação, Gestão e Produção**, Paraíba, v. 2, n. 1, jan. 2010. Disponível em: http://www.ingepro.com.br/Publ_2010/Jan/178-500-1-PB.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

BM&FBOVESPA. **Tesouro direto**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/ptbr/mercados/outros-titulos/tesouro-direto/tesouro-direto.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 18 jun. 2014b.

BRADESCO CORRETORA. **API – Análise de perfil do investidor**. Disponível em:

[https://www.bradesco corretora.com.br/SiteBradescoCorretora/Servi%C3%A7os/API - An%C3%A1lise-de-Perfil-do-Investidor](https://www.bradesco corretora.com.br/SiteBradescoCorretora/Servi%C3%A7os/API-An%C3%A1lise-de-Perfil-do-Investidor). Acesso em: 27 nov. 2020.

COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS. Central de sistemas. **Consulta dos fundos de investimento registrados na CVM**. Disponível em: <http://sistemas.cvm.gov.br/>. Acesso em: 27 nov. 2020.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. Princípios de administração financeira. 10ª Edição. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

HALPERN, Mauro. Gestão de investimentos: produtos, perfil e riscos. São Paulo: Editora Saint Paul Institute of Finance, 2003.

HALFELD, Mauro. **Investimentos**: Como administrar melhor seu dinheiro. São Paulo: Fundamento Educacional, 2007.

LUQUET, Mara. Guia valor econômico de finanças pessoais. São Paulo: Globo, 2000.

NIGRO, Thiago. **LCI E LCA, o que são?** Conheça esses investimentos. O Primo Rico, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Auiw3ZFBse4>. Acesso em: 09 maio 2017.

PORTAL DO INVESTIDOR. **Voltado à educação financeira**. Disponível em: <https://www.investidor.gov.br>. Acesso em: 27 nov. 2020.

WILTGEN, J. Você sabe o seu perfil de investidor? Conheça os 3 tipos. **Genial Investimentos**, 2016. Disponível em: <https://www.genialinvestimentos.com.br/artigo/voce-sabe-o-seu-perfil-de-investidorconheca-os>>. Acesso em: 23 out. 2020.